



ambulante

cartografando o centro de porto alegre

CIP - Catalogação na Publicação

Arend, Natan Franciel

A cidade de ambulante: cartografando o centro de
Porto Alegre / Natan Franciel Arend. -- 2018.

116 f.

Orientador: Paulo Edison Belo Reyes.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura,
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e
Regional, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. vendedores ambulantes. 2. cotidiano. 3.
políticas do espaço. 4. centro de Porto Alegre. I.
Reyes, Paulo Edison Belo, orient. II. Título.

NATAN FRANCIEL AREND

A CIDADE DE AMBULANTE

Cartografando o Centro de Porto Alegre

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR-UFRGS), na linha de pesquisa Cidade, Cultura e Política, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes

Banca Examinadora:
Prof. Dr. Livia Teresinha Salomão Piccinini
Prof. Dr. Fernando Freitas Fuão
Prof. Dr. Simone Mainieri Paulon

Porto Alegre,

2018

AGRADECIMENTOS

À meus avós e família, sem vocês nada disso seria possível;

À minha mãe, Raquel, você me impressiona a cada dia que passa;

Ao meu pai, André, por confiar em mim e me apoiar;

Ao meu amigo-irmão Eduardo Althaus, pela maravilhosa casa e pelo cuidado.

À Guilherme Gil, que poderia tranquilamente chamar de coautor desta dissertação;

À Rodrigo Ferreira e Daniel Roitman, pelas derivas por aí;

À Paulo Regal, Cibele Figueira e Paulo Bicca por me incentivarem a ir em frente;

Ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional;

Aos amigos que ficaram após esse percurso: Nati, Nathi, Nina, Renata e Vini;

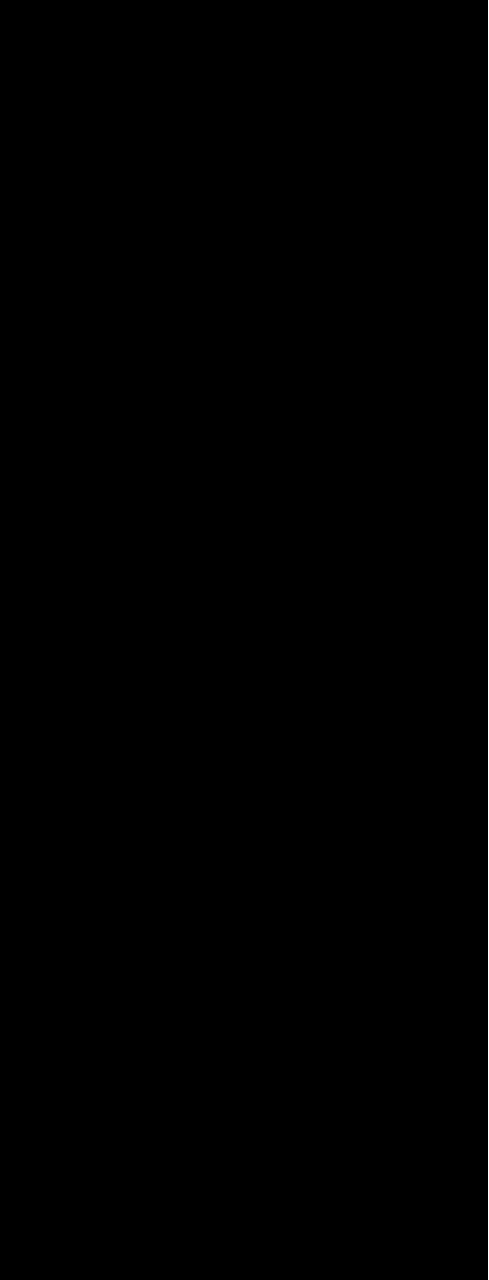
À Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

À CAPES, pelo financiamento de meus estudos;

À Andrea Braga, por me orientar brilhantemente durante o primeiro ano de mestrado;

Em especial à Paulo Reyes, por ter criado mundos possíveis para a continuidade desta caminhada, ter possibilitado que esse percurso fluísse de forma leve e à deriva, ter me acolhido e me orientado até a finalização desta dissertação;

À todas e todos que me ajudaram, de perto ou de longe: Muito Obrigado.



É o carro dos sonhos freguesia, sonhos de creme, sonhos de chocolate, sonhos com MuMu e goiabada ao sonho. Sonhos bem fresquinhos e deliciosos, sonhos por 1 real e 50 centavos e a promoção, leva 5 sonhos e paga só 5 reais (Sonho deambulante, 2017).
Áudio digital. Acervo particular.

RESUMO

Inspirada na *arte de fazer* situacionista, por caminhos derivantes esta dissertação pretende acompanhar através de uma *cartografia deambulante*, os conflitos entre os vendedores ambulantes e o Estado, que tomam espaço no centro de Porto Alegre. Uma verdadeira guerra travada no cotidiano: de um lado, os ambulantes que taticamente, desde a conformação da cidade até hoje, montam e desmontam uma *cidade ambulante* por entre a sólida e robusta arquitetura urbana – aqui cartografados através da construção de mapas, enquanto: MaPopulação, MapArquitetura e MapAção; e de outro lado, as forças do Estado, que atuam estrategicamente no combate à cidade ambulante – aqui cartografados como: legislação, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Movimento Legalidade, enquanto política pública. Encaremos historicamente os processos urbanos que atingiram os sujeitos vulneráveis na conformação das cidades, para acompanharmos as subjetividades que circunscrevem os ambulantes enquanto coletividade no cotidiano do Centro Histórico - que astutamente escapam às políticas espaciais impostas pelo Capitalismo através do Estado.

Palavras-chave: vendedores ambulantes; cotidiano; políticas do espaço; centro de Porto Alegre;

ABSTRACT

Inspired by the situationist' *art of making*, by derivative footpaths this dissertation intends to follow, through an *itinerant cartography*, the conflicts between the street vendors and the State, that take place in Porto Alegre's city center. A real war in the everyday life: on one side, the street vendors that tactically, from the conformation of the city until now, every day assemble and dismantle an *itinerant city* through the solid and robust urban architecture - here mapped through the construction of maps, while: MaPopulation, MapArchitecture and MapAction; on the other side, the forces of the State, which act strategically in the fight against this itinerant city that the streets vendors build - mapped here as: legislation, municipal secretariat of economic development and legality movement as public policy. We will realize in the historical background of the urbanization processes that affected the vulnerable individuals in the conformation of the cities, in order to follow the subjectivities that circumscribe the street vendors as a collectivity in the daily life of the Historical Center - that astutely escapes from the spaces' politics imposed by Capitalism through the State.

Keywords: street vendors; everyday life; spaces' politics; Porto Alegre's city center

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH - Banco Nacional de Habitação
CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas
CH – Centro Histórico
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
DPCP - Departamento Municipal da Casa Popular
DEM HAB - Departamento Municipal de Habitação
DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana
DPCP - Departamento Municipal da Casa Popular
EPTC – Empresa Pública de Transportes e Circulação
ETCO – Instituto de Ética Concorrencial
FR - França
FNCP – Fórum Nacional Contra a Pirataria
FNP – Frente Nacional de Prefeitos
IT – Itália
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INOVAPOA – Gabinete de Inovação e Tecnologia
I.S. – Internacional Situacionista
POA – Porto Alegre
PPGPSI – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social
PROPUR – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RS – Rio Grande do Sul;
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SFAA – Setor de Fiscalização da Atividade Ambulante
SLAA – Setor de Licenciamento da Atividade Ambulante
SMDE – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
SMIC – Secretaria Municipal de Indústria e Comércio
SMURB – Secretaria Municipal de Urbanismo
SP – São Paulo
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

PRÉ.TEXTO	9
INTRODUÇÃO	11
CARTOGRAFIA DEAMBULANTE	18
1 PRIMEIRO PASSO - ARTE.POLI(S)TICA AMBULANTE	23
1.1 À CIDADE - AMBULANTE: ORDEM CAPITALISTA E O DIREITO	25
1.2 ACID.ADE AMBULANTE: ENTRE O ESPETÁCULO E A ARTE	37
1.3 CIDADE AMBULANTE: DAS BIO.NECRO.POLÍTICAS ÀS RESISTÊNCIAS	44
2 SEGUNDO PASSO – A EXPEDIÇÃO DO CARTÓGRAFO	51
2.1 AS ESTRATÉGIAS	52
2.1.1 INVESTIDA 1 - LEGISLAÇÃO	53
2.1.2 INVESTIDA 2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	58
2.1.3 INVESTIDA 3 - MOVIMENTO LEGALIDADE	62
2.2 AS TÁTICAS	70
2.2.1 MAPOPULAÇÃO AMBULANTE	72
2.2.2 MAPARQUITETURA AMBULANTE	74
2.2.3 MAPAÇÃO AMBULANTE	78
3 TERCEIRO PASSO – EN.CAMINHA.MENTOS	88
3.1 UMA GUERRA COTIDIANA	89
3.2 RELATÓRIO DO CAMINHO PERCORRIDO	98
3.3 DES.DOBRA.MENTOS	102
PÓS.TEXTO	107

Pré.texto

Antes de qualquer coisa sentimos o dever de nos apresentarmos como autores desta pesquisa. O uso da primeira pessoa do plural (nós) representa minha leitura de autores como: Certeau, Lefebvre, Debord, Rolnik, Kastrup, Passos e Escóssia, Deleuze, Guattari, Foucault, Mbembe, Pelbart e outros, junto às experiências empíricas (derivas) vividas por mim, Arquiteto Urbanista, mestrando no Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que se dedica, à estudar o espaço praticado das populações citadinas - com orientação de Andrea da Costa Braga (março/16 - maio/17) e de Paulo Reyes (maio/17 - em diante), na linha de pesquisa Cidade, Cultura e Política.

Minhas experiências sensíveis em relação ao urbano, entretanto, foram tardias. Até os 14 anos morei em uma comunidade – hoje cidade – chamada Tio Hugo, que atualmente não chega a ter 3 mil habitantes de acordo com o censo demográfico¹. O deslocamento do campo para a cidade, primeiro para Passo Fundo e mais tarde para Porto Alegre a fim de cursar a graduação, me causou um estranhamento irremediável. Agarrado a curiosidade, comecei a sair de casa timidamente, para ler a cidade com os pés. Este primeiro contato foi encantador e não demorou muito para eu me sentir em casa no bairro onde moro. Faz 10 anos que o Bom Fim virou minha casa e desde aqui escrevo esta dissertação: do sétimo andar de um edifício localizado na Avenida Osvaldo Aranha, com uma bela vista para o Parque da Redenção.

Desde esse lugar que ocupo, comecei a pensar que a temática das cidades poderia vir a ser transgressora em relação às rígidas estruturas disciplinares, a partir das quais o conhecimento usualmente é ordenado. Nessa via, já no mestrado, cursei duas disciplinas no Programa de pós-graduação em Psicologia Social (PPGPSI), com o intuito de ampliar meu olhar sobre o urbano e perceber como a cidade é vista desde outro lugar. Desse percurso por entre as disciplinas nasce esta dissertação, num enlace entre Psicologia Social e Planejamento Urbano, perpassando a Geografia e a Antropologia.

Instigado pela aura de mistério que cobre o cotidiano das cidades, durante um ano do mestrado derivei por aí sem destino, num sobrevoo com foco na experiência do espaço urbano, mesmo que com os pés no chão. Caminhando pelas ruas de Porto Alegre desde o bairro Bom Fim, prontamente percebi que minhas

1 Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2017.

derivas eram magneticamente atraídas pela pulsação do Centro da capital gaúcha. Tive que respeitar isso. Foi mergulhado na experiência caótica do Centro que uma curiosidade sem precedentes me tomou, uma outra prática de espaço se revelava diante de meus olhos de urbanista, centenas de vendedores ambulantes² tomavam as ruas, em um momento que o país passa por uma profunda crise político-social que despejou milhares de pessoas na informalidade.

Olhando para os ambulantes e inspirados neles, propomos que a escrita desta dissertação se desenhe na forma de uma deambulação de cunho cartográfico, aqui denominada de *cartografia deambulante*, pela qual se atravessam minhas experiências à deriva no Centro Histórico de Porto Alegre. Pretendemos assim, evidenciar o saber ordinário envolvido na prática do espaço, direcionando o olhar às astúcias do saber comum, do dia-a-dia urbano. Em outras palavras, pretendemos apontar o olhar em direção ao cotidiano das cidades, evidenciando o conhecimento prático – como arte de fazer – dos/das vendedores/vendedoras ambulantes.

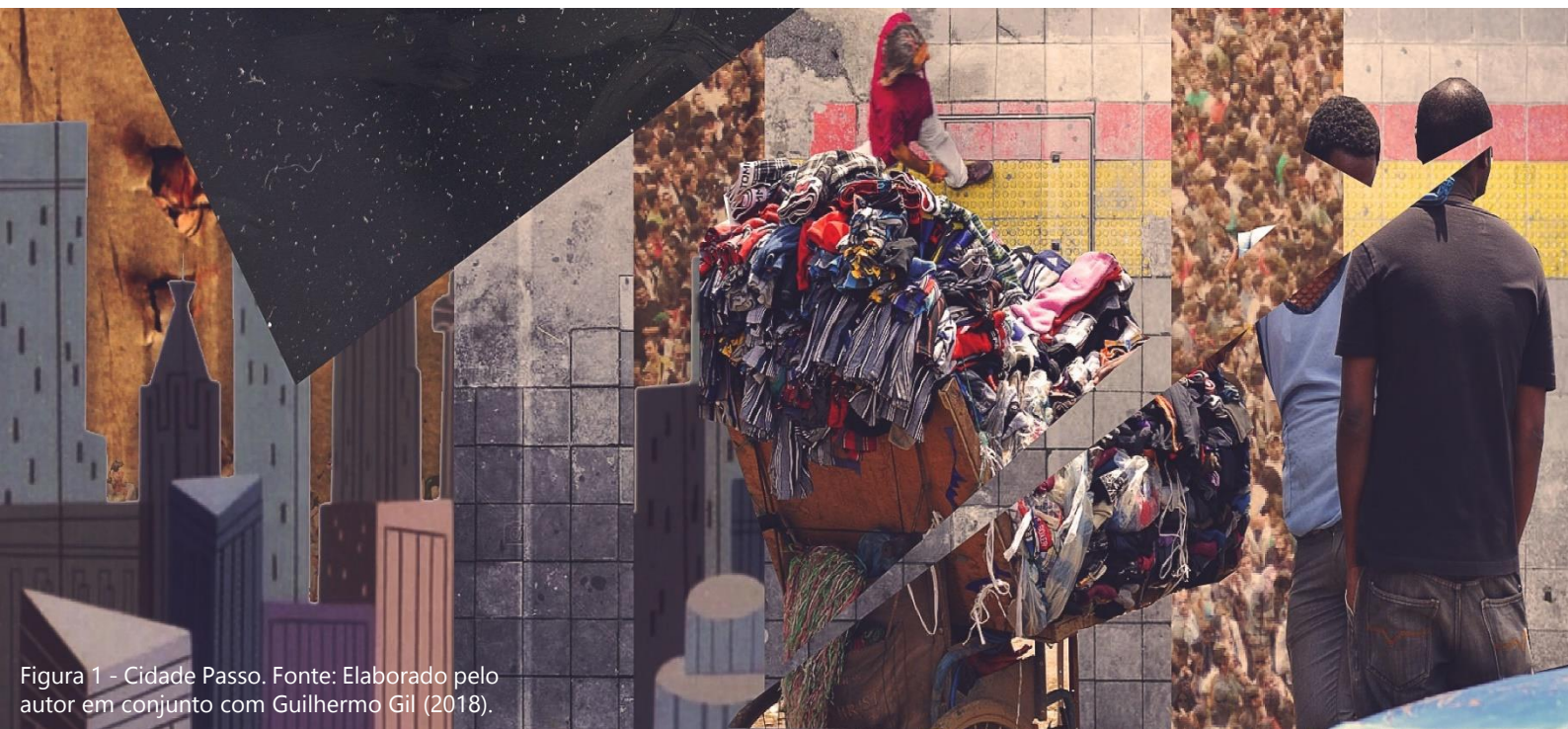


Figura 1 - Cidade Passo. Fonte: Elaborado pelo autor em conjunto com Guilherme Gil (2018).

Deambulando, seguimos:

² A literatura antropológica muitas vezes se refere aos vendedores ambulantes através do termo camelôs, porém nessa dissertação, preferimos nominalmente pelo termo “vendedores ambulantes”.

Introdução

Caminhando pelas movimentadas ruas do Centro Histórico de Porto Alegre, logo os vemos. Muito porque destoam - pelo menos em intenção para com o lugar - dos outros frequentadores cotidianos. Ordinariamente eles não são moradores, nem os *habitués* trabalhadores. Muito menos estão ali por lazer. Mesmo assim, eles chegam cedo, carregando consigo apenas uma trouxa pendurada às costas, ou um compacto carrinho sobre rodas. Nada mais! Presentes o tempo todo e paradoxalmente também invisíveis, eles são ofuscados pelas luzes claras e espetaculares das vitrines das lojas. Sem demora, a luz do sol toma à cena e em questão de um piscar de olhos, eles tomam conta, como se aglutinassem outra cidade em meio à sólida arquitetura urbana. Eles dominam as artimanhas dessa cidade desmontável que se desdobra e se assenta nos espaços públicos, assim, astutamente arquitetam no tempo um espaço que não lhes pertence na forma de propriedade. Contudo, são eles, os *vendedores ambulantes* que povoam e se apropriam, habitualmente sem o consentimento do Estado, dos movimentados espaços públicos do centro de Porto Alegre.

Henri Lefebvre (2001) diz que a cidade é um campo político de disputa. Nós, inspirados por essa conceituação, iremos no deambular desta cartografia, traçar as linhas de força da disputa pelo espaço do Centro Histórico de Porto Alegre, que envolve os Ambulantes e o Estado (leis, regulamentações, fiscalização).

Para atenuarmos os riscos de nos perdermos nesta deambulação cartográfica, decidimos utilizar como moldura teórica, os conceitos de *estratégia* e *tática* de Michel de Certeau (1994). Para o autor, as práticas cotidianas (enquanto relações de força) são encaradas como modalidades de ação.

Nessa moldura, *estratégia* se configura pela tanto pela ação gerida pelo cálculo, ou pela manipulação das relações de força, sendo organizada pelo postulado de um poder. Em outras palavras, um gesto cartesiano, que promulga um lugar próprio (mesmo que abstrato), a exemplo da modernidade científica, política ou militar (Certeau, 1994). Em contrapartida, as ações *táticas* seriam como a arte de fazer do fraco, que é operada golpe a golpe – aproveitando-se das ocasiões e delas dependendo. Táticas são as ações calculadas pela ausência de um próprio ou, de propriedade, e a autonomia não se garante por nenhum corpo externo, ou abstrato. São determinadas pela ausência de um poder e o que se ganha não se conserva (Certeau, 1994). Embora as modalidades de ação praticadas pela arte da guerra cotidiana jamais se apresentem de forma nítida, nem por isso

é menos certo que as apostas feitas no lugar ou no tempo distingam as maneiras de agir (Certeau, 1994).

Tendo como premissa as maneiras de agir, ou, as modalidades da ação - táticas de um lado e estratégicas de outro - sendo afirmadas por uma ordem de oposição simples, não significa que não possam haver estratégias nas ações táticas, nem táticas nas ações estratégicas. O que postula a diferença nas modalidades de ação, portanto, seria a forma ou modalidade de exercício do poder sobre a situação.

Utilizando essa moldura, pretendemos cartografar o *modo de viver* ambulante no Centro Histórico da cidade de Porto Alegre, em uma caminhada de movimento contralateral: de um lado, as ações táticas de resistência desenvolvidas pelos vendedores ambulantes; e de outro, as ações estratégicas de controle dos ambulantes propostas pela Administração Municipal (Estado). Um verdadeiro confronto ético-político que se desdobra no tempo e se situa no espaço.

As cartografias como propostas por Deleuze e Guattari (1997) configuram-se como dispositivo para a apreensão participativa da história do presente, possibilitando uma crítica e uma ação política do nosso tempo. Desde tal compreensão de cartografia, traça-se um esboço das relações capilares de poder (como, por exemplo, o Estado e o Capital), dando visibilidade à dinâmica micropolítica de um dado campo social, no caso desta pesquisa os ambulantes no cotidiano do bairro Centro Histórico de Porto Alegre.

O pressuposto nomadismo envolvido na arte de se fazer ambulante, encontra na Teoria das Derivas proposta pela Internacional Situacionista³, uma forma coerente para cartografar suas práticas (de)ambulantes. Proposta como uma etnografia errante do espaço, a *Teoria das Derivas* é um método empírico, dedicado aqui, ao *mapeamento* das táticas de resistência elaboradas no cotidiano pelos sujeitos ambulantes.

As Derivas (I.S. 2007) propõem através de deambulações, que o cartógrafo renuncie suas motivações cotidianas de deslocamento para expor-se à uma outra perspectiva da cidade, por exemplo, a leitura sobre as práticas desenvolvidas nos espaços públicos. Assim, as derivas podem ser consideradas como “um ‘discurso pedestre’ que reinstala o valor de uso do espaço, numa sociedade que privilegia o ‘valor de troca’, ou seja, sua existência enquanto propriedade” (McDonough, 2009

³ Desse momento em diante abreviaremos a Internacional Situacionista como I.S; ressaltamos que utilizamos o livro *Deriva Psicogeografia e Urbanismo Unitário* que reúne alguns textos da I.S. produzidos na década de 60, organizada por Erahsto Felício publicada pela Editora Deriva em 2007.

p.75). Nessa direção, ressaltamos que, para nós, o ato de pesquisar, bem como as técnicas de produção de dados são vistas como ações de cunho ético-estético-político.

A produção dos dados da I.S. é feita através de mapeamentos compostos por bricolagens de mapas euclidianos, que elencam unidades de ambiência (zonas de climas psíquicos), estipuladas de acordo com a exploração afetiva do espaço urbano. O mapa "*the naked city*"⁴ é um dos exemplos de expressão gráfica das derivas realizadas em Paris (FR) pelos situacionistas.

The naked city demonstra grande parte de sua força em sua composição visual, marcada pelas setas e pelos recortes de cartografia; o mapa criado por Debord se configura como uma peça estética enormemente comunicacional. (Monte, 2015).

Inspirados pela citação de Monte (2015), e atentos para a comunicação cartográfica como uma questão de ordem estética, toda a produção dos mapas desta dissertação busca inspiração nos situacionistas, com intuito de transmitir ao leitor / à leitora relações subjetivas para além do funcionalismo geométrico.

Campo espacial

Nas palavras da Internacional Situacionista (2007), o campo espacial das derivas pode ser vago ou preciso, reduzir-se a um bairro ou quarteirão, podendo ser, no limite extremo, até uma deriva estática. Nesse sentido, o Campo espacial da cartografia será persuadido pelas demarcações oficiais do bairro Centro Histórico da cidade de Porto Alegre – RS.

⁴ Tradução literal: A cidade nua. Tirado de um filme americano de 1948, de Albert Maltz e Malvin Wadd que faz referência a um livro de fotos de crimes publicado em 1945. (Jacques, 2003).

Os limites atuais do Bairro Centro são os seguintes: Av. José Loureiro da Silva, Av. João Goulart até seu encontro com a Av. Mauá; desta até a sua convergência com a Av. Presidente Castelo Branco; desta até seu encontro com o Largo Vespasiano Júlio Veppo; deste até o Complexo Viário Conceição (túnel, elevadas, acessos e Rua da Conceição) em seu prolongamento até a Rua Sarmiento Leite; desta até a Rua Engenheiro Luiz Englert; desta até seu encontro com a Avenida Perimetral e desta até a confluência da Avenida Loureiro da Silva. A denominação do bairro Centro foi alterada para Centro Histórico pela Lei 10.364, de 22 de janeiro de 2008 (Prefeitura Municipal, 2017).

Oficialmente, o bairro tem população de cerca de 37 mil moradores segundo IBGE⁵. Circulam por esse espaço cerca de 400 mil pessoas por dia, se configurando como polo de comércio e serviços mais especializado da região metropolitana de Porto Alegre. As causas de deslocamento de seus usuários estão divididas pela Prefeitura em: trabalho (55,15%), lazer (13,95%), compras (12,12%), serviços (8,48%), residência (7,88%) e estudos (2,42%).

Embora o Estado capture informações em relação ao espaço do Centro Histórico, os usos que se verificam no local algumas vezes escapam às regulações impostas pelo Estado através do planejamento do uso do solo, como é o caso de vendedores ambulantes que utilizam os espaços públicos para comercialização dos produtos. Essa população, que através de suas práticas espaciais escapam à planificação da cidade elaborada pelo Estado, logo, são consideradas pelo mesmo, como problemas.



Figura 2 – Centro Histórico de Porto Alegre. Fonte: Cartografia elaborada pelo autor (2018).

Os vendedores ambulantes são apontados pela Administração Municipal, na síntese do plano estratégico de reabilitação da área central (2006) de Porto Alegre através do projeto Viva o Centro, elaborado com recursos do Ministério das Cidades, como o segundo maior conflito do bairro Centro Histórico, atrás somente da violência. Assim, procuramos ir além dos dados oficiais para cartografar as *práticas espaciais cotidianas dos vendedores ambulantes no Centro de Porto Alegre*. Visto a extensão do campo espacial, as questões por nós tratadas não serão individualizadas, faremos isso para mantermos foco em toda a população que pratica esta atividade.

Questão de pesquisa

Considerando como legítimos os “modos de fazer” desenvolvidos na comercialização de produtos pelos vendedores ambulantes nos espaços públicos da cidade, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão:

Frente às estratégias de controle endereçadas à atividade ambulante postas pela Administração Municipal, como se conformam as táticas de resistência espacial no cotidiano do Centro Histórico de Porto Alegre elaboradas pelos ambulantes?

Justificativa

As manifestações de insubordinação social ocorrem internacionalmente há muitas décadas, e atualmente, nas palavras de Pelbart (2015) ocorrem pela difusão de comportamentos resistentes e singulares. Tomado pelo caráter político, o “espaço praticado” (Certeau, 1994), especificamente a prática elaborada pelos ambulantes, é por nós considerada uma forma de resistência, pelo fato de transcender as estratégias impostas pela Administração Municipal, que pressupomos sem sucesso, tenta regular essa prática. Percebemos de antemão, o caráter classista e higienista refletido nas ações do poder público.

Nesse sentido, Lefebvre (2001) afirma que o direito à cidade – que respeita as heterogeneidades das práticas urbanas - deve ser tomado como ação, ou *práxis* promotora do contato com a alteridade, permitindo a articulação e a integração do outro, ou seja, colocar a apropriação acima do domínio (controle) do espaço como instrumento de resistência é prerrogativa indispensável para a realização do direito à cidade.

A escolha do bairro Centro Histórico como objeto de estudo, se deu devido à diversidade cultural, econômica e social do local em relação à cidade de Porto

Alegre como um todo, além de sua região metropolitana. Mesmo que o Centro Histórico tenha perdido certa hegemonia econômica para outros centros urbanos que se pulverizaram na cidade (sobretudo, o deslocamento do comércio de rua para os shopping centers), o bairro ainda se configura como o mais importante polo de comércio e serviços especializados da região metropolitana, segundo a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2017). A grande quantidade de pessoas circulando, atrai centenas de vendedores ambulantes que aproveitam as características intrínsecas ao espaço cotidiano do centro da cidade para inscrever seu tático modo de vida.

Lacuna do conhecimento

Muitas pesquisas se dedicam à temática dos ambulantes nas cidades, encontrando uma importante amostra dentro do campo da antropologia social, a exemplo de Mafra (2015), Quezada (2008) e Ostwer (2007), todas realizadas no Rio de Janeiro (RJ). Dentro do campo da Psicologia Social podemos citar o trabalho de Figueiredo (2016) sobre São Paulo e Ascuntar (2014) sobre Cali na Colômbia. Os estudos na cidade de Porto Alegre, especificamente, foram elaborados por Soilo (2013): um estudo etnográfico sobre o camelódromo e por Machado (2003) - um estudo sobre os usos das ruas do centro de Porto Alegre como estilo de vida, atentando para as práticas comerciais desenvolvidas pelos ambulantes desde a criação da cidade até a promessa da construção do Camelódromo, feita em 2002.

Em que pese as produções científicas sobre a temática dos ambulantes já realizadas, na bibliografia revisada não foi encontrada qualquer pesquisa que relacionasse os efeitos das históricas estratégias de combate à atividade ambulante, desenvolvidas pela Prefeitura Municipal no cotidiano atual (2017-2018) do centro de Porto Alegre. Logo, frente ao problema identificado por esta pesquisa, nos parece urgente e necessário cartografar as táticas de resistência espacial desenvolvidas pelos ambulantes.

Objetivo

Cartografar as estratégias de combate, bem como as táticas de resistência espacial exercidas nos e pelos vendedores ambulantes no cotidiano do Centro Histórico de Porto Alegre.

Hódus-metá

A etimologia da palavra método – *metá-hódos* – é definida por um caminho – *hódos* – predeterminado por metas – *metá* – de partida. Em outras palavras,

normalmente são as metas que predeterminam o caminho a ser seguido na pesquisa científica. (Kastrup *et al.*, 2009).

Entretanto, o *método cartográfico* como indicado em *Pistas do método da cartografia* (Kastrup *et al.*, 2009), em *Cartografia sentimental* (Rolnik, 2014) e na introdução de *Mil Platôs* volume 1 (Deleuze e Guattari, 1997) emprega uma reversão metodológica, transformando o *metá-hódos* em *hódos-meta* (Kastrup *et al.*, 2009). Ou seja, na cartografia o caminho passa a ser experimentado ao longo do processo de pesquisa; por esse motivo, decidimos por não definirmos de antemão os objetivos específicos da cartografia. Assim, o cartógrafo ressignifica o rigor e a precisão, através do compromisso e do interesse com a implicação na realidade da pesquisa. (Kastrup *et al.*, 2009).

Para situar o método cartográfico em relação aos campos científicos, Sandroni e Tarin (2014) traçam dois paralelos: o primeiro remete à cartografia como estudo do campo da geografia, porém transposto para a filosofia através da subjetividade⁶; o segundo paralelo é traçado na direção do campo da antropologia, visto que, usualmente, os estudos antropológicos estão fundamentados no exercício da etnografia, buscando através de um mergulho empírico, outras perspectivas ou outros modos de vida.

O cartógrafo (meio antropólogo - meio geógrafo) é indagado a priorizar as *linhas de fuga* (Deleuze E Guattari, 1997), ou linhas de invenção dos modos de vida, que indicam potenciais para mudança do *status quo*. Uma abertura de caminhos, a partir dos quais o cartógrafo se dedica a explorar os processos de subjetivação, tomado por Deleuze (2013) como “maneiras pelas quais os indivíduos e coletividades se constituem como sujeitos”.

A cartografia pode ser vista como uma narrativa que dá “língua aos afetos que pedem passagem” (Rolnik, 2014). Assim sendo, “o cartógrafo serve-se de fontes as mais variadas” (Rolnik, 2014) como conversas, entrevistas, filmes, discos, revistas, jornais, correspondências, cartas, exposições, livros - tudo que venha a reforçar a importância da experiência para o desenvolvimento da pesquisa. Assim, cartografar:

se realiza por um mergulho na experiência que agencia sujeito e objeto, teoria e prática, num mesmo plano de

⁶ Subjetividade é por nós entendida como um processo, uma dobra do fora que não deixa de ser fluxo – Essa concepção está amparada na leitura que Pelbart (1989) faz sobre o Diagrama de Foucault produzido por Deleuze, no livro *Da clausura do fora ao fora da clausura: três planos e uma invaginação*.

produção ou de coemergência (...) o ponto de apoio é a experiência entendida como um saber-fazer, isto é, um saber que vem, que emerge do fazer. Tal primado da experiência direciona o trabalho da pesquisa do saber-fazer ao fazer-saber, do saber na experiência, à experiência do saber (Kastrup *et al.*, 2009).

A aplicação do método da cartografia, voltado a acompanhar processos que envolvem populações vulneráveis, nos levanta atenção para as questões éticas envolvidas no ato de cartografar, portanto, optamos que a aproximação com a população ambulante acontecesse gradativamente durante as derivas piloto, que duraram cerca de um ano e deram as bases para o primeiro passo dessa cartografia, onde relações começaram a ser estabelecidas entre o cartógrafo e alguns vendedores ambulantes.

Como acordado nos encontros, decidimos por não expor a identidade dos ambulantes por questões éticas, visto que a prática ambulante nos espaços públicos do quadrilátero central⁷ é considerada ilegal pelo Estado. Este motivo também nos indagou a não registrar as derivas em fotografias e a acionarmos uma outra forma de expressão da atividade ambulante - as colagens (fixando recortes de imagens sobre outras imagens em uma superfície), mantendo assim, o anonimato dos sujeitos; tomando-se de imagens pré-fabricadas, propomos um ato ético-estético-político que será aprofundado no tópico 1.2 – Acid.ade situacionista: o espetáculo e a arte.

Cartografia Deambulante

Inspirados pelos modos de fazer dos ambulantes, propomos nesta dissertação, uma *cartografia deambulante* que foi por nós escrita após concluirmos a dissertação. A única predeterminação da cartografia, porém, foi a moldura teórica que serviu como atenuador de riscos e guia para acompanhar os processos de produção de subjetividade relacionados à prática ambulante.

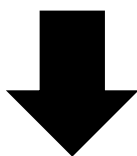
Como já afirmado, a moldura teórica proposta, partiu dos conceitos de *Estratégia e Tática* (Certeau, 1994), onde a guerra cotidiana pelo espaço, travada entre os vendedores ambulantes e o Estado, foram cartografadas como modalidades de ação. Veja abaixo, o quadro com a moldura teórica:

⁷ A definição do perímetro do quadrilátero central está, nesta dissertação, na investida 1 – legislação.

Estratégias	Táticas
Configura-se pela ação gerida no cálculo ou na manipulação das relações de força – sendo organizada pelo postulado de um poder, a exemplo da modernidade científica, política ou militar. (Certeau, 1994)	A arte do fraco, uma ação que aproveita das ocasiões e delas dependem, se inscrevendo nos interstícios das estratégias. São determinadas pela ausência de poder. (Certeau, 1994)
ESTADO – PREFEITURA MUNICIPAL	VENDEDORES AMBULANTES

Quadro 1 – Moldura Teórica: estratégias e táticas. Fonte: (Certeau, 1994), elaborado por AREND. N. F.

Nesse sentido, indicamos ao leitor / à leitora que se o desejo for de acompanhar o processo de construção desta cartografia, que retome a leitura no primeiro passo cartográfico (página 23) e retorne aqui ao concluir a leitura do relatório do caminho percorrido (página 101), visto que a metodologia descrita a seguir, complementa o relatório construído no terceiro passo desta dissertação.



Numa deambulação com dupla direção, buscamos evidenciar dois campos de força no conflito: de um lado, os estratégicos – que exercem poder e controle sobre os corpos; e de outro, os táticos – como artes de fazer, ou, arte de resistir às mais variadas formas de controle impostas. Nessa direção, a deambulação caminhou em três passos, concomitantes entre si:

Primeiro Passo – Arte.Poli(s)tica Ambulante

Ao passo em que as derivas pilotos foram realizadas, fomos sendo afetados pelos ambulantes e nos aproximamos dessa população. Ao mesmo tempo, seguimos por via documental, para discutirmos a conformação histórica da atividade ambulante nas cidades brasileiras. Foram utilizadas teses, dissertações e matérias que versaram sobre o tema dos ambulantes. Em seguida, a deambulação seguiu em direção às forças estratégias e táticas que atuam na cidade.

	Estratégias	Táticas
1º Passo	Ordem Capitalista	Direito à cidade
	Sociedade do Espetáculo	Teoria das derivas
	Bio.Necro.Política	Resistências

Quadro 2 – Primeiro Passo da cartografia. Fonte: elaborado por AREND. N. F.

Estratégias

Evidenciamos como os sujeitos indesejáveis foram tratados pelo Estado e pelo Capitalismo na conformação das cidades através dos escritos de Henri Lefebvre (2001). Num sentido de complementariedade à Lefebvre, expomos sobre a *sociedade do espetáculo* através da I.S. Após essa contextualização, dobramos a esquina e traçamos a política atual de Estado endereçada aos ambulantes através do conceito de *necropolítica* (Mbembe, 2012).

Táticas

Abordamos o direito à cidade como ideal político a partir de Lefebvre (2001) e a criação de situações através da teoria das derivas como uma "arte de fazer". No momento, também atualizamos a concepção de resistência através de Pelbart (2015).

Segundo Passo – A expedição do cartógrafo

Compreendeu a parte de produção de dados, apresentando-se como o passo empírico da cartografia deambulante, aonde o cartógrafo foi à campo. Diferentes fontes de dados foram utilizadas para traçar os campos de força - no que concerne às estratégias: legislação, entrevistas com agentes responsáveis pela questão dos ambulantes na Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Licenciamento e Fiscalização) e o Movimento Legalidade como política pública com auxílio dos canais de mídia Zero Hora, Correio do Povo e Sul21. No que concerne às táticas: o mapeamos a população, a arquitetura e a ação ambulante.

	Estratégias	Táticas
1º Passo	Ordem de oposição	Direito à cidade
	Sociedade do Espetáculo	Teoria das derivas
	Bio.Necro.Política	Resistências
2º Passo	Legislação	Mapopulação Ambulante
	Administração Municipal	MapArquitetura Ambulante
	Movimento Legalidade	MapAção Ambulante

Quadro 3 – Primeiro e segundo passo da cartografia. Fonte: elaborado por AREND. N. F..

Estratégias

Aqui buscamos traçar as forças exercidas pelo Estado no combate à atividade ambulante. Caracterizamos a visão do Estado em três investidas:

1 - Pesquisamos a legislação que estabeleceu as normas para a exploração do Comércio ambulante de Porto Alegre. A lei 3187 de 24 de outubro de 1968, assinada pelo prefeito Célio Marques Fernandes teve ao longo dos anos o total de 10 alterações e atualmente é denominada Lei nº 10605/2008.

2 - Realizamos entrevistas não estruturadas (gravadas e transcritas) com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SMDE) – Sessão de Indústria e Comércio (antiga SMIC) em dois níveis: setor de Licenciamento da atividade ambulante e setor de Fiscalização da atividade ambulante.

3 - Exploramos o “Movimento Legalidade” proposta como ação da Administração Municipal para coibir a atividade ambulante em Porto Alegre em 18 de dezembro de 2017.

Táticas

Aqui buscamos traçar os modos de fazer ambulante, ou seja, suas maneiras de resistir às forças do Estado. Esse passo teve caráter etnográfico e a técnica de produção de dados foi construída a partir da *teoria das derivas* (I.S. 2007). Cabe ressaltar que as derivas não têm caráter limitado e fechado, podendo ser adequada ao que se deseja propor, seja para falar de afetos ou das práticas sociais envolvidas no espaço urbano. Nesse sentido, realizamos durante a escrita do primeiro passo desta cartografia, dezenas de derivas piloto pelo Centro de Porto Alegre, para então no mês de dezembro de 2017 realizar 18 derivas para documentação das informações.

As derivas são um mergulho na experiência que agencia o cartógrafo e o objeto de pesquisa, por onde buscamos realizar *mapeamentos*. Os mapeamentos foram produzidos a partir das anotações em diário de campo, e “têm a função de transformar observações e frases capturadas na experiência de campo em conhecimento e modos de fazer” (Kastrup *et al.*, 2009).

Ressaltamos que a noção de mapa ou mapeamento, como proposto por Deleuze e Guattari (1997), não se limita às questões do território físico, embora o mesmo seja considerado como de fundamental importância para esta pesquisa. O mapeamento aqui proposto foi voltado ao sentido de descortinar os processos de subjetivação que circunscrevem os ambulantes no cotidiano do Centro Histórico de Porto Alegre.

se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experiência ancorada no real. Não produz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói (...). O mapa é aberto, conectável em todas as suas

dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantes (Deleuze e Guattari, 1997).

As derivas foram realizadas conforme o seguinte roteiro cartográfico:

1. MaPopulação ambulante – Mapa da população ambulante.

Foram mapeadas as localizações dos ambulantes dentro da malha urbana do Centro de Porto Alegre através de unidades de ambiência, além das características dessa população composta por várias outras populações.

2. MapArquitetura ambulante – Mapa da arquitetura ambulante.

Foram mapeadas as características da arquitetura ambulantes em relação aos processos de montagem e desmontagem dos estandes de venda, sobrepondo à forma de ocupação espacial exercida pelos ambulantes.

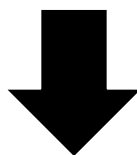
3. MapAção ambulante – Mapa da atividade exercida pelos ambulantes.

Foram mapeados os produtos vendidos, as redes de solidariedade, os clientes e o Levante do dia 19 de dezembro.

Terceiro Passo – En.caminha.mentos

Neste passo retomamos os resultados obtidos nos mapeamentos das estratégias e das táticas, onde demonstramos as inter-relações entre as forças que atuam no conflito pelo Espaço que se situa no cotidiano do Centro. Também elaboramos um relatório do caminho percorrido na aplicação da metodologia, com intuito de darmos pistas ao leitor / à leitora dos elementos que compõe esta dissertação. Os resultados foram então relacionados à pergunta e o objetivo de pesquisa, o que permitiu a indicação de novos questionamentos e novos caminhos à continuidade deste trabalho.

Se deseja ler os desdobramentos desta dissertação, vá à página 102, se não, boa leitura...



1 Primeiro Passo - Arte.Poli(s)tica Ambulante

Propomos nesse primeiro passo da cartografia o exercício de traçarmos algumas dimensões da cidade ambulante com inspiração na Cidade de Sofrônia de Ítalo Calvino⁸:

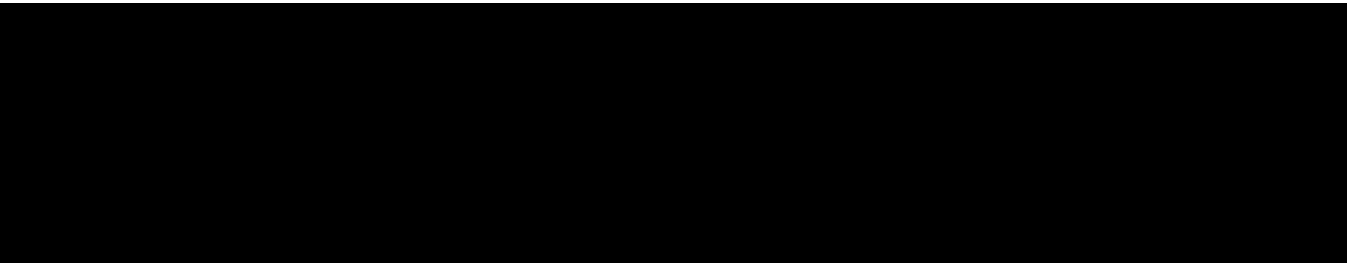
A cidade de Sofrônia é composta de duas meias cidades. Na primeira, encontra-se a grande montanha-russa de ladeiras vertiginosas, o carrossel de raios formados por correntes, a roda-gigante com cabinas giratórias, o globo da morte com motociclistas de cabeça para baixo, a cúpula do circo com os trapézios amarrados no meio. A segunda meia cidade é de pedra e mármore e cimento, com o banco, as fábricas, os palácios, o matadouro, a escola e todo o resto. Uma das meias cidades é fixa, a outra é provisória e, quando termina a sua temporada, é desaparafusada, desmontada e levada embora, transferida para os terrenos baldios de outra meia cidade (Calvino, 1990, p. 27).

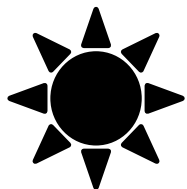
Calvino nesse primeiro trecho fala sobre Sofrônia, como uma cidade feita de duas meias cidades: uma meia cidade fixa e outro provisória, uma meia cidade de pedra e mármore e outra de montanhas russas, cúpula de circo e trapézios. O autor continua:

Assim, todos os anos chega o dia em que os pedreiros destacam os frontões de mármore, desmoram os muros de pedra, os pilares de cimento, desmontam o ministério, o monumento, as docas, a refinaria de petróleo, o hospital, carregam os guinchos para seguir de praça em praça o itinerário de todos os anos. Permanece a meia Sofrônia dos tiros-ao-alvo e dos carrosséis, com o grito suspenso do trenzinho da montanha-russa de ponta-cabeça, e começa-se a contar quantos meses, quantos dias se deverão esperar até que a caravana retorne e a vida inteira recomece (Calvino, 1990, p. 28).

Indicamos, de início, que um outro olhar sobre a cidade ambulante é possível, percebendo esse fenômeno como potente, criativo e astuto em perpetuar-se no tempo e no espaço. Colocamos Calvino no bolso e seguimos cartografando.

⁸ Em: CALVINO, Ítalo. Cidades invisíveis. São Paulo: Ed. Companhia das letras, 1990.





1.1 À cidade - ambulante: Ordem Capitalista e o Direito

A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos **modos de viver** (...) que coexistem na Cidade. (LEFEBVRE, 2001, p. 22, grifo nosso).

O *modo de viver* ambulante está imbricado ao cotidiano dos centros urbanos a tal grau, que muitas vezes, naturaliza-se a presença dessa população nos espaços públicos. Esse fato denuncia-nos sobre a história das cidades, visto que os ambulantes sempre fizeram parte dela, ou, em outras palavras, a cidade ambulante é e sempre foi a cidade em si mesma.

Segundo Machado (2003), em 1752 com a chegada dos açorianos, a atividade de comércio ambulante se intensificou na cidade (POA), principalmente na forma de escambo e na venda de peixes no **Largo da Quitanda** (atual Praça da alfândega).

Em 1815 a Praça Paraíso (atual Praça XV de novembro – em frente ao mercado público) foi destinada pelo Coronel João Batista Alves Porto a tornar-se a Praça do Peixe. Já em 1820, com a construção do prédio alfandegário no Largo da Quitanda, o mesmo Coronel solicitou que os vendedores que ainda estavam lá, também fossem transferidos para a Praça Paraíso (Franco, 1988).

A Praça Paraíso se tornou o principal reduto de comércio de rua de Porto Alegre, consolidando um importante centro de comércio popular para toda cidade. Mais tarde (1844) esse comércio deu origem ao primeiro **Mercado Público** de Porto Alegre, formalizando a ocupação dos ambulantes que estavam na praça (Machado, 2003).

Já em São Paulo (SP), Rolnik, Miragaia e Avanci (2012), afirmam que a atividade ambulante se intensificou⁹ em 1850, a partir da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Nesse olhar, percebemos que a condição de ambulante, está em parte, posta à cidade de São Paulo como resultado da falta de escolhas que a população negra, dita “livre” teve após ter sido libertada da escravidão em um longo e demorado processo. A liberdade concedida à população negra como um direito, não se deu de forma integrativa, visto que nenhum horizonte lhes foi oferecido como rumo para suas vidas pelo Estado, então, muitos deles se dirigiram às cidades e muitos deles se tornaram ambulantes. Pelo exposto, também percebemos que historicamente o modo de viver ambulante, é exercido em São Paulo, por sujeitos em extrema vulnerabilidade.

A questão dos vendedores ambulantes é comum a essas duas cidades brasileiras – salvando suas particularidades – e a história das zonas centrais de ambas está intrinsecamente ligada à atividade. Essa questão nos leva a pensar, se a existência desses sujeitos nas cidades pode ser encarada como uma forma de vida (modo de viver) produto-resultado do processo de urbanização.

Em vista desse primeiro questionamento que nos toma, a atividade ambulante se torna um assunto complexo que pode ser abordado entrelaçado em relação à conformação das cidades, em especial à conformação do cotidiano urbano. Portanto, para cartografarmos a posição que os ambulantes ocupam na cidade, sem demora propomos entender como os sujeitos vulneráveis foram estrategicamente tratados pelo Estado e pelo capitalismo no processo de urbanização.

O Capitalismo - em sincronia com o Estado - utilizou de processos estratégicos de deslocamento dos corpos indesejáveis dos espaços centrais das cidades. Essa questão já aparece nos processos de urbanização e higienização da Paris do século XIX. Portanto, a questão guia que propomos, e que buscamos responder através do livro *O Direito à Cidade* (1968) de Henri Lefebvre, é: Qual foi a situação que o capitalismo, através do Estado, impusera urbanisticamente ao cotidiano das cidades? Estamos pontuando o momento em que o autor discute sobre Industrialização e Urbanização.

Lefebvre (2001) propõe, nessa perspectiva, que a Industrialização tem como finalidade a Urbanização, ou seja, a Industrialização foi um dos motores que impôs às pessoas um modo de vida, o modo de vida urbano, logo, as cidades se

⁹ No texto original, os autores utilizam o verbo “iniciou”, mas, preferimos não pontuar um início da atividade ambulante em São Paulo por falta de evidências mais concretas.

constituíram como um mecanismo político do capital - que opera uma estratégia de organizar a chamada "desordem" social.

Explorando a história da tomada da cidade pela ordem capitalista, Lefebvre (2001) expõe que em 1848 a classe burguesa de Paris (FR) se vê atravessada diretamente pelo proletariado. As edificações eram estratificadas através de uma ordem, em que os mais abastados habitavam os primeiros pavimentos e os mais pobres os andares superiores, onde os apartamentos tinham difícil acesso à água.

Lefebvre (2001) afirma que Paris mantinha habitantes que eram economicamente dispares na mesma edificação, sob o mesmo teto, então, mesmo que as fronteiras de distinção sócio econômicas dos habitantes da cidade eram, por um lado, mantidas pela apropriação ordenada dos andares das edificações, por outro lado, eram borradas quando se trata o assunto na escala da cidade. Logo, a segregação espacial, em virtude das características socioeconômicas, ainda não havia atingido a escala da cidade deliberadamente.

Essa "desordem" na cidade foi, ao ver do Estado burguês, o que provocou as jornadas de junho de 1848 em Paris, considerada como a "Primavera dos Povos". Esta situação, que eclodiu em um momento de profunda crise econômica e de escassez de alimentos na França. O autor afirma então, que o período entre 1848 e Haussmann foi o de maior intensidade na vida urbana de Paris.

Na visão de Lefebvre, a burguesia ao tomar o poder na França, iniciou a elaboração de uma *estratégia de classe* que visava o remanejamento ou esquadramento da sociedade. Nesse sentido, a problemática do Capitalismo ganhou um contorno urbano, pois a principal estratégia utilizada pelo Estado para esse remanejamento social foram os deslocamentos da população proletária às periferias da cidade - mantendo em espaços longínquos dos olhos dos mais abastados, os sujeitos que não importavam ao Capitalismo e tampouco ao Estado.

Podemos suscitar que as relações entre a atividade ambulante e o capitalismo ocorrem dialeticamente, em sentido bastante genérico. Pois os ambulantes podem ser considerados como um "produto-produção" do capitalismo, "reproduzindo seus princípios e valores, visto que o mercado informal é parte intrínseca ao sistema econômico" (Machado, 2004). Ao mesmo tempo em que são como uma fissura do sistema capitalista, permanecendo à margem, já que o Estado não consegue fornecer meios para a aceitação da existência dos ambulantes e diversas vezes tenta coibir esses modos de vida das ruas das cidades.

A estratégia francesa de higienização de Paris se desdobra a partir do Segundo Império, na leitura de Lefebvre, através de três atos: o urbanismo de Haussmann, a concepção de *habitat* como direito à propriedade e a produção de habitação pelo Estado.

O primeiro ato de Haussmann, no momento chefe de departamento de Paris, substituiu as ruas tortuosas da cidade por largas e longas avenidas. Não somente com o intuito de organizar a perspectiva e arranjar os vazios urbanos, mas também para “pentear Paris com as metralhadoras” (Lefebvre *apud* Péret, 2001). O urbanismo proposto por Haussmann proclama alto e forte a glória e o poder do Estado, que arranja a violência que na cidade se pode desenrolar (Lefebvre, 2001).

O segundo ato, porém, teve finalidade estratégica de proporções muito maiores, ao conceber a ideia de “*habitat*” como ascensão à propriedade e não mais como participação da vida social da cidade. O mercado de habitações (iniciativa privada), ao proporcionar os *conjuntos* (blocos de apartamentos) à população operária em áreas periféricas, retira essa população da dinâmica urbana das áreas centrais de Paris. Promovendo o que Lefebvre (2001) chama de uma *urbanização desurbanizante*, pois a periferia continua sendo altamente dependente da cidade - tornando-a urbana, ao mesmo tempo em que não provêm de espaços urbanidade (ruas, praças, locais de encontro), que existem somente nas zonas centrais. A população operária foi atingida fortemente por essa estratégia, entretanto, cabe ressaltar que a concepção de *habitat* tencionou também a burguesia em direção à periferia, com a criação dos chamados *pavilhões* (conjuntos de casas isoladas umas das outras).

O terceiro ato se constitui no pós-guerra em meio a uma *crise* habitacional. O Estado então reivindicava para si a produção de habitações, criando novos *conjuntos* habitacionais, seguindo uma lógica única de especulação imobiliária. Seguindo os preceitos modernos, as habitações (*conjuntos*) foram construídas da forma mais rápida e barata possível. Nas palavras de Lefebvre (2001, p. 23-24): “os novos conjuntos serão marcados por uma característica funcional e abstrata: o conceito do *habitat* levado a sua forma pura pela burocracia estatal”.

Lefebvre (2001, p. 28) reitera: “os subúrbios são urbanos, numa morfologia dissociada, império da separação e da cisão entre os elementos daquilo que foi criado como unidade e simultaneidade”. O que colocamos em questão, é que o capitalismo sustenta uma estratégia de classe através de uma ordem de oposição, que proporciona uma diferenciação irremediável para a vida urbana.

Em consequência desses três atos, o autor afirma que se acentuou um longo processo de segregação social através localização da habitação em Paris como

estratégia do Estado. Sendo assim, a consciência urbana se esvaiu ocultada por uma "*ordem de oposição*": os *pavilionistas* (habitantes dos pavilhões) e os *conjuntistas* (habitantes dos conjuntos) - de um lado, os burgueses fugindo das mazelas do centro urbano, e de outro, o proletariado posto à periferia nos interstícios dos pavilhões. Nessa perspectiva, nas palavras de Lefebvre (2001), o Estado age por cima e as Empresas por baixo, ambos convergindo para a segregação.

Podemos compreender que a *ordem capitalista* posta à cidade é elaborada através de uma *ordem de oposição*, ou ordem de diferenciação no nível das estratégias, que promovem a cisão, o esartejamento e a fragmentação da vida urbana.

Embora tenhamos pegado carona na teoria Lefebvrina para entendermos as estratégias impostas pelo capitalismo através do Estado na conformação das cidades, esse mesmo processo atingiu as cidades brasileiras, que também expulsou à periferia os sujeitos vulneráveis, principalmente após o Golpe Militar (1964) que abriu as portas de uma longa e dura ditadura.

Retornando à Porto Alegre, não encontramos um desenho tão evidente das estratégias impostas ao espaço, como o elaborado brilhantemente por Lefebvre acerca de Paris. Porém, cabe destacarmos que Lefebvre afirma que as cidades da América Latina tenham sido totalmente submersas pela industrialização, levando-nos a pensar que Porto Alegre também tenha sido tomada pela "*ordem de oposição*" capitalista. Em uma breve pesquisa histórica através da ótica Lefebvrina, encontramos indícios que apontam que Porto Alegre tenha passado por um processo semelhante, respeitando sua posição latino-americana – periférica ao sistema capitalista.

Sublinhamos que Porto Alegre foi a primeira capital do país a ter um Plano Diretor, o Plano Geral de Melhoramentos com autoria do Engenheiro-Arquiteto João Moreira Maciel - um plano estritamente viário, elaborado com o intuito de "desafogar" o centro da cidade.

Em relação aos deslocamentos dos sujeitos indesejáveis das áreas centrais, recordamos que em 1965, sob regime militar, foi criado o Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB), "substituindo" o antigo Departamento Municipal da Casa Popular (DPCP). O DEM HAB "tinha como prioridade buscar alternativas para regiões alagadiças da cidade, de grande insalubridade para as populações ali residentes" (PREFEITURA MUNICIPAL, 2009). Logo, percebemos através da criação do DEM HAB, uma ilustração do terceiro ato que Lefebvre aponta como responsável

pela higienização de Paris – a reivindicação do Estado em produzir conjuntos habitacionais em meio à falta de moradias.

Conforme o histórico habitacional de Porto Alegre, disponível no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social elaborado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre em 2009, esse Departamento, quando criado, ficou responsável pela execução de projetos planejados e financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH).

Entre 1965 e meados de 1970, através do lema: “Remover para Promover”, o DEMHAB removeu as chamadas “malocas”, e outras vilas inteiras como é o caso da Ilhota, Secular, Ilha do Pavão, Teodora, Marítimos e Santa Luiza, todas localizadas nas proximidades da região central da cidade e transferidas para um terreno adquirido na zona rural de Porto Alegre, chamado Restinga.

A Restinga foi o mais ambicioso projeto executado pelo DEMHAB na época, que primeiro varreu os indesejáveis das zonas centrais da cidade para um terreno na área rural da cidade (1967) e só foi entregar as primeiras 390 unidades habitacionais do projeto chamado Nova Restinga em 1971, quando surgiram os recursos do BNH. Esse empreendimento foi o maior projeto habitacional da época no Brasil e deslocou um enorme contingente populacional para cerca de 25 quilômetros do Centro da capital gaúcha.

Essa estratégia de deslocamento da população marginalizada, foi um processo estratégico de higienização de Porto Alegre, e criou relevantes problemas sociais para os novos habitantes da restinga, como por exemplo, o acesso ao trabalho. Pensava-se como solução para o deslocamento da mão de obra das regiões centrais, que essa população encontraria emprego com a implantação de um Distrito Industrial no bairro (que nunca saiu do papel). Ao nosso ver, uma clara estratégia de oposição-diferenciação para manter longe dos centros, os sujeitos que não importam à cidade, e tampouco ao capitalismo – situação semelhante à encontrada no pós-guerra em Paris.

Com o passar dos anos, Porto Alegre atravessou por um extenso processo de modernização, e uma vez que os esforços tenham sido empreendidos na direção de afastar os indesejáveis do centro através da localização da moradia que fora posta à periferia, essa estratégia se alastrou para todos os departamentos da Administração Municipal, atingindo também as políticas públicas voltadas à população de vendedores ambulantes, igualmente vistos como sujeitos indesejáveis - representantes da informalidade e da desordem social, que remetem à um certo “passado” que a cidade moderna tanto desejava expurgar.

A cidade contemporânea como um campo político de disputa - na argumentação de Silva e Batista (2014) - está acoçada por duas grandes forças: de um lado, a máquina capitalista que produz e indexa valor ao espaço urbano - valorizando terrenos e deslocando contingentes populacionais de um bairro para outro - ao inventar regiões de luxo e ao mesmo tempo de miséria e vulnerabilidade; de outro lado - em total coexistência - o Estado, que normatiza certos modos de viver (formais) em detrimento de outros (informais), organizando os fluxos, o que pode e o que não pode nos espaços ditos públicos e privados.

Tanto para o Estado - Ordem e Progresso - quanto para o sistema capitalista, a atividade ambulante é considerada informal. Essa informalidade, porém, é por nós questionada, pois a informalidade está associada a algo que não tem forma, logo, seria algo que escapa dos moldes de organização vigentes, conformando-se em um modo de viver que segue outra lógica de organização, usualmente tratada pelo Estado como desordem.

A rua é o palco dos ambulantes, numa multiplicidade de contratos “informais” que se atualizam, informam e surpreendem.

A rua é a desordem? Certamente. Todos os elementos da vida urbana, noutra parte congelados numa ordem imóvel e redundante, liberam-se e afluem às ruas e por elas em direção aos centros; aí se encontram, arrancados de seus lugares fixos. Essa desordem vive. Informa. Surpreende. (...). Isso não mostra também que sua desordem engendra uma outra ordem? (Lefebvre, 1999).

O argumento de “desordem” mergulhou o país em uma ditadura e também levou à criação da primeira lei de regulação da atividade na cidade de Porto Alegre, em 1968. A Lei foi assinada por Célio Marques Fernandes - prefeito que assumiu a Prefeitura Municipal após o Golpe Militar - e teve ao longo dos anos o total de 10 alterações, hoje consolidada como Lei 10.60510 e regulada pelo Decreto nº 17.13411, de 4 de julho de 2011.

Nas tentativas de resolver a situação dos ambulantes, o Estado atuava muitas vezes no sentido de coibir esses modos de vida. Na década de 60 em São Paulo, por exemplo, houve uma tentativa do então prefeito Ademar Pereira de Barros em

¹⁰ Disponível na íntegra em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/1968/319/3187/lei-ordinaria-n-3187-1968-estabelece-normas-para-a-exploracao-do-comercio-ambulante-e-da-outras-providencias-2008-12-29-versao-compilada>


¹¹ Disponível na íntegra em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000031797.DOCN.&l=20&u=%2Fnethtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>

extinguir a atividade ambulante, porém o prefeito se viu obrigado a recuar da decisão por pressão social. Os Termos de Permissão de Uso (maneira encontrada para uma forma de regularização das práticas ambulantes) foram concedidos somente em 1965, inicialmente para ambulantes de plantas ornamentais (Rolnik, *et al.*, 2012).

A legalização das atividades ambulantes em Porto Alegre foi somente em 1989, após o fim da ditadura militar, através do então Prefeito Olívio Dutra (PT), onde foi instituído os camelódromos da praça XVI, da Rua Marechal Floriano e da Rua Vigário José Inácio. (Machado, 2003). No decorrer dos anos, essa região do Centro de Porto Alegre ganhou importância em escala metropolitana, sendo um dos polos de comércio mais especializado da região (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2017).

Viajando no tempo até os anos 2000, a Prefeitura estima que existiam cerca de 1000 a 2000 vendedores ambulantes ilegais nas ruas de Porto Alegre. Nesse mesmo ano, o camelódromo da Rua Marechal Floriano criado por Olívio Dutra, foi extinto por exigências dos lojistas (Machado, 2003).

O fato mais notável nas políticas públicas voltadas aos ambulantes, se materializou no centro de Porto Alegre através da construção do Camelódromo (Centro Popular de Compras – Pop Center) em 2009, tomado como promessa do poder público para retirada dos vendedores ambulantes das ruas centrais da cidade de Porto Alegre. Abrigando cerca de 800 pontos comerciais, o Camelódromo cumpriu parte do papel para o qual foi projetado, porém a iniciativa não impediu que outros sujeitos ambulantes seguissem na informalidade vendendo produtos diversos nas ruas do centro.

A map of Porto Alegre, Brazil, with a red arrow pointing to a specific area in the center of the city. The map shows a dense grid of streets and buildings. The red arrow is a 3D-style arrow pointing downwards and slightly to the left. The text is overlaid on the map, with a white box around the word 'Camelódromo' in the text.

Atualmente (2017-2018), a Prefeitura Municipal de Porto Alegre estima que existam cerca de 4000 vendedores ambulantes informais na cidade. Visto a situação posta, os comerciantes do **Camelódromo** (antes ambulantes) agora reclamam a Administração Municipal sobre a concorrência com os novos vendedores ambulantes, além de relatarem dificuldades para arcar com aos altos custos de aluguel e condomínio do camelódromo. O retorno às ruas, então, se torna inevitável.

Figura 5 - Camelódromo. Fonte: Mapa elaborado pelo autor. (2018)

Na manhã do dia 22 de abril de 2017 foi realizada a primeira fase da *Operação Retomada*, que nas palavras da Prefeitura Municipal, promove “uma ocupação preventiva dos espaços”. Uma estratégia que busca “recuperar” os espaços públicos do Centro Histórico através de diversas ações, dentre elas, a inibição da comercialização informal de produtos pelos ambulantes.

Ordinariamente este tipo de comércio não é visto com bons olhos e divide opiniões, conflituosas entre si: de um lado, quem acha bom encontrar um vendedor de guarda-chuvas no meio da rua quando começa a chover; são clientes costumeiros de churrasquinhos, cachorros quentes, que usualmente servem “bem” e a preços baixos; ou afirmam ainda encontrar produtos mais baratos que os encontrados no comércio formal. De outro lado, estão aqueles que acham que o comércio ambulante atrapalha o fluxo das calçadas; que consideram os trabalhadores como delinquentes e perigosos; e que definem os trabalhadores como “sanguessugas” do comércio formal, ocupando um lugar na cidade que não é de sua propriedade.

Os ambulantes através da utilização dos espaços públicos para práticas comerciais, tensionam o entendimento sobre espaço público e espaço privado como aponta Rigatti (2003) em um estudo sobre o Centro de Porto Alegre. O autor aponta para o fenômeno ambulante como resultado de um crescente empobrecimento de amplas camadas da população, que encontram no comércio informal uma alternativa de sobrevivência.

Em princípio, tornar-se ambulante surge como alternativa temporária, porém, em alguns casos, a atividade se torna um trabalho que atravessa gerações.

A prática ambulante na cidade de São Paulo resistiu por mais de um século a todos os ciclos econômicos e atravessou o tempo adquirindo características próprias até o cenário atual, que consolidou como referências nacionais redutos de comércio popular em bairros paulistanos, como o Brás, 25 de março, República, Sé, entre outros (Rolnik, et al., 2012).

Notamos nesse trecho de Rolnik *et al*, que a prática ambulante, mesmo acontecendo nos espaços ditos “públicos” (ruas, praças, passarelas, rodovias) da cidade, consolidou também o comércio localizado (formal e legalizado) de regiões inteiras de São Paulo. Portanto, há indícios de que existe na prática ambulante uma potência de subjetivação para com a cidade formal.

Embora a Administração Municipal proponha estratégias de combate à informalidade, os vendedores ambulantes continuam exercendo suas práticas

cotidianas, ou maneiras de fazer, como diria Certeau (1994), ante as estratégias desenvolvidas pelo setor público.

As táticas ambulantes são envolvidas diariamente por negociações. A conquista de um espaço para a venda dos produtos não é tarefa simples, e uma vez conquistado, manter-se no espaço é ainda mais difícil, principalmente para aqueles ambulantes não legalizados, sem alvará de licença, que precisam fugir da fiscalização do Estado. Os produtos vendidos são os mais diversos, desde frutas, cafés, bolos, docinhos, pipocas, churros e cachorros quentes, até brinquedos, roupas, sapatos, artesanatos, guarda-chuvas e flores.

Se a cidade foi tratada como uma indústria, como uma máquina ou mecanismo de reprodução do capital, a preocupação em obter maiores lucros veio por fim, a extirpar a urbanidade. Nas palavras de Lefebvre (2001), o capitalismo trata da cidade unicamente como valor de troca e não como valor de uso. Como resultado desse modo de fazer, o direito à cidade se tornou uma mercadoria como qualquer outra.

Se até aqui buscamos traçar as estratégias do Estado perante os sujeitos vulneráveis na cidade, retomamos que para Lefebvre (2001, p. 15): a cidade “pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive ideológico e políticos) dos modos de viver (...) que coexistem na cidade”. Com essa virada argumentativa, o autor, portanto, não encerra a discussão do urbano como um simples produto-mecanismo do capital.

Lefebvre (2001) afirma que o direito à cidade, em contrapartida à ordem capitalista (de oposição), deve ser tomado como uma *ação*, ou *práxis* promotora do contato com a alteridade, permitindo a articulação e a integração do outro. Assim, o direito à cidade está longe de ser um direito individual focado meramente na questão do acesso à cidade, e sim num *processo cotidiano de mudança social através da mudança da cidade*.

O caráter revolucionário do direito à cidade, na visão de Lefebvre (2001), deve ser integrativo através da arte, tomando a arte como um modo de fazer, o que conforma a teoria Lefebvrina em uma teoria essencialmente prática. O autor afirma que o viver na cidade deve ser tomado como uma *obra de arte*, como uma *arte de fazer*, que promulgue a *práxis* de uma revolução cotidiana. Em outra leitura, o direito à cidade pode ser visto como uma ação tática que coloca a apropriação acima do domínio (controle) do espaço.

Entretanto, apropriar não esgota seu significado de posse. A apropriação corresponde um acontecimento no lugar. Frequentemente, tal espaço – apropriado – é uma estrutura, um monumento ou edifício, mas não é sempre o caso: um sítio ou uma praça ou uma rua podem também ser legitimamente descritos como espaço apropriado (Veloso, 2016).

Na argumentação de Lefebvre (2001), a apropriação é prerrogativa indispensável para a realização do direito à cidade, e a ação de apropriação do espaço deve necessariamente resultar numa mudança social, na medida em que reinstala o valor de uso do espaço urbano e por consequência se combata a fragmentação e a segregação da vida urbana.

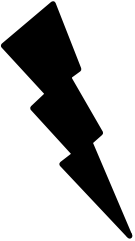
Para Veloso (2016), as apropriações dos espaços da cidade dizem respeito a ocupar-se com o que se dá no acontecimento, sob a forma do inesperado. Essa tática de posse de uma situação no tempo-espaço vem sendo utilizada por muitos movimentos políticos que reivindicam para si a construção de uma nova cidade.

Em meio à “desordem” dos espaços públicos, os ambulantes, são por nós vistos como agentes da apropriação dos espaços que promovem o contato com a alteridade como política de ação tática para sobreviver, através da comercialização de produtos. Nesse parecer, os ambulantes marcam claramente uma fratura do processo de urbanização, pois estão ocupando espaços que historicamente lhes foram retirados como direito: os centros das cidades.

Se o Direito à Cidade está relacionado a uma *arte de fazer*, Lefebvre nos aproxima ainda mais das relações práticas do cotidiano expostas no primeiro parágrafo deste passo cartográfico. Essa guinada da teoria Lefebvrina para questões de ordem cotidiana, encontra, ao nosso ver, em Certeau uma conversa possível para acompanharmos os ambulantes em Porto Alegre.

Certeau (1994) atenta para a capacidade de dispersão das práticas cotidianas em relação às esferas normativas da cidade, não somente no sentido de ir contra as estratégias de controle dos modos de vida, mas também na capacidade criativa que funda enunciações de resistências. Nesse movimento - de dirigir a atenção para o dia-a-dia comum - as banalidades tomam à cena, e desse momento então, Certeau desloca a questão do saber para as criatividade e as astúcias do homem ordinário, que escapa da disciplinarização dos corpos imposta pelo Estado. Esse espaço do – não poder – sai da penumbra que lhe foi arremetida pela ordem hegemônica e joga com a perspectiva de poder através de ações táticas.

Através da moldura teórica, sobre as artes de fazer cotidianas de Certeau (1994), tivemos a companhia dos escritos de Lefebvre sobre a conformação do



urbano: de um lado as estratégias impostas pelo Capitalismo através do Estado nas cidades e de outro, as táticas de promoção do direito à cidade, atravessados sempre pela questão dos vendedores ambulantes. Em um sentido de complementariedade aos conceitos trabalhados até aqui, essa dissertação deambula e caminha em direção a uma maneira de ler a prática ambulante em Porto Alegre com inspiração na Internacional Situacionista.

1.2 Acid.ade ambulante: Entre o espetáculo e a arte

Retomando o saber prático do cotidiano envolvido na experiência do espaço, notamos que a *arte de fazer ambulante* esconde nos pormenores um saber único: uma arte do fraco, tática como diria Certeau, que aproveita das ocasiões impostas e delas depende.

Nesse sentido, uma das ocasiões determinantes aos ambulantes, que pode vir a impossibilitar a atividade - pelo menos dos que não tem o alvará - é a presença de fiscalização da Administração Municipal. De tempos em tempos, a fiscalização se direciona para um foco de concentração dos ambulantes e ali permanece durante todo o período comercial, com o intuito de inibir, pelo menos no local, o comércio de produtos pelos ambulantes ilegais. Essa situação, entretanto, não coíbe que os ambulantes mudem o local de comercialização, visto que, ao primeiro sinal de aproximação da fiscalização, muitos deles, em questão de segundos, recolhem seus produtos e "desaparecem".

A situação imposta pela fiscalização infere aos ambulantes um modo de fazer, que reflete uma permanente desconfiança com o entorno, por isso, eles estão sempre de olhos bem abertos e atentos. Esta situação também determina um modo de disposição dos produtos, pois os mesmos devem ser recolhidos às pressas, além de elaborarem um plano de fuga.

A dança dos ambulantes parece ser orquestrada, e de fato é. A fugaz retirada das mercadorias na presença da fiscalização entrega algo essencial para a atividade: o fato de ter de lidar com os imprevistos e a constante possibilidade de ter seus produtos apreendidos.

Quando as operações de fiscalização são executadas em conjunto com a Brigada Militar, os problemas se intensificam. Usualmente, a força entra em jogo e as ruas se tornam um verdadeiro campo de batalha. Essas operações são extremamente violentas e de praxe terminam com detenções, espancamento de

ambulantes e a desmoralização dos sujeitos trabalhadores. Logo, percebemos que o direto à cidade dos ambulantes é estritamente cerceado pela força do Estado.

A chuva também é um problema. Assim que caem os primeiros pingos, a concentração de ambulantes nos centros da cidade parece que escorre pelos bueiros juntos com a água que lava a cidade. Essa dispersão, porém, não dura muito tempo. Prontamente o esvaziamento das ruas é vista como uma oportunidade para os ambulantes, agora vendendo o que a situação pede: um guarda-chuva barato.

Procuramos adentrar nas astúcias dos ambulantes, como uma maneira de resistir, através da criação de situações controladas, e que se materializam entre as fissuras das forças que lhes são impostas pelo Estado e pelo Sistema.

A construção de situações, baseados na Internacional Situacionista (2007), seria como um momento da vida concreta e deliberadamente construída, para a organização coletiva em um ambiente unitário, como um jogo de acontecimentos¹². Essa definição pode ser lida como *Arte Situacionista*. Os situacionistas foram um grupo que elaborou uma ácida crítica da vida cotidiana através da construção de situações.

A construção de situações, criação espacial de momentos novos, descreve a articulação de duas questões: primeiramente, dado que não há obra situacionista, mas apenas um uso situacionista da obra de arquitetura, há somente o manejo e o controle das técnicas de comportamento mediante elementos arquitetônicos numa ambiência material; trata-se, nos lugares, de atentar para a atmosfera ligada aos gestos que a arquitetura contém. Por outro lado, há a questão da organização coletiva de um ambiente concretizada pelo jogo de acontecimentos, quando o jogo surge como alternativa a uma vida planejada, em especial o planejamento efetuado pelo urbanismo (Veloso, 2016).

Utilizando-se do que é seu por essência, o corpo, os ambulantes praticam um jogo de viver no cotidiano, como uma alternativa à vida que fora planejada pelo urbanismo, além de utilizar a arquitetura da cidade através do manejo e do controle tático dos elementos espaciais.

Os situacionistas, ao contrário de Lefebvre, não desenvolveram uma teoria urbana, muito menos deram indicações de uma suposta "cidade situacionista". Mas isso não significa que os escritos da I.S. não tenham no fundo bases teóricas. Para

¹². Em: Internacional Situacionista. Definições. 2007.

Debord (1997), “o Urbanismo é a técnica de separação, que prepara o solo que convém ao seu desenvolvimento, uma tomada do meio ambiente natural e humano pelo capital.”.

Percebemos que o olhar lançado ao urbano pela I.S. se assemelha muito à questão da “ordem de oposição” imposta pelo capitalismo às cidades, exemplificada no tópico acima, nas palavras de Lefebvre, que não por acaso, foi muito próximo da I.S. no início do movimento. Ambos os autores outorgam que o isolamento das populações é um modo eficaz de controle social.

Jacques (2003) afirma que a tese central Situacionista seria a transformação revolucionária da vida cotidiana, afirmando ainda que a criação de situações se assemelha muito ao conceito de construção de momentos de Lefebvre, porém como um desenvolvimento do pensamento Lefebvrino. A criação de situações tinha grande objetivo: o desmoronamento moderno da noção de Espetáculo.

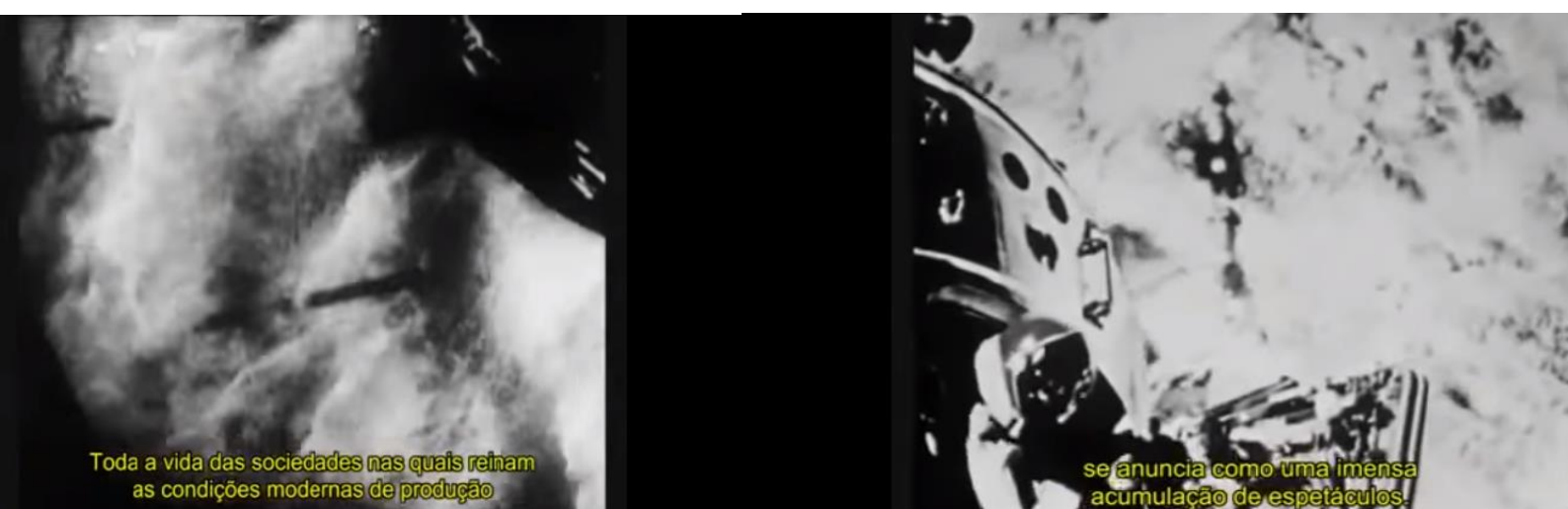


Figura 6 – Fillmograma de Sociedade do Espetáculo, 1973. Fonte: Quadros do filme feitos pelo autor. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=q0AJ66Rb-1o&feature=player_embedded

Se por um lado houve um flerte situacionista com a teoria, também foi assim com os movimentos artísticos, destacando o *Futurismo*, o *Surrealismo* e o *Dadaísmo* que tiveram influência significativa na conformação do grupo. (Lima, 2012). A produção situacionista é composta por textos e ilustrações publicados em doze volumes da revista *Internationale Situationniste*, além de mapas, exposições e intervenções na cidade, a exemplo das derivas, que serão abordadas adiante. Logo, propomos que a IS influencie a ética-estética-política de produção de dados desta dissertação, com seus ideais e suas práticas de leitura do espaço.

A arte, como tantos outros campos, foi acidamente criticada pela I.S., no momento em que o grupo propõe uma “supressão e realização da arte”. A crítica se faz em parte, numa leitura sobre as produções consideradas artísticas da época (elaboradas durante o período pós-guerra nos Estados Unidos), principalmente sobre a estética abstrata americana, que propõe uma emancipação da arte como dispositivo único de representação, sendo livre de um compromisso com a realidade, que pode ser posto em outras palavras: A arte pela arte.

Nas análises dos situacionistas, a arte moderna passou a ser caracterizada pela perda de sua capacidade crítica de mudança em sentido social e que ela seguia, na sua convivência cada vez maior com o status quo, as mesmas orientações da crise ampla verificada na sociedade capitalista. (Mari, 2014).

A crítica dos Situacionistas em relação à emancipação das vias enunciativas das artes, por questões formais – que ao ver da ideologia capitalista não necessitaria carregar em si um senso político – se volta ao equívoco de que a neutralidade possa ser um caminho para algo não político. O que os situacionistas criticavam, seria justamente o caráter político da arte, mas não encarando a arte como forma sacralizada de expressão, e sim como um modo de fazer. Nessa direção, os situacionistas convocam a vida urbana como uma obra de arte a ser inventada de acordo com os anseios políticos da população, indo contra a sociedade espetacular de acumulação.

Não se configura exagero afirmar que o auge do movimento situacionista foi durante as revoltas de maio de 68 de Paris. Embora o movimento de 1968 seja fascinante em seus diversos aspectos, também cabe ressaltarmos que ele é o resultado de um processo de lutas que veio sendo germinado durante toda a década de 60, não podendo ser reduzido apenas ao ano de 68, muito menos as influências do grupo I.S. (Veloso, 2016). Até porque, esse processo de lutas encontraria desdobramentos ainda por toda a década de 70, quando se intensificou a luta entre capital e trabalho, a qual se constituiu num dos elementos da crise do capitalismo.

A revolução de maio de 1968 explodiu como um trovão no céu azul. Nada havia a defender nem a reivindicar, exceto a demolição da sociedade espetacular mercantil como um todo. (Internacional Situacionista, 1973).

A questão da alienação da população urbana, resultado da tomada da cidade pela ordem capitalista, verificada pelo grupo e também por Lefebvre em *O Direito à Cidade*, encontra uma potente ilustração no livro publicado em 1967 por

Guy Debord intitulado *A Sociedade do Espetáculo*. O texto é escrito na forma de aforismos, visto que o autor acreditava que as ideias deveriam ser de fácil apreensão e replicação. Não à toa, as frases criadas pela I. S. são utilizadas em protestos de insubordinação social até os dias de hoje.

O livro posteriormente deu origem a uma produção cinematográfica com mesmo título, escrito e realizado por Debord, o filme (1973) é composto por uma série de reproduções de imagens de filmes pré-existentes, como por exemplo: *La Charge Fantastique* de Raol Walsh, sobreposto a uma narrativa em primeiro plano que contém extratos da primeira edição de *A Sociedade do espetáculo*, publicado seis anos antes. Procuramos localizar o espetáculo através de algumas considerações que a narrativa do filme coloca, se destacando:

Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção, se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se afastou numa representação. As imagens que se desligaram de cada aspecto da vida, fundem-se num curso comum, onde a unidade desta vida já não pode ser restabelecida. A realidade considerada parcialmente desdobra-se na sua própria unidade geral enquanto pseudomundo à parte, objeto de exclusiva contemplação (...). O espetáculo em geral, como a inversão concreta da vida, é o movimento autônomo do não vivo. (...) O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens. (...) O Espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante. (Debord, 1973)

As definições apresentadas possibilitam diferentes leituras sobre o que seria o Espetáculo debordiano, porém, nenhuma delas condensa tão bem o pensando, quanto a espetacular frase: "o espetáculo é o capital a tal grau de acumulação que se torna imagem" (Debord, 1973). Essa imagem seria como um "entre" por onde as relações (econômicas, sociais, culturais) se estabelecem, ou seja, como uma forma de mediação das relações através do capitalismo, agindo diretamente em todos os processos de subjetivação¹³, que se singularizam através da experiência de cada sujeito ou coletividade.

Apoiando-se em Lefebvre, os Situacionistas criticaram o movimento comunista por ser uma vertente romântico-revolucionária. O grupo, a nosso ver, se

¹³ Maneiras pelas quais os indivíduos e as coletividades se constituem como sujeitos. (Deleuze, 2013).

mantem coerente à essa crítica, ao não propor uma alternativa à cultura de vida capitalista, afirmando que a *revolução por si, seria como um modo de viver*. Os ataques às instituições, às ideologias e ao poder estabelecido, elaborado pelo grupo, tem força, pois dizem: “Não”. Recusam o assujeitamento imposto pela capital através do estado, potencializando assim, outras formas de subjetivação. Essa luta pela liberdade é usualmente assimilada por vertentes do movimento Anarquista na Europa. Há também aqueles que acreditam que o grupo foi o fundador de uma “nova esquerda”, ou, ao menos, que tenha guinado parte do movimento de esquerda para novas direções.

O pressuposto nomadismo envolvido no modo de viver dos ambulantes encontra na *Teoria da Deriva* (I.S. 2007) uma possibilidade coerente de apreensão cartográfica de suas práticas deambulantes. Proposta como uma etnografia errante do espaço, a Teoria das Derivas é um método empírico, aqui dedicado à apreensão das táticas de resistência elaboradas pelos sujeitos ambulantes de forma etnográfica.

A abordagem exploratória das derivas se opõem às noções clássicas de viagem ou passeio, propondo que através de deambulações, os sujeitos renunciem às motivações cotidianas de deslocamento, para expor-se a uma perspectiva outra da cidade, reivindicando a apropriação do espaço, criando nele situações com o intuito de transformar o cotidiano. Os situacionistas sugerem a pessoa deixar-se levar pelas solicitações do próprio ambiente, propondo que existe um “relevo psicogeográfico” nas cidades.

Através da *Psicogeografia* definida pelos situacionistas como “o estudo dos efeitos específicos do ambiente geográfico, conscientemente organizado ou não, nas emoções e no comportamento dos indivíduos” (I.S., 2007), o grupo interpreta a noção de *deriva* como “aquilo que manifesta os efeitos emocionais diretos do ambiente geográfico” (I.S., 2007). Esse sentido, “parte do princípio de que o fenômeno real, a cidade, é indissociável da experiência entre o corpo e o espaço construído” (Arend e Braga, 2017).

Por mais ensaísticas que possam parecer, as derivas situacionistas entregam um produto: um mapa. Utilizando-se de recortes de mapas euclidianos, o espaço da cidade é rearranjado através de uma estrutura de *unidades de ambiência* (zonas de climas psíquicos) conectadas por setas (tendência espontânea de movimento) estipuladas de acordo com a intenção da deriva para com o local (Arend e Braga, 2017).

Um exemplo iconográfico das derivas situacionistas é a cartografia *the naked city* composta por 18 unidades de ambiência, conectadas por 45 setas. A

obra, conforme descrita, seria uma ilustração de uma hipótese de "*plaques tournantes*"¹⁴.

The naked city demonstra grande parte de sua força em sua composição visual, marcada pelas setas e pelos recortes de cartografia; o mapa criado se configura como uma peça estética enormemente comunicacional. O impacto das relações subjetivas intrínsecas ao mapa transmite ao admirador a ideia de que as representações cartográficas detêm um potencial muito maior, o qual o funcionalismo geométrico por si só não consegue atingir (Monte, 2015).

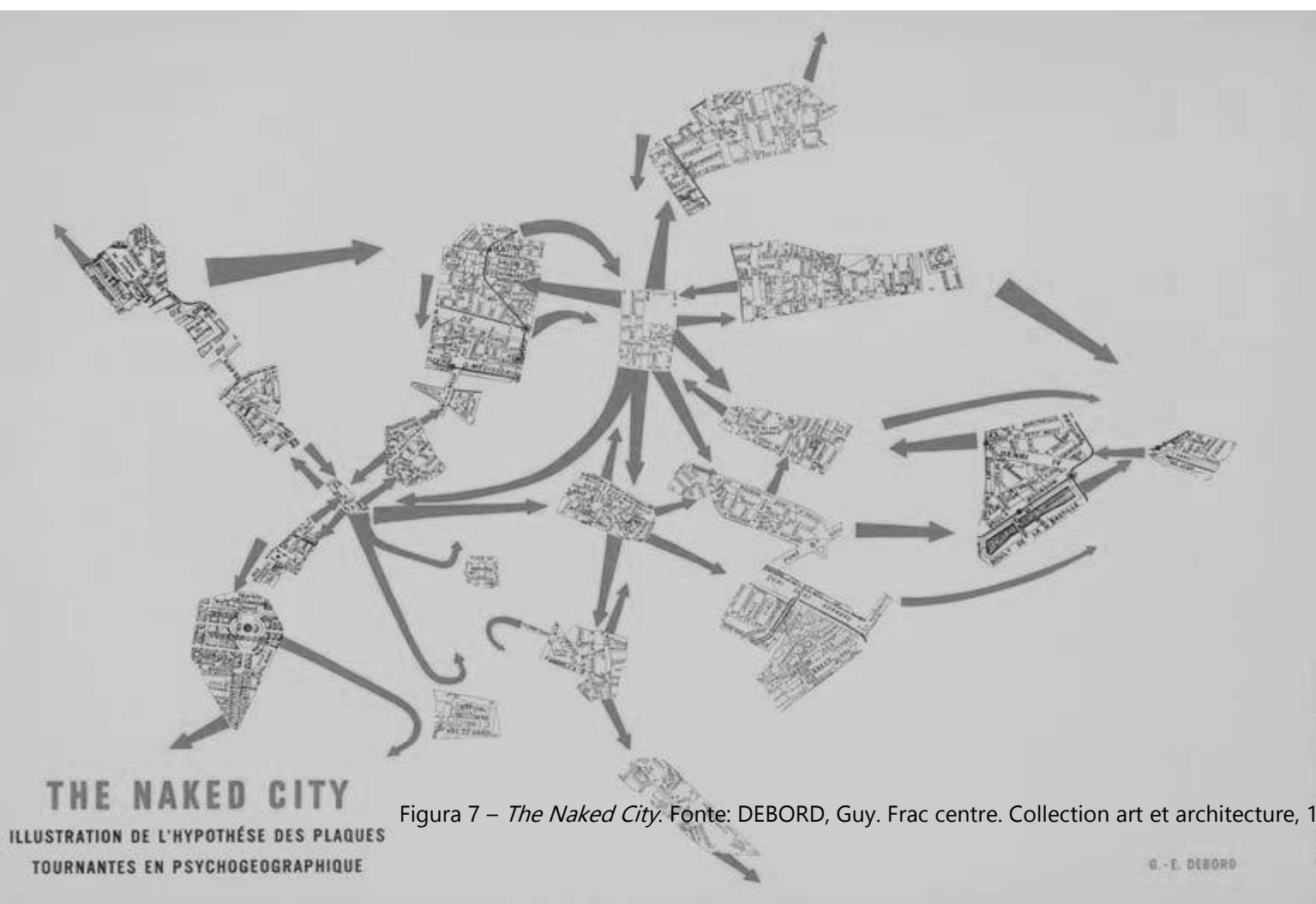


Figura 7 – *The Naked City*. Fonte: DEBORD, Guy. *Frac centre*. Collection art et architecture, 1

¹⁴ Tradução literal- placas rotativas. Representam as diferentes opções de caminhos a serem tomados nas derivas. Em: Jacques, P. B. (org.). *Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

As derivas podem ser consideradas como “um ‘discurso pedestre’ que reinstala o valor de uso do espaço, numa sociedade que privilegia o ‘valor de troca’, ou seja, sua existência enquanto propriedade” (McDonough, 2009 p. 75).

Ressaltamos que o ato de pesquisar, bem como suas técnicas de coleta de dados, é visto por nós como ação de cunho político. Nesse sentido, invocamos o pensamento situacionista como uma maneira de fazer, uma inspiração para cartografar as situações construídas pelos vendedores ambulantes no cotidiano do Centro de Porto Alegre.

Após termos cartografado historicamente as forças estratégicas e táticas nas cidades, através da leitura do cotidiano elaborada pela I.S., essa dissertação toma agora outro rumo: vai na direção de assimilar como essas duas forças são atualizadas, tanto pelo Estado quanto pelos sujeitos vulneráveis, procurando teorias e autores contemporâneos que tratam sobre as políticas do capitalismo nos países periféricos.



1.3 Cidade ambulante: das Bio.necro.políticas às resistências

Esse subitem surgiu da necessidade de aprofundarmos algumas questões que concomitantemente à escrita do primeiro passo, foram aparecendo durante as investidas pilotos à campo nesta cartografia. Ao iremos às ruas, nos foram surgindo questões complexas, díspares e anacrônicas em relação à teoria urbana eurocentrista. Portanto, à deriva, dobramos uma esquina, para vermos as questões que tratamos até aqui em outro horizonte.

Para chegarmos onde queremos, pegaremos uma carona no conceito de biopolítica em Foucault. A biopolítica é um conceito amplamente abordado pelas áreas do direito, da filosofia, da saúde e das ciências políticas e humanas. Foucault diz que a biopolítica é algo que acontece com a política na história ocidental, sobretudo a partir do século 18, e seria, dentre outros, tornar a atividade do Estado, uma ação do governo sobre a vida biológica dos sujeitos e das populações – tecnologia instrumentada pelas políticas públicas, a partir das quais o Estado passa a ter como tarefa cuidar de diversos aspectos sociais, como educação, saúde, segurança, infraestrutura, planejamento urbano, etc...

Sibilia (2015) explora através de autores oitocentistas como Walter Benjamin, Edgar Allan Poe e Robert Louis Stevenson, o mal-estar causado na população de Paris com as reformas de Haussmann. Segundo a autora, a população não aceitou facilmente a disciplinarização imposta pelos governantes

em numerar as residências (que antes levavam o sobrenome das famílias) e iluminar as ruas da cidade, acusando essa política espacial em tentar colocar uma camisa de força na confusa organização cidadina. Após avaliar, medir, classificar e hierarquizar a cidade, o Estado centralizou informações para intervir e planejar todos os aspectos urbanos através de leis e regulamentações (Sibilia, 2015). A ideia era de purificar e higienizar o corpo da cidade para modernizá-la conforme os anseios da revolução industrial.

Para Foucault, a biopolítica tem como estratégia que os corpos se tornem dóceis e ao mesmo tempo produtivos, para suprir as necessidades de força de trabalho, fundamentais à revolução industrial que se desenrolava na época. Por esse ângulo, a disciplinarização dos corpos, por um lado aumenta as forças do corpo (em termos econômicos) e, por outro, diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) (Danner, 2010).

Em breves palavras, podemos dizer que a biopolítica é o poder do Estado centrado na vida e sendo assim, a política espacial proposta pelo Estado pode ser vista como uma tecnologia biopolítica. Em outras palavras, podemos ler as estratégias de segregação dos indesejáveis, tanto em Paris como em Porto Alegre, como uma produção de vida regulada pelo Estado – uma biopolítica.

Foucault (1975) explora o dispositivo panóptico de Jeremy Bentham como figura arquitetural da tecnologia disciplinar posta ao espaço. O panóptico funciona a partir de três elementos principais: um espaço circular e fechado, uma divisão em celas e uma torre central. Embora a figura do panóptico de Bentham seja constantemente referida na literatura aos espaços prisionais, onde há constante visibilidade das celas dos detentos pela torre de vigilância, não deixamos de pontuar que o Estado utiliza do mesmo dispositivo para tratar dos espaços urbanos. A permanente visibilidade das longas e largas avenidas somada a disciplinarização da localização das moradias, asseguram o funcionamento automático do Poder sobre os corpos - é no corpo que são sentidas as ações técnicas de poder do Estado.

Os corpos, por sua vez, ao longo do tempo se habituaram e incorporaram esse controle na condição de *cidadãos de direito*, em uma vida normatizada e delimitada pelo Estado. Sendo assim, para que o indivíduo se torne cidadão de direito, ou merecedor de direito, ele deve circunscrever seu modo de vida à liberdade cerceada pelo Estado. Foucault argumenta que foi assim que nasceram as políticas públicas e os direitos humanos, como, por exemplo: o direito à vida, o

direito ao corpo, inclusive o direito à cidade que Henri Lefebvre (2001) discorre na década de sessenta.

Portanto, a teoria foucaultiana é crítica ao Poder exercido pelo Estado em todas as suas instâncias, inclusive nas questões sobre os direitos humanos, pois considera que as determinações de direito sobre a vida dos indivíduos são condicionadas pelo Estado, de acordo com a função que o corpo desempenha dentro do sistema capitalista. Isto posto, podemos propor que embora os direitos sejam considerados pelo Estado como universais, como, por exemplo, o direito à cidade, os sujeitos marginalizados têm menos direitos que os sujeitos bem inseridos à norma do sistema, ou seja, não há isonomia por parte do Estado.

Retomando o tema de pesquisa, mesmo que os vendedores ambulantes sejam vistos pelo Estado como trabalhadores, via de regra, eles também são vistos como ilegais, visto que o Estado não consegue capturá-los como faz com o comércio dito formal. Essa questão abre prerrogativa para o cerceamento do direito à atuação econômica desses indivíduos, bem como o direito à cidade e até o direito à vida dessa população, encarada enquanto ação política.

A criação do Centro Popular de compras em Porto Alegre (2009) exemplifica claramente uma matriz biopolítica espacial aplicada ao comércio ambulante, visto que o Estado tentou através dessa política, classificar, organizar e dispor os ambulantes em um único edifício, que se configura como um simulacro arquitetural das ruas, semelhante à um shopping center. As celas de 2 a 3 metros quadrados retirou os ambulantes da dinâmica urbana, além de apreender e capturar esse fenômeno a lógica do controle Estatal.

Se Foucault discorre que a política ocidental se voltou à promoção da vida para controlar os corpos através da biopolítica, no capitalismo avançado, principalmente em países periféricos, as crises sistemáticas modificaram as funções do corpo marginalizado - antes considerado como corpo-máquina. As consecutivas crises políticas e econômicas despejaram milhões de pessoas no desemprego e nesse processo, alguns corpos perderam sentido como agentes econômicos (*homo oeconomicus*) e muitos deles no Brasil, em um último suspiro, se tornaram trabalhadores informais – assim, novamente as ruas foram tomadas por vendedores ambulantes.

Segundo matéria publicada na revista Carta Capital em fevereiro de 2017, citando pesquisa elaborada pelo IBGE, 12 milhões de pessoas estavam desempregadas no momento no Brasil, representando um aumento de 37% em relação ao início de 2016. Em mesma matéria, o veículo de comunicação discorre: “a legião de trabalhadores informais está de volta: com desemprego em alta, mais

de 40 milhões de trabalhadores sem renda fixa e carteira assinada vivem de “bicos” (CARTA CAPITAL, 2017). Os órgãos oficiais (do governo) afirmam que o trabalho informal é elaborado por trabalhadores sem carteira assinada, que não contribuem para a previdência social ou trabalham sem remuneração.

As engrenagens do capitalismo produziram na periferia “corpos sem sentido”, que perderam sua função econômica e ao deixarem de contribuir com o Estado, logo, deixaram de ser considerados como cidadãos de direito. Como consequência, os corpos dessas populações são marginalizados e se tornaram corpos inimigos, em outras palavras, corpos a serem combatidos, aplicando claramente uma lógica de guerra.

Sem deixar de lado nossa aproximação sumária em relação à biopolítica de Foucault e utilizando do mesmo argumento de Hilário (2016) ao citar o historiador italiano Losurdo (2011), consideramos que a crítica foucaultiana permanece enraizada sobre aspectos do continente europeu, expressando o contexto, no qual o autor está inserido. Nesse sentido, pegamos carona em Foucault para ir além, não para criticá-lo e sim para compreendermos as políticas públicas nos países periféricos e colonizados (dominados) pelos europeus. Faremos isso, utilizando dos escritos de Hilário (2016) e Borges (2017) sobre o conceito de necropolítica do filósofo pós colonial camaronês Achille Mbembe¹⁵.

Outro longo e mortal jogo começou. O principal choque da primeira metade do século XXI não será entre religiões ou civilizações. Será entre a democracia liberal e o capitalismo neoliberal, entre o governo das finanças e o governo do povo, entre o humanismo e o nihilismo. (Mbembe, 2017)

O jogo mortal que se iniciou na primeira metade do século XXI, pode ser entendido como um estado de exceção¹⁶ (guerra) que age concomitantemente ao estado de direito. Uma exceção que já não é mais exceção¹⁷ e faz parte de uma guerra travada no cotidiano, orquestrada pelo Estado – que tem direito de escolher

¹⁵ Achille Mbembe é um historiador cientista político camaronês nascido em 1957 e possui doutorado em História pela Universidade de Sorbonne (1989). O autor se dedica (em parte) a estudar as violências impostas nos locais periféricos ao sistema capitalista.

¹⁶ A literatura comumente trata o conceito de Estado de exceção para discorrer sobre o nazismo e totalitarismos nos campos de concentração, porém, semelhante à concepção desses espaços de morte, existe por parte do Estado soberano políticas espaciais que, na argumentação de Mbembe (2017), permanentemente visam a “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material dos corpos humanos e populações”.

¹⁷ Segundo Mbembe (2017), o estado de exceção passa a ser a base normativa do direito de matar, através da emergência de uma noção ficcional de inimigo – tendo como maior expoente, na história recente, o estado nazista.

quem deve viver e quem deve morrer – através do que Foucault denomina *biopoder*.

Necropolítica seria como um desdobramento da teoria foucaultiana sobre controle e poder, porém não no sentido de produção da vida e sim na produção da morte em grande escala em um mundo em crise sistêmica. Segundo Borges *apud* Mbembe (2012) necropolítica se refere à “destruição material dos corpos e populações humanas julgados como descartáveis e supérfluos”. Para Borges (2017) as estratégias de controle impostas pelo Estado nos países periféricos ao capitalismo, partiram do controle para o sequestro e a aniquilação da ação política dos corpos dos indesejáveis.

O pensamento de Mbembe, embora timidamente disseminado no Brasil, resgata a potencialidade de exercermos uma teoria crítica a partir da periferia do capitalismo e permite ao cartógrafo uma visão conjuntural das políticas públicas e das ações geridas pelo Estado brasileiro como uma estratégia necropolítica.

A agenda neoliberal (por nós tratada como necropolítica) tem tomado espaço nas políticas públicas brasileiras, especialmente após o golpe que depôs a presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff, “em um acordo nacional, com o supremo, com tudo”¹⁸. A precarização do trabalho, as pressões pela reforma da previdência, as terceirizações das empresas estatais, o desmonte da educação e da saúde, as extinções de fundações de arte, cultura e pesquisa têm sido estratégias utilizadas nos três níveis de governo: nacional, estadual e municipal.

Então, se a política do Estado age estrategicamente no sentido de combater a ação política da sociedade marginalizada através de necropolíticas, os sujeitos marginalizados vêm resistindo a essas investidas, através da informalidade - lugar onde encontram uma maneira de existir, resistindo às forças de aniquilamento.

Exemplos de resistência Brasil à fora não faltam, como diz Veloso (2016). Declaradamente organizados, diferentes modos de fazer resistentes agem sobre o urbano na cidade de Porto Alegre: os movimentos de luta por moradia *Lanceiros Negros*, *Ocupação de Mulheres Mirabal* e *Ocupação Saraí*, dedicam-se a apropriação de edifícios abandonados no Centro Histórico; as festas de carnaval e as elaboradas pelo *Coletivo Arruaça*, entre tantos outros coletivos, que promovem a apropriação de espaços de ruas e praças através de festas; os protestos que tomaram as ruas das cidades nas jornadas de Junho de 2013 que proclamavam por

¹⁸ Diálogo entre o senador Romero Jucá (PMDB) e Sérgio Machado, sobre o desmantelamento das operações da Lava Jato, que por fim, levaram à prisão sem provas, antes do término da investigação do Ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, condenado em segunda instância pelo caso espetacular do *triplex* no Guarujá.

saúde, educação, serviços, mais transparência e muito mais. As resistências urbanas são movimentos que tangenciam uma recusa aos “modos de viver” hegemônicos, impostos brutalmente pelo capitalismo avançado, sendo movimentos híbridos e heterogêneos. Nessa direção:

O que significa resistir hoje? É provocativamente, não para revidar-lhes (...) a resistência se dá como a difusão de comportamentos resistentes e singulares. Se ela se acumula, ela o faz de maneira extensiva, isto é, pela circulação, a mobilidade, a fuga, o êxodo, a deserção: **trata-se de multidões que resistem de maneira difusa e escapam das gaiolas sempre mais estreitas da miséria e do poder.** (Pelbart, 2015, grifo nosso).

Apoiados em Pelbart (2015), ao afirmar que a resistência decorre da circulação, da mobilidade e da fuga, procuramos compreender as resistências no âmbito do cotidiano das cidades, e para fazermos isso, temos que diminuir o ritmo dos passos.

Passando pelo Centro histórico de Porto Alegre em uma breve caminhada, percebemos um cotidiano onde centenas de pessoas exercem a atividade ambulante ilegalmente. Mulheres, homens, idosos, jovens, pretos, brancos, brasileiros e estrangeiros tomam as já movimentadas ruas para fazer negócio (negar o ócio). Individualmente, essa população faz o que é possível para não ser despejada na miséria e no esquecimento. São pessoas em situação social vulnerável com pouca força política para lutar, além do próprio corpo. Resistem às forças do Estado com a presença de seus corpos nos espaços públicos.

Atribuímos às resistências um papel de microrrevoluções, que parecem invisíveis a olho nu ou pelo olhar que a mídia impõe, sendo assim, “seria preciso diminuir a luz do mundo, desligar os holofotes que iluminam as celebridades e os espetáculos planetários para enxergar tais vaga-lumes e suas bioluminescências” (Pelbart, 2015, p. 170).

As resistências cotidianas, sobretudo, falam sobre o desejo. Desejo coletivo em plena expansão que tomam as ruas das cidades. Desejos por hora de inserção, por hora de recusa a vida que fora produzida pela industrialização e pelo urbanismo. O desejo, por sua vez, é oprimido pelo Estado que muitas vezes entra no combate corpo a corpo através da materialização de seu poder de guerra: a polícia (Pelbart, 2015). Sendo assim, no próximo passo da cartografia procuraremos entrar em campo para verificar de que maneira estão postas as políticas do Estado

(estratégias) e também verificando a situação dos ambulantes que resistem às políticas públicas (táticas).

O primeiro passo da cartografia versou sobre as forças estratégicas e as forças táticas como modalidades da ação através de Certeau. Com esse aporte, atentamos para o controle estratégico exercido pelo Capitalismo através do Estado nos corpos dos indesejáveis através da exclusão espacial em Paris, onde os pobres foram expulsos da vida urbana através das políticas públicas habitacionais, movimento que também verificamos na década de 60 em Porto Alegre com a criação do DEMHAB.

Passamos também pela noção de *sociedade do espetáculo*, onde a vida urbana passa a ser mediada pelo espetáculo (uma acumulação de capital a tal patamar que se torna imagem). Nessa cidade espetacular, a unidade da vida urbana já não pode mais ser reestabelecida, pois fora esquartejada de acordo com a posição socioeconômica de cada sujeito. No terceiro momento pegamos carona em Foucault para chegar no conceito de necropolítica, uma maneira por nós encontrada para criticarmos as políticas públicas dos países da periferia do capitalismo.

Por outro lado, (tático), através de Lefebvre (2001) verificamos que as apropriações dos espaços são premissas para a conquista do direito à cidade, uma espécie de retorno à vida urbana, da população que fora posta à periferia. Os situacionistas, entretanto, através da criação de situações como um jogo de acontecimentos no lugar, promulgavam o desmoronamento de todas as imagens socialmente concebidas através do capitalismo, buscando um outro olhar à cidade - criativo e fugaz, que promulgava o encontro com a alteridade como ação de cunho político. Como tratamos do cotidiano, no terceiro momento procuramos expandir o conceito de resistência, transpondo-o ao dia-a-dia através do modo de vida da população ambulante. Ao completarmos este apressado primeiro passo da cartografia, seguimos caminhando em direção às ruas, ao encontro dos ambulantes.

2 Segundo passo – A expedição do cartógrafo

O cartógrafo instrumentado, agora vai à cidade. O segundo passo, como numa expedição, compreende a parte de produção de dados, o passo empírico (nas ruas) da cartografia deambulante. Ancorado na experiência, o cartógrafo se agarrou a tudo que viu e ouviu para traçar os dois campos de força envolvidos na disputa pelo espaço que ocorre no Centro Histórico de Porto Alegre.

Cabe introduzirmos para o segundo passo da cartografia deambulante que ambos os campos de forças (estratégicos e táticos) são constantemente atualizados. As forças estratégicas pela forma com que o Capital através do Estado age para controlar os corpos dos ambulantes, enquanto que as forças táticas, por outro lado, partem dos corpos dos ambulantes como uma atitude de resistência ao controle imposto.

2.1 As estratégias

As forças estratégicas impostas pelo Estado, são direcionadas ao corpo dos ambulantes, no uso da força contra o corpo, literalmente. Uma política que já partiu da exclusão (conforme ilustrado na conformação do espaço urbano em Paris) e está em direção ao extermínio das populações indesejadas, no caso desta dissertação, dos vendedores ambulantes.

A intencionalidade de extermínio do direito à cidade realizada pelo Estado é uma determinação sobre a vida desses sujeitos, pois vem nos parecendo que nas políticas do Estado, não há espaço para os vendedores ambulantes em Porto Alegre, muito menos no Centro Histórico. Embora a atividade ambulante seja considerada parte intrínseca da cadeia econômica capitalista, temos indícios de que atualmente, os corpos que atualizam essa prática centenária vêm sendo aniquilados pelas forças do Estado.

A partir de agora buscamos evidenciar traços das forças estratégicas imposta aos vendedores ambulantes, exercidas pelo Capitalismo através do Estado, em três investidas: legislação, secretaria municipal de desenvolvimento econômico (SMDE) e movimento legalidade.



Figura 9 – Agressão de fiscal da prefeitura em Porto Alegre. Fonte: Elaborado pelo autor. (2018) Imagem de fundo disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/12/video-fiscal-da-prefeitura-de-porto-alegre-agride-ambulante-em-acao-de-fiscalizacao-cjbhyb6ygg02hq01p9axvdaibt.html>

2.1.1 Investida 1 - Legislação

A primeira investida procura traçar as decisões tomadas pelo Poder Legislativo em relação à atividade ambulante. A Lei 3.187 de 24 de outubro de 1968 foi a primeira Lei que estabeleceu as normas para a exploração do comércio ambulante e a prestação de serviços ambulantes nas ruas de Porto Alegre.

Após várias revisões, atualmente a Lei 10.605/2008, regulada pelo Decreto nº 17.134/2011, considera o comércio ambulante ou prestador de serviços ambulantes, os *sujeitos* que exercem atividade lícita e geradora de renda nas vias e logradouros públicos do município, mediante autorização do Executivo Municipal. Podemos perceber de antemão, que para a legislação, os corpos dos ambulantes são *assujeitados* legalmente pela prática que exercem nos espaços da cidade, e que não há o reconhecimento dos ambulantes como um todo, somente dos legalizados.

Assim, a atividade ambulante e em consequência os corpos dos ambulantes são classificados: pela forma como exercem a atividade (itinerante, ponto móvel e ponto fixo), de acordo com o equipamento que utilizam, pelo ramo da atividade, pelo prazo de autorização e pelo local ou zona definido para a atividade.

A Lei considera como "itinerante" os ambulantes que vendem produtos em sacolas, hastes, balaies, caixas, máquinas a tira colo, carrinho-geladeira e caixa isotérmica. Os produtos vendidos por eles também estão definidos no Decreto: água de coco, artesanato, algodão doce (em haste), bijuterias, bilhetes de loteria, bolsas e cintos, brinquedos, calçados, confecções, doces e salgados industrializados, cosméticos, engraxates, fotógrafos, gás, frutas, verduras, livros, miudezas, picolés, refrigerante e sucos industrializados.

Os ambulantes "ponto móvel" são os que vendem produtos em carrinhos, máquinas e trailers. Os produtos vendidos por esse "tipo" de ambulante podem ser: algodão doce (em carrinho), caldo de cana, cachorro-quente, churros, crepe suíço, churrasquinho, feiras ecológicas, feiras de hortifrutigranjeiros, pipoca (com carrinho), pizza, sorvete (máquina expressa ou freezer), lanches rápidos em trailer.

Os ambulantes "ponto fixo" são aqueles que comercializam em estandes, cadeiras e bancas. Eles comercializam os seguintes produtos e serviços: chaveiro, engraxate, frutas e verduras (estande), horto mercados, jornais e revistas (banca) e sapateiros (estande). Cabe ressaltar que os feirantes de todas as feiras do município são considerados pela legislação como Ambulantes.

Fica proibido aos vendedores ambulantes: estacionar nas vias públicas (salvo o tempo necessário para realizar as vendas), impedir ou dificultar o trânsito, apregoar mercadorias em voz alta, vender produtos diferentes dos que foi autorizado, transitar pelo passeio com volumes de grande porte, trabalhar fora dos horários estabelecidos, não utilizar uniforme modelo com cores aprovadas pelo município, ingressar em veículos do transporte coletivo para realizar vendas.

Não está permitida na legislação a venda dos seguintes produtos: refrigerantes caseiros, bebidas alcoólicas, cigarros, medicamentos, óculos de grau, instrumentos de precisão, produtos inflamáveis, facas e canivetes, réplicas de arma de fogo, telefones celulares, vale de transporte, artigos pirotécnicos, cartões telefônicos, produtos de fabricação estrangeira, introduzidos irregularmente no país. Em contrapartida, está permitida a comercialização no Centro Histórico dos seguintes itens: jornais e revistas, frutas, comestíveis e verduras, cachorro- quente, pipocas, churros, churrasquinho e algodão doce, flores, serviços de engraxate e fotógrafos, conforme cartografia a seguir:

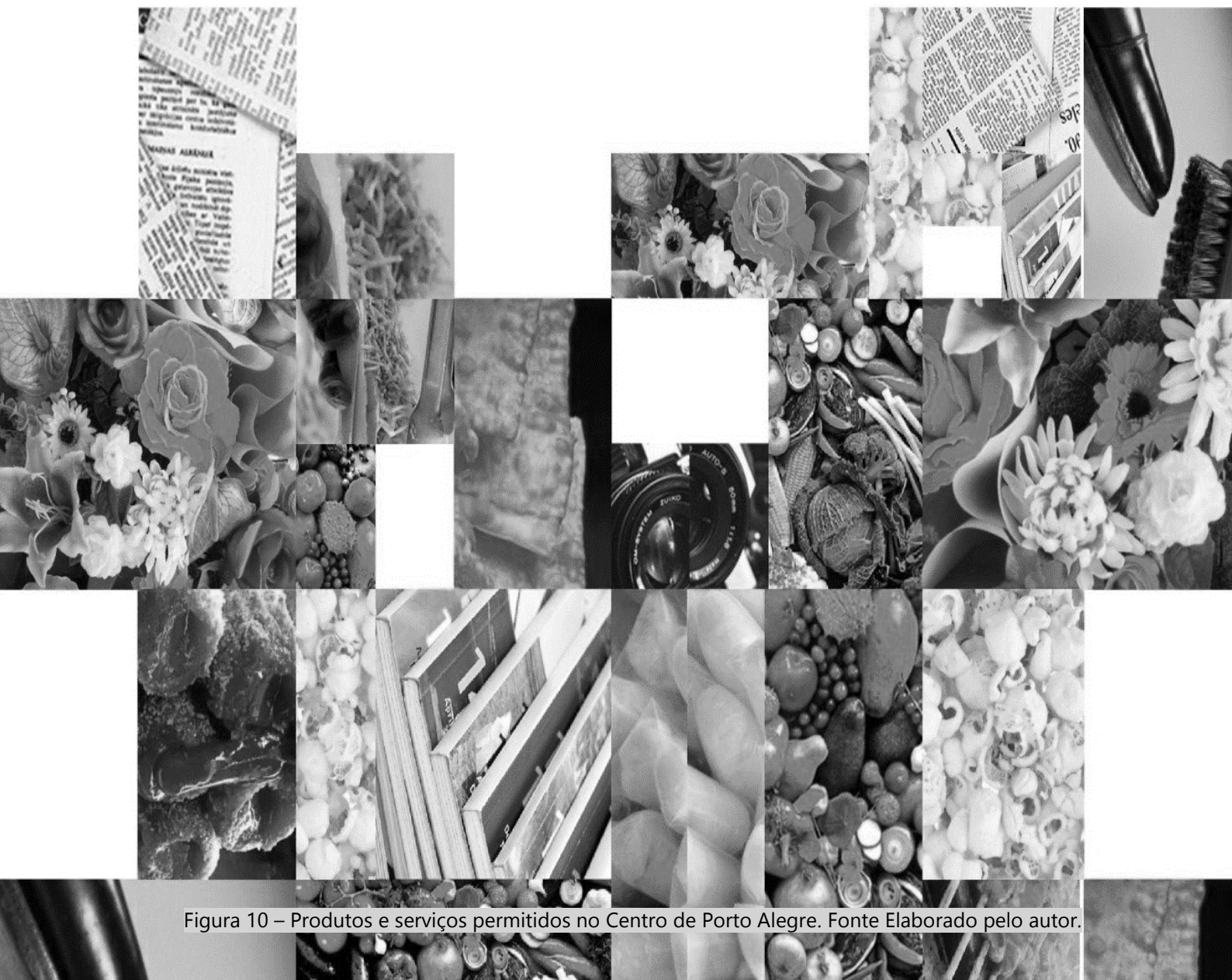


Figura 10 – Produtos e serviços permitidos no Centro de Porto Alegre. Fonte Elaborado pelo autor.

O artigo 12 da legislação faz referência a um Licenciamento especial para o Centro da cidade. Onde *não* estão permitidas as atividades ambulantes dentro do perímetro do quadrilátero central compreendido pelas ruas Dr. Flores, Riachuelo, Caldas Júnior e Avenida Mauá. Também não estão permitidas atividades em passeios com largura inferior a 1,80 metros, sem exceções.

Embora a Lei seja válida para todo o território municipal, percebemos que existem algumas especificidades em relação ao Centro Histórico de Porto Alegre. São estipulados os produtos e os tipos de serviço que são permitidos no bairro, além de uma forte regulação enquanto a localização permitida para a atividade. Deduzimos pelo mapa do quadrilátero central que fica proibido que a atividade ambulante seja exercida nos locais de maior fluxo de pedestres, o que de certa forma impede o acesso dos ambulantes aos clientes. (Ver localização no mapa a seguir)

Art. 51. Fica vedado ao segmento dos comerciantes ambulantes, conhecidos como camelôs, o exercício de suas atividades nas vias e nos logradouros públicos da região central e das demais regiões onde houver Centros Populares de Compras, instituídos pela Lei nº 9.941, de 25 de janeiro de 2006 (Prefeitura Municipal, 2011).

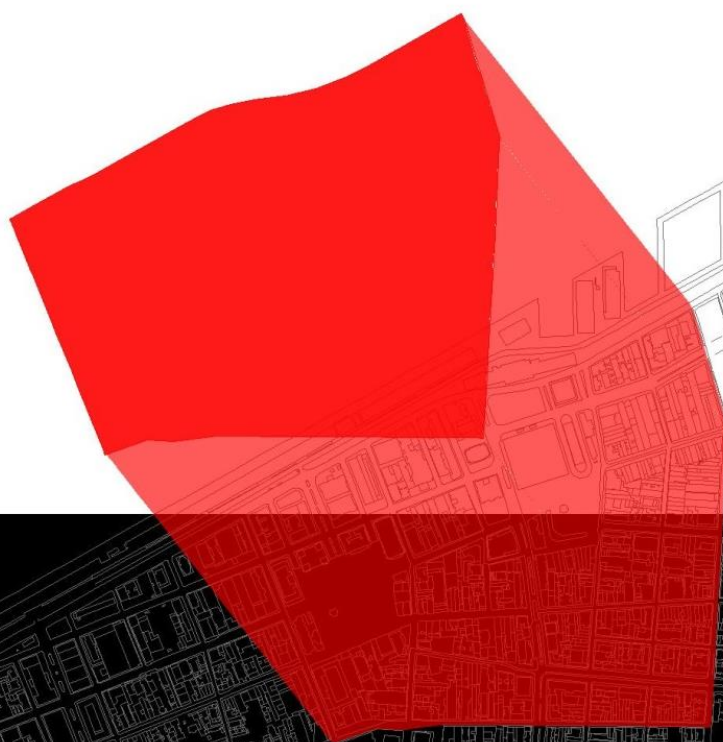


Figura 11 – Quadrilátero Central. Fonte: Mapa elaborado pelo autor (2018).

A falta de clareza do artigo 51 da legislação pressupõe que legalmente, não estão permitidos que “camelôs” exerçam suas atividades na região central de Porto Alegre e nem em regiões onde existam Centros Populares de Compras.

Fica proibido na legislação aos ambulantes com veículos: se instalarem a menos de 10 metros das faixas de segurança, em vias de tráfego onde esteja proibido o estacionamento de veículos, e num raio de 30 metros de distância dos terminais e paradas de veículos de transporte coletivo, em frente a hospitais, edifícios públicos, estabelecimentos bancários, templos religiosos, monumentos, sedes de representações estrangeiras, aeroportos, postos de gasolina, mercados, abrigos, galerias e outros locais semelhantes, a critério da SMIC. Também é proibido se instalar em frente a hotéis, teatros ou equipamentos de atração turística, em leitos viários e canteiros centrais.

Sobre a autorização pra o exercício da atividade, os ambulantes são obrigados a pagar a Taxa de fiscalização, localização e funcionamento (TFLF) estabelecida na legislação tributária do Município¹⁹. Sendo uma autorização com validade anual renovável até o limite de 5 anos, expedida mediante Alvará de Licença e concedida sem extrapolar o limite de uma autorização por pessoa. O candidato a vendedor ambulante deve estar desempregado há mais de 1 ano, ter dependentes e não possuir fonte de renda fixa.

O requerimento de concessão de alvará²⁰ deve ser encaminhado para a SMIC mediante o preenchimento de formulário contendo: nome, endereço, nacionalidade, filiação, estado civil, ramo de atividade, equipamento a ser utilizado, forma de exercício, período pretendido para autorização, indicação do local para atividade²¹.

Algumas autorizações são concedidas em caráter eventual, por exemplo: frutos e outros produtos agrícolas típicos do Estado, peixes durante a Semana Santa, mudas e galhos de pinheiros na época do Natal e Ano Novo, lenha e nó de pinho durante o inverno.

Quando o despacho for favorável ao pedido, há um prazo de 30 dias para que o ambulante apresente os seguintes documentos necessários ao seu alvará de

¹⁹ Os valores de todas as taxas podem ser conferidos em tabela disponibilizada pela Prefeitura Municipal em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smic/usu_doc/tabela_de_valores_-_2015.pdf

²⁰ A prefeitura dispõe de um modelo de requerimento e renovação de alvará, disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smic/usu_doc/requerimento_alvara-comercio-transitorio.pdf

²¹ A prefeitura disponibiliza um mapa onde o requerente deve marcar espacialmente o local para exercer a atividade, disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smic/usu_doc/croqui_de_localizacao.pdf

autorização: Autorização do proprietário do imóvel, do síndico ou do responsável pelo estabelecimento em frente onde ficará posicionado o ambulante²²; atestado de antecedentes e folha corrida; comprovar o pagamento de contribuição sindical, da TFLF e do DMLU.

No artigo 5º da Lei, fica definido que “o vendedor ambulante não licenciado ou o que for encontrado sem renovar a licença para o exercício corrente, está sujeito à multa, e apreensão da mercadoria e equipamento encontrado em seu poder, até o pagamento da multa imposta” (Porto Alegre, Lei Nº 10.605). Se o ambulante pagar a multa, poderá receber de volta as mercadorias perecíveis dentro de 48 horas, e as não perecíveis dentro de 30 dias. Caso as mercadorias não sejam reclamadas neste período serão doadas a estabelecimentos de Assistência Social do município.

O não cumprimento das obrigações decorrentes de qualquer dispositivo da Lei implica nas seguintes penalidades: advertência (por escrito), multa (50 UFIRs), apreensão, suspensão da atividade e cassação da licença. Em caso de reincidência da infração, a multa será aplicada em dobro, na terceira infração será aplicada a suspensão da atividade por 7 dias e na quarta infração será cassada a licença, cabendo ao ambulante o “pedido de reconsideração” dentro do prazo de 10 dias.

Está disposto na legislação que os ambulantes que foram transferidos ao Centro Popular de Compras em 2009, não poderão realizar pedidos de transferência do ponto, salvo incapacidade física definitiva ou falecimento.

O Decreto regula, dentre outros, os horários estipulados para a prática de cada atividade: venda de frutas e verduras: das 7 horas às 20 horas; pipocas, churros e algodão doce: das 15 horas às 22 horas; churrasquinhos: das 18 horas às 24 horas; cachorro-quente: das 12 horas às 24 horas.

Fica proibido perante o Decreto: faltar por dois dias consecutivos ou alternados ao trabalho, prática ou tentativa de suborno, apresentar condições precárias de higiene, faltar com urbanidade no trato público, utilizar-se do trabalho de menores de 16 anos, dentre outros.

Após elucidarmos aspectos da legislação e do decreto municipal que regulam a atividade ambulante na cidade, percebemos que há possibilidade legal no artigo 51 para que a Prefeitura Municipal proíba veementemente essa prática

²² A prefeitura disponibiliza um modelo para a autorização, disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smic/usu_doc/declaracao_autorizacao_frente_ou_lateral.pdf

no Centro Histórico. Embora a legislação regule as formas de cadastro dos vendedores ambulantes, ao mesmo tempo ela inviabiliza que a atividade venha a atender sua principal justificativa: uma saída momentânea de sujeitos em momentos de crise, já que os locais onde a atividade poderia proporcionar lucros, são locais expressamente proibidos pela legislação para tal prática (quadrilátero central).

Logo, o direito à cidade desses sujeitos é cerceado pela legislação vigente, visto que os locais "disponíveis" para obtenção de alvará para atividade ambulante não provenham de necessário fluxo de pedestres por onde andam possíveis clientes. A legislação vigente induz aos ambulantes que o único caminho possível para subsistência é através da ilegalidade. Como mencionamos no primeiro passo, é à ilegalidade que estão acometidos milhões de pessoas no Brasil após as sistêmicas crises políticas e econômicas. Portanto, consideramos que a legislação sobre a atividade ambulante de Porto Alegre tolhe essa prática ao invés de reconhecê-la como uma saída e meio de inserção econômica e social dos sujeitos marginalizados.

2.1.2 Investida 2 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Na segunda investida focaremos no Poder Executivo que possui atribuição de governar e administrar os interesses públicos (neste caso, a atividade ambulante) de acordo com as ordenações legais acima expostas através do Poder Legislativo.

A SMDE foi criada na administração do prefeito Nelson Marchezan Junior (PSDB) e tem como secretário o economista Leandro de Lemos. A nova secretaria condensou em departamentos a Secretaria da Indústria e Comércio (SMIC), a Secretaria de Turismo, o gabinete de inovação e tecnologia (INOVAPOA) e parte da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMURB).

As questões sobre comércio localizado e ambulantes fazem parte da SMDE no departamento de indústria, comércio, serviços e agropecuária sob a coordenação de Denis Helfer Carvalho. Já no departamento, há dois setores responsáveis especificamente pela atividade ambulante: setor de licenciamento de

atividades ambulantes²³ (SLAA) e setor de fiscalização de atividades ambulantes²⁴ (SFAA).

A SLAA é responsável pela concessão e renovação de alvarás para a atividade ambulante em toda a cidade em duas grandes áreas: os ambulantes (incluindo feiras modelo, feiras de artesanato) e os eventos (shows e comemorações públicas). A SFAA, por outro lado, fica responsável especificamente em fiscalizar as atividades ambulantes nas ruas da cidade, principalmente no bairro Centro Histórico, procurando “regular e ordenar a ocupação do espaço das calçadas, de forma a garantir a livre circulação dos cidadãos, minimizando os incômodos gerados” (Prefeitura Municipal, 2017).

Em entrevistas realizadas com agentes públicos da SMDE, nos foi informado que existiam em 2016 em torno de 650 alvarás emitidos para atividade ambulante pela Prefeitura Municipal na cidade de POA, esse número inclui feirantes das feiras modelo, mercadores e produtores, bancas de revistas, chaveiros, pipocas, cachorro quente, etc...

Desses alvarás, pesquisamos no site da prefeitura por bairro e atividade e encontramos em torno de 105 expedidos para atividades ambulantes especificamente no Centro histórico²⁵, além de 8 depósitos de produtos. Mesmo que não haja exatidão para o número de alvarás concedidos, podemos perceber que cerca de 20% do total de alvarás para atividade ambulante da cidade, foram concedidos no Bairro Centro Histórico.

Questionamos se havia uma estimativa de quantos ambulantes estão em condição ilegal e irregular no Centro Histórico e nos foi informado que a Prefeitura não dispõe de nenhum levantamento desta natureza, mas que o dado é constantemente solicitado pelos assessores do Prefeito.

Há uma estimativa da Prefeitura Municipal de que existem cerca de 4 mil vendedores ambulantes irregulares e ilegais nas ruas da cidade. Logo, os agentes

²³ O setor de licenciamento consta com 1 chefe de setor, 6 analistas de processos, 2 fiscais e 4 estagiários. Totalizando uma equipe de 13 pessoas.

²⁴ O setor de fiscalização conta usualmente com 17 fiscais trabalhando nas ruas de Porto Alegre, porém esse número aumentou para 27 fiscais durante o mês de dezembro de 2017.

²⁵ Número de alvarás no bairro Centro Histórico por atividade: Pipocas – 4; Cachorro quente – 9; frutas e verduras – 14; pão de queijo – 1; algodão doce – nenhum; churros – 2; churrasquinho – 2 (a carvão) e 3 (a gás); doces e salgados – 6; refrigerantes – 13; artesanato – nenhum; jornais e revistas – 35; flores e floristas – 6; doces caseiros – nenhum; doces e salgadinhos industrializados – 6; chaveiros – 4; sapateiro – 1.

nos informam: “a maioria do que se vê disposto no chão das ruas do Centro Histórico é irregular”.

Ao tocarmos no assunto dos imigrantes que se ocupam da atividade ambulante na cidade como forma de introduzir-se a cultura e economia de seu novo país, nos foi informado que milhares de senegaleses e haitianos transitam pela cidade (muitos deles moram em cidades da região metropolitana e trabalham nas ruas de Porto Alegre)²⁶.

Foram emitidos aos imigrantes senegaleses e haitianos, de março até novembro de 2017, em torno de 800 licenças para atividade ambulante através do projeto *Seja Legal*, que deveriam ser renovadas a cada dois meses e somente eram concedidas após a realização de cursos de empreendedorismo, qualificação de como proceder nas ruas e outros minicursos oferecidos majoritariamente pela FADERGS.

O projeto *Seja legal* iniciou após uma pressão de uma série de entidades reclamando ao Prefeito Nelson Marchezan sobre a situação em que se encontravam as ruas do Centro da cidade: cheias de ambulantes.

Nos dias 21, 22 e 23 de março de 2017 foi realizada a *Feira Seja Legal* que atendeu 3.713 pessoas que receberam orientação e encaminhamentos, além de se inscreverem em cursos gratuitos, numa iniciativa organizada pela SMDE em parceria com o Sindilojas Porto Alegre, Fecomércio – RS, Senac – RS, Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), SEBRAE, Banrisul, Junta Comercial – RS, Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (Prefeitura Municipal, 2017). Segundo o então secretário da SMDE, Ricardo Gomes, na feira “fizemos um esforço conjunto para dar a oportunidade dos ambulantes se regularizarem” (Prefeitura Municipal, 2017).

O *Projeto Seja Legal*, porém, não se limitou aos dias da Feira e se estendeu até novembro, atendendo cerca de 5 mil pessoas, número 10 vezes maior do que o esperado pela Prefeitura Municipal, segundo o que nos foi informado nas entrevistas. A partir de setembro não foram mais emitidas autorizações a senegaleses e haitianos para atividade ambulante no Centro Histórico, somente em outros bairros da cidade.

Por determinação do Prefeito Nelson Marchezan, no final de novembro de 2017 foram encerradas as renovações de alvarás para imigrantes senegaleses e haitianos, bem como todo o projeto *Seja Legal*, contrariando as palavras do então

²⁶ A associação de Senegaleses de Porto Alegre estima que cerca de 2 mil imigrantes senegaleses residem em Porto Alegre. Porém não há nenhum dado oficial disponibilizado pela Prefeitura Municipal.

secretário de SMDE apresentadas acima, visto que nenhum canal de comunicação ficou aberto por parte da Prefeitura.

Logo, em Porto Alegre não há mais uma política específica para os ambulantes imigrantes. Despejando 800 haitianos e senegaleses antes com alvará, novamente na irregularidade e ilegalidade, em uma ação coordenada pelo prefeito Nelson Marchezan.

Conversamos na entrevista sobre o “quadrilátero central”, nome dado à região do Centro Histórico onde não pode ser concedido nenhum tipo de alvará para atividade ambulante (salvo os que já têm direito adquirido), compreendendo, como já apresentado na Figura 11, o perímetro entre a Avenida Mauá, Rua Caldas Junior, Rua Dr. Flores e Rua Riachuelo. O quadrilátero central é justamente o local onde verificamos a maior concentração de vendedores ambulantes do bairro Centro Histórico. Os agentes da Prefeitura sabem disso.

Ao questionarmos sobre a fiscalização dos ambulantes, nos foi informado que o setor de fiscalização (SFAA) ultimamente (fazendo referência ao início do ano) não estava atuando de forma eficaz, muito devido à falta de fiscais e à falta de um convênio com a Brigada Militar. Pois, segundo entrevista, é praticamente impossível de realizar fiscalizações sem o aporte da Brigada Municipal ou da Guarda Municipal. Durante o ano de 2017 as fiscalizações e o apoio da Brigada Militar foram feitas sem convênio, “quebrando um galho aqui e outro ali”, como nos foi informado.

Atualmente, a Prefeitura Municipal conta com 17 fiscais, eles são responsáveis por fiscalizar toda a cidade, desde os eventos até os ambulantes. Porém, a nova administração da Prefeitura buscou mudar esse perfil e começou uma intensa fiscalização, principalmente no mês de dezembro, com o aumento de agentes para 10 fiscais. As operações de fiscalização vêm acontecendo diariamente no mês de dezembro e tem focado nos locais de estocagem de produtos dos vendedores ambulantes. Conforme agente público, as operações têm atingido êxito. No dia 1 de dezembro, por exemplo, segundo reportagem publicada pelo jornal Zero Hora (2017), em versão digital, agentes apreenderam 4.552 itens irregulares em diversos pontos do entorno da rodoviária, a maior apreensão de produtos do ano, realizada pela Prefeitura Municipal.

Notamos que existem na Administração Municipal, agentes públicos que estão preocupados com a questão da atividade ambulante. Eles tentam através dos instrumentos legais disponíveis, atenuar os conflitos entre Estado e ambulantes.

Porém, como os chefes de seção não têm poder de decisão para além de suas posições, ficam à mercê de decisões tomadas pelos secretários e pelo Prefeito.

Podemos perceber que as ações da Administração Municipal imputadas pelo Prefeito Nelson Marchezan Junior em relação aos ambulantes elucidam bem as ideias de Silva e Baptista (2014) ao afirmarem que em total coexistência, as forças do Estado e da máquina capitalista atuam na cidade, visto que, somente a partir de reclamações de entidades à Prefeitura foi que a Administração tomou parte e lado no conflito que se desenha no cotidiano urbano do Centro de Porto Alegre.

Por outro lado, se Lefebvre (2001) afirmava, sobre a segregação espacial de Paris, que as Empresas agiam por cima e o Estado agia por baixo, na atualidade não encontramos sequer elementos que venham a distinguir as ações estratégicas tomadas pelo Estado ou pelas empresas. Elementos de uma política democrática liberal, implantada pelo prefeito Nelson Marchezan Junior, que se define como Prefeito Gestor e que acredita que o público possa gerido como uma empresa. O prefeito desconsidera assim, questões sociais e culturais, a legislação, além de passar por cima de decisões que deveriam ser tomadas por agentes públicos especializados, a exemplo da seção de licenciamento e fiscalização da atividade ambulante na SMDE.

Um exemplo da maneira de agir do prefeito gestor foi a determinação do término das renovações dos alvarás de licença para atividade ambulante concedido aos haitianos e senegaleses, onde, o prefeito cerceou o direito à cidade de centenas de imigrantes em situação extremamente vulnerável.

Nesse sentido, notamos que as políticas impostas pela atual Administração Municipal não correspondem mais a uma política de exclusão como verificado por Lefebvre entre 1850 e pelos Situacionistas na década de 60 em Paris. Mas sim, tendem a uma Necropolítica, a aniquilação da ação política de grupos vulneráveis.

Na próxima investida teremos mais elementos para elucidar essa afirmação.

2.1.3 Investida 3 - Movimento Legalidade

No **dia 18 de dezembro de 2017** a Prefeitura Municipal de Porto Alegre lança o *Movimento Legalidade*, mais nova estratégia que intensifica o combate ao comércio ilegal na cidade, bem como o trabalho dos vendedores ambulantes. O programa é compactuado pelo prefeito em associação com a Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), com o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), com o Fórum Nacional contra a Pirataria e Ilegalidade (FNCP) e em parceria com mais de

70 entidades empresariais e organizações da sociedade civil, dentre elas a FECOMÉRCIO-RS que representa o Setor empresarial terciário do Estado do RS, responsável por 52,7% do PIB do estado.

O programa já foi lançado em outras 3 cidades Brasileiras: São Paulo, Recife e Campinas. Notamos que a aliança entre Estado e Empresas é institucionalizada amplamente nas cidades Brasileiras e que são os mesmos empresários que pregam pelo chamado “estado mínimo”, que reclamam ao Estado a proteção de seus negócios.

Por exemplo, a FECOMÉRCIO-RS age juntamente com o Estado no combate a atividade ambulante, pois na visão da FECOMÉRCIO-RS a atividade interfere nos lucros do comércio dito formal. Esta aliança usualmente ignora que o assunto da ilegalidade tem contornos sociais que somente aí se refletem na economia. Portanto, novamente percebemos uma ilustração potente dos escritos de Silva e Baptista (2014), que afirmam que duas grandes forças em coexistência estão agindo na cidade contemporânea: a máquina imperialista e o Estado.

A solenidade de lançamento do Movimento Legalidade foi atrapalhada e aconteceu às 11 horas da manhã no Paço Municipal. O cartógrafo se fez presente e pode documentar as exposições em áudio, onde em bom tom se ouve o prefeito falando: “*chega de debate, agora é combate*” se referindo aos ambulantes. Palavras que soaram bem aos ouvidos dos representantes da Souza Cruz (indústria tabagista) que compuseram a mesa, já que segundo dados levantados²⁷, 37,8% dos cigarros vendidos na capital são ilegais e contrabandeados do Paraguai, sendo as marcas Bill seguido da marca Classic as mais vendidas.

O argumento de justificativa ao combate à ilegalidade é a evasão fiscal. Além de citar os vendedores ambulantes como agentes de enriquecimento do crime organizado que financia o tráfico de drogas e armas. Percebemos uma justificativa puramente econômica, que estigmatiza os ambulantes como criminosos extremamente organizados e perigosos – claramente demarcando quem é o inimigo dessa política.

Segundo a Prefeitura Municipal, citando um levantamento realizado pelo FNCP, 954 milhões de reais foram evadidos dos cofres públicos municipais de POA. Esse valor poderia ser investido na construção de 8 hospitais, ou 159 unidades de Pronto Atendimento, ou 477 creches, ou 19 campi de universidade federais. Ao

²⁷ Não há referências de como esse dado foi levantado, porém o mesmo está disponibilizado em documento entregue para a imprensa no evento.

mesmo tempo que a evasão fiscal das camadas menos abastada sirva para encorpar o discurso, são os mais ricos os que mais devem para os cofres públicos da cidade, justamente por não pagarem os impostos que são aplicados aos seus bens e fortunas.

O *Movimento Legalidade* possui as seguintes frentes: articulação de ações de combate ao comércio ilegal, movimento sustentável de aproveitamento das apreensões e descarte de produtos, educação do comerciante sobre práticas ilegais, simplificação de práticas e posturas e campanha de comunicação-mídia.

Após a solenidade o prefeito inaugurou a exposição intitulada *Cidade do Contrabando* na Pinacoteca Aldo Locatelli, "trata-se de uma maquete feita com produtos contrabandeados como cigarros e aparelhos eletrônicos, onde estão simulações de tudo o que poderia ser feito se o comércio ilegal tivesse fim" (CORREIO DO POVO, 2017).

Após a abertura da exposição com visita à maquete, o Prefeito e os convidados levaram o cartógrafo a presenciar a barbárie, típica à *sociedade do espetáculo*. Foi ao lado do Paço Municipal na Rua Uruguai, onde estava montado o palco. "6 mil CDs e DVDs, mais de 12 mil óculos, mais de 13 mil cigarros e mais de 1,2 mil relógios" (Correio do Povo, 2017) apreendidos nas ruas de Porto Alegre dispostos no chão e prontos para serem destruídos por um rolo compactador. Um espetáculo de desrespeito à atividade ambulante, a legislação e as frentes do Movimento Legalidade, que promete, dentre outras, um "movimento sustentável de aproveitamento das apreensões e descarte de produtos".

Houve palmas, sorrisos e muitas fotos para a imprensa. Quando o espetáculo midiático terminou, os notórios engravatados se dissiparam rapidamente enquanto que os agentes responsáveis pela limpeza urbana, vestidos de uniforme laranja, varriam do asfalto quente os produtos esmagados.

Através do olhar da I.S. podemos sugerir que a cerimônia de lançamento do Movimento Legalidade é essencialmente espetacular, visto que busca atenuar os ânimos das 70 entidades empresariais que cobram da Prefeitura ações que venham a coibir o comércio ambulante no Centro da cidade.

Após o término do espetáculo decidi me dirigir em direção à Rua da Praia, onde encontro centenas de vendedores ambulantes comercializando seus produtos. Em conversas rápidas perguntei para alguns ambulantes se sabiam do que estava acontecendo a uma quadra de distância de onde estávamos. Obviamente ninguém sabia. Entretanto um vendedor ambulante ressaltou "está difícil, todo dia está tendo fiscalização, ontem minha mulher foi pega e levaram

tudo”. Ao chegar em casa, decidi investigar como todo o espetáculo promovido pela manhã tinha repercutido na espetacular mídia local.



Figura 12 - Rolo compactador destruindo produtos apreendidos. Fonte: Ronaldo Bernardi – Agencia RBS. Disponível em: URL: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/12/porto-alegre-adere-a-campanha-contra-o-comercio-ilegal-de-mercadorias-cjbc2y8f5015h01p9dw6mikuk.html>.

A reportagem publicada pelo grupo RBS no site ClickRBS ganhou o título “Porto Alegre adere à campanha contra o comércio ilegal de mercadorias”²⁸ e inicia pondo o leitor / a leitora em uma experiência sensível: “Quem caminha no Centro Histórico de Porto Alegre percebe que cresce o número de ambulantes ao ter de fazer ziguezague entre dezenas de cangas e araras que se acumulam pelas ruas e calçadas” (RBS, 2017). Ao citar Vismona (presidente do ETCO)²⁹, a reportagem

²⁸ Disponível através do link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/12/porto-alegre-adere-a-campanha-contra-o-comercio-ilegal-de-mercadorias-cjbc2y8f5015h01p9dw6mikuk.html>

²⁹ O Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial congrega empresas e entidades empresariais não governamentais com o objetivo de promover a melhoria no ambiente de negócios. (ETCO, 2017)

coloca: “a imagem romântica de que combateremos os camelôs, mas, na verdade, queremos atacar a grande estrutura que está por trás desses ambulantes, do crime organizado que se beneficia e transforma o lucro em violência, porque o contrabando financia o tráfico de armas e de drogas”. (RBS, 2017). A reportagem segue enunciando que com a construção do camelódromo, os ambulantes teriam sido praticamente extintos do Centro, mas que o problema voltou a surgir nos últimos dois anos, apontando que a Rua da Praia é um dos locais preferidos pela atividade ambulante em Porto Alegre, segundo reportagem.

A reportagem publicada em mídia digital pelo jornal Correio do Povo também controlado pelo grupo RBS, ganhou o título: Prefeitura lança “Movimento Legalidade” para combater comércio ilegal na Capital³⁰ e segue discorrendo que o objetivo do Movimento é acabar com os vendedores ambulantes que lotam diversas ruas de Porto Alegre, especialmente a Rua da Praia. A reportagem conta com um vídeo do momento da destruição dos produtos onde podem ser ouvidos aplausos dos espectadores e também podem ser vistos os agentes de limpeza urbana recolhendo do chão, os produtos destruídos. É possível notarmos a coerência de ambos os veículos de comunicação do mesmo grupo midiático.

Já a reportagem publicada no site do Jornal Sul21, toma outros ares e constrói outra narrativa, intitulada “A política autoritária de Marchezan para os ambulantes de Porto Alegre”³¹, a reportagem denuncia o movimento em perseguir os trabalhadores ambulantes gerando caos social no centro da cidade de Porto Alegre.

A reportagem ainda afirma que todo o aparato para apreender as mercadorias, que foram usadas no espetáculo público oferecido pela Prefeitura Municipal, funciona como uma “máquina de enxugar gelo”, pois após as apreensões, as ruas rapidamente foram tomadas pelos ambulantes. Mais adiante a reportagem critica a prefeitura em brigar com a realidade, visto os 12 milhões de brasileiros desempregados que buscam através da informalidade uma maneira de continuar vivendo no sistema capitalista em crise.

A reportagem elenca que a visão de cidade do Movimento Legalidade é a de que apenas tem direito à cidade quem consome e contribui com o PIB. Adjetivando o movimento como racista e xenófobo, devido à grande concentração de senegaleses e haitianos no comércio informal. A reportagem ainda defende que

³⁰ Disponível através do link:

<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/2017/12/637490/Prefeitura-lanca-Movimento-Legalidade-para-combater-comercio-ilegal-na-Capital>

³¹ Disponível através do link: <https://www.sul21.com.br/jornal/politica-autoritaria-de-marchezan-para-os-ambulantes-de-porto-alegre/>

o contrabando deve ser combatido, porém, não correndo atrás de trabalhadores no centro de Porto Alegre e sim atuando na fiscalização das fronteiras do país.

Para além do espetáculo de lançamento do Movimento Legalidade, no dia 19 de dezembro, no fim da manhã, seus efeitos já foram sentidos pelos ambulantes no Centro Histórico. Nesse dia, foram apreendidos cerca de mil itens ilegais das ruas do Centro da cidade, principalmente nas Avenidas Borges de Medeiros, Salgado Filho e nas ruas Otávio Rocha, Dr. Flores, Vigário José Inácio, Voluntários da Pátria e Andradas.

Um grande aparato varreu as ruas em uma violenta operação de guerra. A operação agregou cerca de 170 homens, 27 agentes de fiscalização da SMDE, três pelotões da Brigada Militar, Polícia Civil, Procon, Receita Federal, EPTC e DMLU.

Segundo o Secretário de Segurança Kleber Senisse não foi uma operação isolada e vai se repetir durante todo o ano de 2018. Na visão de Kleber, a operação vem a atender o clamor da sociedade por uma área central mais segura (PREFEITURA MUNICIPAL, 2017).

Para o secretário em exercício da SMDE, Leandro de Lemos, “a ação é importante por ter reunido uma rede de instituições para combater a ação dos ilegais e reorganizar o Centro de Porto Alegre” (Prefeitura Municipal, 2017), afirmando ainda que a ação foi um importante passo para desenvolver o Centro Histórico para os cidadãos.

A ação gerou um tumulto de grandes proporções, lojistas fecharam as portas, o comércio baixou as grades, enquanto que os ambulantes assistiam indignados ao cerco que se montou diante de seus corpos. Não havia espaço para fuga, para onde se olhava havia policiais fortemente armados e prontos para possíveis detenções. As apreensões foram violentas e sem espaço para retruques, uma desmoralização sem precedentes do trabalhador ambulante através do uso da força. Mesmo os senegaleses que possuíam autorização para vender seus produtos foram autuados e tiveram seus produtos apreendidos. Não terminou por aí, mais tarde, um grupo de ambulantes de dirigiu em protesto até o Paço Municipal (ver mais informações em MapAção Ambulante).

Refletindo sobre os argumentos expostos pelos agentes públicos (secretários e prefeito), notamos que o olhar imputado aos ambulantes é combativo e se esconde atrás de opiniões públicas de que o Centro Histórico está desorganizado. Mesmo que a lei esteja sendo respeitada, como no caso dos haitianos e senegaleses, que no momento da ação referida possuíam alvará de

licença expedido pela própria Prefeitura, não houve espaço para retruques e os produtos foram apreendidos.

Essa investida novamente nos mostra que a legislação não é um fator que assegura o direito à cidade aos vendedores ambulantes, visto que o poder executivo constantemente passa por cima da legislação para defender interesses próprios e das empresas.

Retomando as palavras de Certeau, notamos que a cidade tem sido tomada pela ordem capitalista em velocidade vertiginosa. Atuando através de estratégias como gestos cartesianos de poder, o Estado faz alianças com a Brigada Militar e a Polícia Civil para realizar o desejo de entidades que representam o capital, a exemplo da FECOMÉRCIO, Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) e Junta Comercial, além de outras 67 entidades.

Unicamente preocupados com os lucros de seus membros, essas entidades buscam atacar qualquer ameaça, que possa vir dos espaços externos, aos seus negócios. Nesse sentido, as ruas se tornam palco de ações que são solicitadas de dentro dos pontos comerciais. Percebemos então que as empresas, ou o comércio localizado são os principais agentes que solicitam a Administração Municipal o combate da atividade ambulante.

Embora a clientela dos ambulantes dificilmente tenha acesso aos produtos vendidos pelo comércio legal e regular, usualmente mais caro que os vendidos na rua, esse tipo de comércio é visto como "sanguessuga" de clientes. Por esse ângulo, a rua é vista como desordem que precisa ser combatida ou, em outras palavras, ordenada.

O movimento legalidade atualiza a política pública em relação aos indesejáveis como uma necropolítica, já que atua através de aniquilamento da ação política dos sujeitos vulneráveis, como os vendedores ambulantes. Se por um lado há essa atualização em relação à estratégia política, o argumento da "desordem" é o mesmo que permitiram ao Estado a exclusão espacial dos indesejáveis na Paris de Haussmann, segundo Lefebvre (2001).

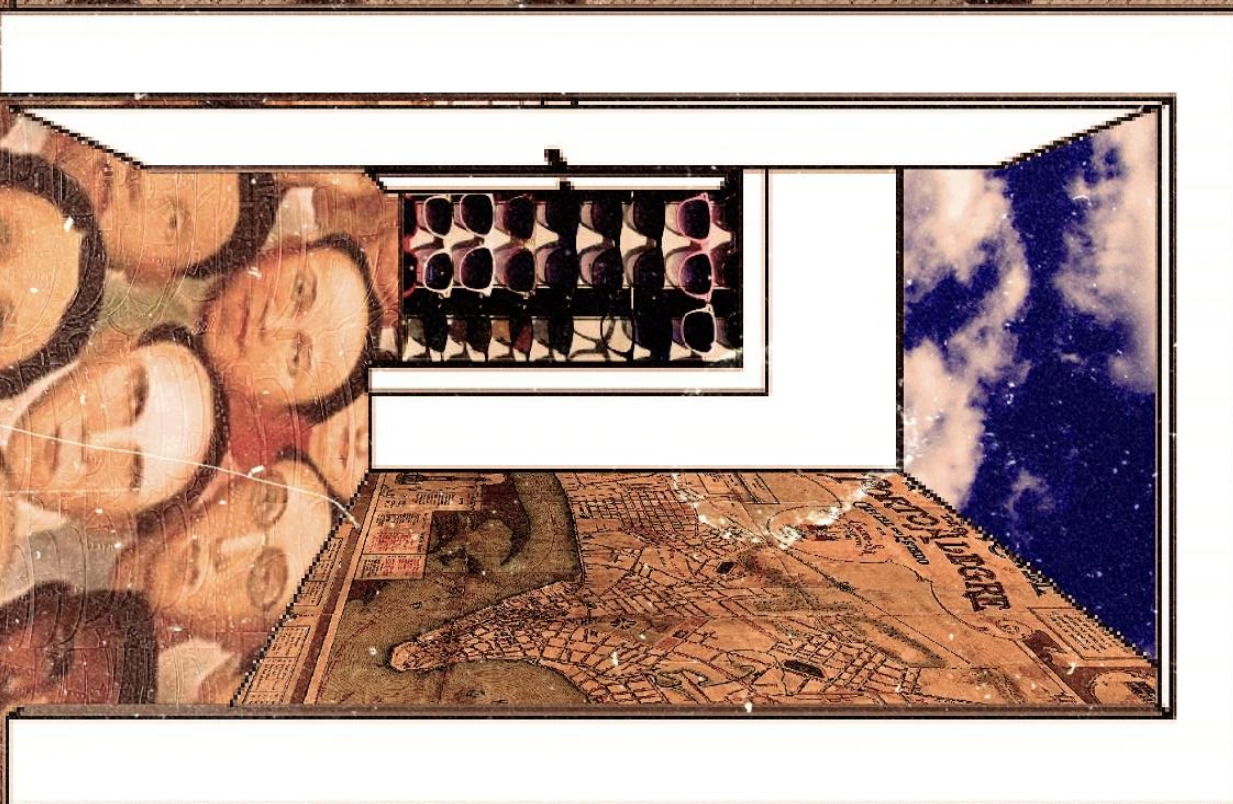
Para encaminhar a caracterização das políticas públicas implementadas aos vendedores ambulantes em Porto Alegre, que propomos nessas três investidas, percebemos que a força estratégica atua através de uma democracia neoliberal em um sistema econômico neoliberal. Portanto, as estratégias impostas pelas políticas públicas são resultantes da fusão de interesses entre Empresas e Estado.

Esta estratégia neoliberal que atua politicamente sobre a cidade, encara a materialidade do urbano, ou seja, a arquitetura, apenas enquanto cifras, o espaço

público não escapa dessa estratégia e muito menos os corpos das populações vulneráveis. Embora o Estado não construa murros para barrar os pobres da cidade, é através de políticas espaciais que o Estado vem cerceando esse direito. Nesse sentido, a estratégia posta ao espaço é sanitaria e atua diretamente sobre os corpos dos sujeitos vulneráveis, através da aniquilação da ação política desses sujeitos, que ao ver do Estado não possuem direito à vida, muito menos direito à cidade.

2.2 As táticas

Nesse tópico pretendemos cartografar a “arte de fazer” ambulante, ou ainda, seus modos de agir na cidade como atitudes de resistência às forças necropolíticas Estatais. As táticas dos ambulantes são forças que parte dos corpos dos sujeitos, se desenham nos interstícios das estratégias e se localizam nos espaços públicos do Centro Histórico de Porto Alegre.



A técnica de observação foi construída a partir da *teoria das derivas* (I.S. 2007). As derivas são um mergulho na experiência que agencia o cartógrafo e o objeto de pesquisa, por onde buscaremos realizar os seguintes mapeamentos: a população ambulante, a arquitetura ambulante e a ação ambulante.

Para que possamos estimar dados sobre os vendedores ambulantes exercendo cotidianamente suas atividades no Centro Histórico de Porto Alegre, foram realizadas 18 derivas compreendendo os períodos da manhã e da tarde durante o mês de dezembro de 2017, com temperaturas amenas e tempo predominantemente ensolarado. Os dados, esquemas e mapas sobre as observações empíricas foram registrados no caderno de campo do cartógrafo e listados no relatório do caminho percorrido – no próximo passo cartográfico.

Para o controle das informações a serem produzidas, definiremos como unidades de ambiência ambulante, as situações espaciais aonde houver concentração maior que 10 ambulantes, sendo assim, desconsideraremos locais onde não há expressiva presença dessa população.

A construção da "*mapografia*" apresentada no arquivo anexo à essa dissertação, se baseia na concepção de unidades de ambiência expostas pela I. S., para agrupar situações de expressiva quantidade de ambulantes (mais que 10 ambulantes). Nesse sentido, estão representados na mapografia: os ambulantes - pelas linhas vermelhas que tocam o mapa (cada linha representa um ambulante na localização onde o cartógrafo os encontrou), bem como as nove unidades de ambiência onde há maior concentração da atividade no centro.

Sugerimos ao leitor / à leitora, que abra o arquivo³² anexado à esta dissertação e tenha esse mapa em mãos para acompanhar e situar geograficamente as informações que serão expostas mais adiante.

³² A versão digital desta dissertação irá expor a mapografia ambulante na próxima página como figura 14.

2.2.1 MaPopulação ambulante

Em um exaustivo mergulho no cotidiano do Centro Histórico, estimamos³³ através das derivas 1 e 2, a população total de cerca de 560 vendedores ambulantes (com ou sem ponto fixo, legais e ilegais).

Levando em consideração que aproximadamente 105 ambulantes possuem alvarás (de acordo com estimativa elaborada por nós através de pesquisa por alvarás ambulantes no site da Prefeitura Municipal)³⁴, percebemos que aproximadamente 82% dos ambulantes que trabalham no Centro são ilegais e somente 18% deles são legais. Como não tivemos subsídios por parte da prefeitura em localizar os ambulantes com alvará, não foi possível especificar exatamente, quais dos vendedores contabilizados são legais e quais são ilegais.

Para discorrermos sobre eles, localizamos 9 unidades de ambiência ambulante³⁵ no Centro Histórico, onde trabalham cerca de 490 ambulantes³⁶: Rua da Praia com 174 ambulantes, Av. Borges de Medeiros com 104, Av. Senador Salgado Filho com 58, Rua Marechal Floriano Peixoto com 30, Rua Dr. Flores com 16, Rua vigário José Inácio com 19, Rodoviária com 17, Rua Voluntários da Pátria com 43 e Mercado Público com 26 ambulantes. Todas as unidades de ambiência possuem intenso fluxo de pedestres.

Verificamos que a Unidade de ambiência Rua da Praia tem a maior concentração de ambulantes do Centro Histórico, o que também reflete a notável quantidade de comércio localizado ao longo da rua. A Avenida Borges de Medeiros e a Av. Senador Salgado Filho possuem grande concentração de paradas de ônibus por toda sua extensão, onde centenas de pessoas ficam à espera dos coletivos, em vista disso, os ambulantes aproveitam para vender guloseimas aos passageiros enfileirados.

Desses 490 ambulantes, encontramos somente 72 mulheres exercendo a atividade. Dessas, aproximadamente 10, consideramos como idosas (mais de 60 anos) e outras 6 que trabalhavam na presença dos filhos. Identificamos 26

³³ Os dados desta pesquisa são estimativas, visto que a presença de ambulantes no Centro Histórico varia de acordo com inúmeros fatores, como, por exemplo: clima, presença ou não da fiscalização, período do dia, mês do ano, etc. Nesse sentido, propomos que a população de ambulantes seja contabilizada como uma estimativa para um dia cotidiano, ensolarado, entre as 8 e 18 horas do mês de dezembro de 2017, sem a presença da fiscalização por parte da Prefeitura.

³⁴ Disponível em: <https://alvaraweb.procempa.com.br/alvara/home.seam>.

³⁵ A definição das unidades de ambiência como zonas de climas psíquicos é subjetiva e segue as características arquitetônicas da ocupação do espaço promovida pelos ambulantes.

³⁶ Portanto, descartados da cartografia aproximadamente 70 ambulantes que exercem a atividade de forma isolada.

ambulantes haitianos e 86 senegaleses, totalizando 112 imigrantes. Em outras palavras, cerca de 23% os ambulantes por nós contabilizados são imigrantes.

Cerca de 69% dos ambulantes, ou 340 ambulantes, foram identificados pelo cartógrafo como negros ou negras. Verificamos também dois pontos na Unidade de ambiência Rua da Praia onde indígenas comercializam artesanato, além de uma inusitada ambulante: uma freira vestida à caráter, perambulando pela rua e anunciando timidamente seus crucifixos.

A presença do povo indígena vendendo artesanato nas ruas do centro da cidade, nos instigou a encontramos o decreto nº 17.581, de 22 de dezembro de 2011, que reconhece as práticas e as apresentações musicais "*mbyá-guarani*" como expressões legítimas da cultura indígena conforme seus costumes. Esse decreto permite que os indígenas vendam artesanato nos espaços públicos de POA, e impede, legalmente ao menos, procedimentos de remoção deles por parte da fiscalização dos ambulantes.

Os ambulantes sem ponto fixo, ou seja, os que ambulam pela cidade para vender produtos, foram contabilizados nas unidades de ambiências onde estavam quando o cartógrafo os encontrou e somaram um total de 92 pessoas.

Nessa breve apresentação, percebemos, salvo poucas exceções, que a população ambulante é majoritariamente composta por diversas populações historicamente marginalizadas pelas forças estratégicas do capitalismo através do Estado. Nesse sentido, os ambulantes estão estigmatizados pela histórica herança de marginalidade que os acompanha, essa questão se reflete inclusive na opinião que parte da população têm sobre a atividade, que os enxerga como marginais: uma má população.

Após essa primeira aproximação cartográfica do cotidiano ambulante no Centro de Porto Alegre, podemos sugerir a partir das unidades de ambiência por nós estipuladas, que há relação entre atividade ambulante e os equipamentos públicos de mobilidade urbana, tanto nas unidades de ambiência com filas de espera de ônibus urbanos (Av. Borges de Medeiros, Av. Senador Salgado Filho, Rodoviária, Mercado público), quanto em locais de intensa concentração de pedestres (Rua da Praia, Vigário José Inácio, Dr. Flores, Voluntários da Pátria, Marechal Floriano Peixoto).

Há relação entre os ambulantes e os locais dedicados exclusivamente à pedestres, como nas unidades de ambiência Rua da Praia, Mercado Público e Rua Vigário José Inácio. Há também relação entre ambulantes e os espaços com

elevada concentração de comércio popular localizado, como é o caso da unidade de ambiência Rua Voluntários da Pátria, aonde se localiza o Camelódromo. Ao retomarmos a história da cidade, percebemos que a presença dos ambulantes é parte intrínseca da história de conformação do local como centralidade comercial.

Notamos o constante monitoramento do espaço por parte dos ambulantes, que ficam à espreita da menor movimentação que possa indicar a aproximação dos fiscais da Prefeitura, nesse sentido, a Brigada Militar também é vista com desconfiança, pois durante as derivas, percebemos que muitos ambulantes recolhiam seus produtos quando a presença dos agentes se intensificava em algum local. Embora o monitoramento do espaço pelos ambulantes sirva para que eles tenham tempo de correr dos fiscais, essa ação também coloca “olhos no espaço” e protege os pedestres em eventual situação de ameaça.

A atividade ambulante é realizada por pessoas predominantemente do sexo masculino, assunto que pode ser tratado a partir da discussão entre gênero e espaço público, o qual mesmo tendo grande importância, será deixado de lado nesta dissertação, para mantermos o foco de caminhada em toda população ambulante.

Retomando Rolnik *et al* (2012), ao afirmarem que a atividade ambulante na cidade de São Paulo se intensificou a partir da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, percebemos que, majoritariamente, ainda é a população negra que se ocupa da atividade ambulante, espectros impressos nos corpos desses sujeitos, do período escravagista que perdurou no país até o ano de 1888 – segundo Mbembe (2017), a vida da escravatura é uma forma de morte-na-vida.

2.2.2 MapArquitetura ambulante

A partir das derivas 3, 4, 5 e 6, percebemos que as formas de ocupação do espaço elaboradas pelos ambulantes variam de acordo com as características arquitetônicas de cada unidade de ambiência, principalmente de acordo com a disponibilidade, ou indisponibilidade, de espaço nas calçadas. A forma de ocupação das calçadas pode ser análoga à concepção de um mosaico (pequenas peças ímpares dispostas sobre uma superfície), que vai se adaptando à arquitetura da cidade, sendo predominantemente linear e paralelo ao espaço construído, permitindo que o fluxo de pedestres flua naturalmente por entre os pontos de venda.

As fileiras de ambulantes por vezes estão justapostas às fachadas dos edifícios, e outras vezes juntas ao meio fio das calçadas, ocorrendo em ambos os

casos quando há espaço suficiente, como é o caso de algumas unidades de ambiência: Av. Borges de Medeiros e Salgado Filho e Rodoviária. A ocupação dos espaços nas unidades de ambiência exclusivamente peatonais acontece em 4 fileiras: duas fileiras centrais, uma de costas para a outra e voltadas em direção à fachada dos edifícios, além de duas fileiras justapostas as faces construídas e voltadas ao centro da via, essa disposição organiza o fluxo de passantes em dois sentidos (ida e volta), como é o caso da unidade de ambiência Rua da Praia e da parte peatonal da unidade de ambiência Rua Vigário José Inácio.

Os ambulantes que ocupam as esquinas, permanecem com seus produtos dispostos nos limites externos das calçadas (junto ao meio fio), esses espaços são muito disputados pelos vendedores ambulantes devido a amplitude visual para o monitoramento da presença da fiscalização e da Brigada Militar.

O mosaico de ambulantes é materializado pelos suportes para as vendas dos produtos, que variam de acordo com os itens vendidos. A maioria, porém, dispõe os produtos no chão sobre lonas e tecidos baratos; outros vendedores utilizam de suportes leves e dobráveis, além de caixas de feiras, cadeiras, malas, porta-malas de carros e carrinhos de supermercado para elevar seus produtos do chão; outros mais bem equipados montam verdadeiros estandes com estruturas desmontáveis que suportam cabides, lonas de cobertura, espelhos e até provadores.

Também encontramos produtos sendo vendidos, principalmente pelos vendedores sem ponto fixo, em sacolas, hastes, balaios, caixas, máquinas a tira colo, caixa isotérmica. Por outro lado, existem também estruturas fixas como bancas de revistas e de frutas e legumes, estes por sua vez, regularizados e padronizados pela Prefeitura através de edital.

Falar sobre as relações entre os ambulantes e o espaço construído, passa necessariamente pelos contratos informais que vão se estabelecendo entre os ambulantes e o comércio localizado. Já que a legislação exige dos ambulantes, a autorização do proprietário do imóvel em frente onde ficará posicionado o ambulante, essa regra também vale para os ambulantes informais, que enxergam a possibilidade de driblar a interdição de sua presença por parte dos proprietários, permanecendo em frente a edificações abandonadas, ou fechadas. Percebemos durante as derivas, que muitos estabelecimentos comerciais fecharam as portas nos últimos tempos e que o comércio ambulante, rapidamente tomou as extensas fachadas com placas de aluga-se, principalmente na unidade de ambiência avenida Senador Salgado Filho.

A ocupação dos espaços públicos do Centro Histórico é um argumento constantemente utilizado pela Prefeitura no combate à atividade ambulante, que acusa essa população de abarrotar as calçadas com seus produtos e interromper o fluxo de pedestres, porém, através da disposição tática dos pontos de venda na forma de mosaicos lineares, que conversam diretamente com a arquitetura, não encontramos nenhum local de obstrução completa do fluxo de pedestres. Nesse sentido, os ambulantes ordenam o fluxo de pedestres, como o que acontece, por exemplo, nas unidades de ambiência Rua da Praia e Rua Vigário José Inácio. Podemos retomar que a ocupação linear do espaço das calçadas exercida pelos ambulantes, encontra como simulacro o Centro Popular de Compras (camelódromo), onde corredores de passantes são ladeados por pequenos estabelecimentos comerciais.

Resgatando as considerações sobre a construção de situações exposta no primeiro passo desta cartografia através de Veloso (2016), ao informar sobre a articulação entre “uso situacionista da obra de arquitetura” e a “organização coletiva de um ambiente (...), como alternativa a vida planejada (...) pelo urbanismo”, podemos rearticular esse pensamento para o cotidiano através dos ambulantes, visto que essa população elabora diariamente técnicas específicas para utilização tática da arquitetura da cidade de acordo com seus anseios, como um ‘modo de fazer’ alternativo à planificação da vida imposta pelo urbano.

Embora os ambulantes ocupem os espaços públicos do Centro Histórico, que são de direito comum a todos os cidadãos, a Administração Municipal condena, proíbe e coíbe que o espaço seja utilizado para a comercialização de produtos, negando as características históricas do Centro de Porto Alegre e renegando os ambulantes o título de cidadãos de direito ao exercerem a atividade.

Lendo a localização das 9 unidades de ambiência por nós estipuladas, percebemos que somente parte da unidade de ambiência Av. Borges de Medeiros e a unidade de ambiência Rodoviária se encontram fora do quadrilátero central, onde a legislação municipal não permite, salvo os ambulantes com direito adquirido, que a atividade seja realizada. Logo, percebemos o descompasso da legislação com a realidade espacial do comércio ambulante.

Retornando à arquitetura, talvez a principal característica do mosaico montado pelos vendedores ambulantes no Centro Histórico de Porto Alegre, nos interstícios dos espaços construído, é sua *transitoriedade* e *efemeridade*. Ao considerar a construção dos pontos de venda como algo provisório, os ambulantes dispõem da arquitetura da cidade, para pousar seus corpos e produtos, potencializando momentaneamente a funcionalidade das zonas comerciais.

À transitoriedade, qualidade do que é transitório, denota aos ambulantes um certo tipo de dança, tanto no início, quanto no fim do turno de trabalho, além dos momentos de presença da fiscalização. Os vendedores ambulantes irregulares são mestres na dança de montar e desmontar os pontos de venda, em questão de segundos conseguem recolher seus produtos através de um rápido jogo de movimentos coordenados, escapando assim, da fiscalização. Essa imposição da fiscalização que remete ao universo das estratégias, torna a arquitetura ambulante transitória e extremamente simples, visto que as estruturas utilizadas devam ser leves e fáceis de transportar, montar e desmontar.

Ao ser transportada, a arquitetura ambulante é compactada e perde momentaneamente sua forma, sendo reduzida a um amontoado de materiais dissociados sobre rodas. Em cápsulas viajantes, essa arquitetura se desdobra em perfeita harmonia com a materialidade de qualquer cidade, podendo ser transferida de lugar em lugar, sem que se perca nenhum elemento de sua composição. Salvo raras exceções, os ambulantes transportam seus produtos em caixas de papelão, malas, sacos e sacolas sobre um suporte com rodas, que facilita o transporte dos produtos até o ponto de vendas.

Prontamente, o que indica o tamanho da maior peça a ser utilizada é a dimensão máxima do carrinho que os ambulantes utilizam para transitar. Os objetos que excedem essa limitada medida, são divididos em peças menores, tornando o carrinho compacto e rígido, por isso, a lógica por trás da montagem e da desmontagem é a fragmentação e a alta especificidade, bem como a junção temporária dos componentes.

Mesmo com a baixa disponibilidade de espaço que eles dispõem em seus carrinhos, os ambulantes carregam: os produtos dentro de uma caixa ou mala, uma cadeira ou banqueta, mochila para itens pessoais, lonas e sacos plásticos para cobrir os produtos em eventual chuva, cordas, suportes de madeira ou PVC, banners, placas, placas de compensado, grades de alumínio, cabides, espelhos e até manequins.

O pequeno emaranhado de coisas em um carrinho com rodas, em questões de segundos é atualizado em um espaço que pode ocupar mais de 16 metros quadrados de área das calçadas, como é o caso do ambulante que vende leques na unidade de ambiência Rua da Praia. Outros carrinhos rapidamente se transformam em barracas com estruturas mais complexas, com provadores, expositores e coberturas. Sendo assim, mesmo com a alta especificidade de cada peça, alguns utensílios que os ambulantes carregam têm dupla utilidade, a de

transportar os produtos e a de base de apoio para melhor exibição do que é comercializado.

Os elementos compositivos são sempre baratos e utilitários, como, por exemplo, as lonas que servem de apoio para os produtos dispostos ao chão e as grades de alumínio usadas pelos ambulantes que ambulam, onde são pendurados diversos produtos.

Refletindo sobre nossa caracterização da arquitetura ambulante como efêmera, destacamos que existem aí ambiguidades: por um lado, os ambulantes são agentes que inscrevem através da comercialização de produtos, um uso distinto da norma posta aos espaços público, confrontando o planejamento do uso do solo, logo, um uso efêmero em relação ao planejado para com o espaço público; por outro lado, se considerarmos a efemeridade como algo meramente temporário, percebemos que a atividade ambulante não é efêmera, pois essa população se encontra exercendo a atividade no centro na capital gaúcha desde a conformação da cidade até os dias de hoje, atravessando todos os ciclos econômicos e administrativos. Portanto, a efemeridade que nos referimos diz mais sobre a regulamentação do uso do espaço público do que algo precisamente temporário.

Para além da ambígua efemeridade da arquitetura ambulante, indicamos, inspirados na passagem de Calvino (1990) que abre o segundo passo desta cartografia, que o conjunto de mosaicos criados pelos ambulantes estabelece uma cidade fixa, que atravessa temporalmente os espaços públicos do Centro Histórico de Porto Alegre.

Notamos nessa arquitetura tática uma potente força de criatividade dos ambulantes ao lidarem com poucos elementos e atribuir-lhes usos não costumeiros – aliás, grande parte dos ambulantes relatam que encontraram a elementos que utilizam em seus pontos de vendas em lixeiras e depósitos.

A disposição dos produtos a serem vendidos, entrega ao cartógrafo, além de uma rígida capacidade de organização, uma preocupação estética, visto que no estrito espaço de que dispõem nas calçadas, os ambulantes necessitam dispor uma gama variada de produtos.

2.2.3 MapAção ambulante

Reconhecemos nas derivas 7, 8, 9, 10 e 11, que para além de qualquer fator, é a disputa pelos clientes um dos principais motivos de embate entre os

ambulantes e o comércio localizado. Segundo matéria publicada pelo grupo RBS (2017), os lojistas do centro afirmam que os ambulantes são responsáveis por uma queda de 15% a 20% nas vendas de final de ano. Nesse sentido, se as espetaculares vitrines das lojas e o ar condicionado se tornam um convite às compras no comércio dito formal no mês de dezembro, os ambulantes taticamente fazem o possível para conquistar a atenção dos passantes.

Muitos deles entoam em alto e bom som, alguns jargões, como por exemplo: "*tá baratinho*", "*morango bem docinho, só hoje, 10 reais duas caixas*", "*esse tênis aqui é imitação, igualzinho, pode ver*", "*somente hoje, promoção, promoção, promoção*". Outros, como por exemplo, o carro dos sonhos que fica na unidade de ambiência Mercado Público utiliza de um autofalante que fica incessantemente repetindo os dizeres que estão no epílogo desta dissertação. Há ainda os ambulantes que usam instrumentos como, por exemplo, apitos e recos.

Barroso (2012) se utiliza da etnografia sonora para captar as redes de solidariedade entre os ambulantes da Rua Voluntários da Pátria em Porto Alegre, a autora chama a atenção para os laços construídos pelos ambulantes "ajudando-se mutuamente, ensinando táticas de venda, colaborando nas fugas policiais, trocando dinheiro, guardando mercadoria durante a noite, trazendo produtos, inserindo novos companheiros" (Barroso, 2012), tornando assim, a atividade ambulante uma ação potencialmente integradora em redes de solidariedade e trocas de favores, tanto em relações de amizade quanto em relações de trabalho.

As redes tecidas pelos vendedores ambulantes são compostas de múltiplos atravessamentos em diferentes dimensões e direções. Traçar as linhas dessas redes é uma missão praticamente impossível, visto que os ambulantes tecem infinitas relações entre inúmeros espaços e agentes. Essa rede pode ser estendida, encurtada, modificada, sem grandes perdas para a rede como um todo, que se auto regula de acordo com as condições postas pelo universo das estratégias.

Portanto, as redes ambulantes são por nós consideradas como rizomáticas, com grande maleabilidade, onde os nós são de difícil localização devido ao constante movimento executado taticamente pelos ambulantes, que se inscrevem nos interstícios das estratégias, escapando, inventando sempre uma nova direção, um outro caminho, um outro jeito, uma nova fuga.

Aragão (2012), ao dissertar sobre o ambiente sonoro da cidade, com foco na territorialização dos vendedores ambulantes de chegadoinho em Fortaleza (CE), utiliza do olhar de Michel de Certeau para "analisar como práticas humanas não

apenas envolvem o uso do espaço, mas também os criam” (Aragão, 2012). Pegando carona nessa apresentação do trabalho da autora, sugerimos que os vendedores ambulantes além de criar um espaço, criam aos passantes a possibilidade de se tornarem consumidores, ou, em outras palavras, clientes.

Para os ambulantes, os clientes, a princípio, são qualquer pessoa que esteja passando em frente ao estande de vendas: idosos, jovens, adolescentes, mulheres, homens, ricos, pobres, realmente, qualquer um. Há inclusive, ambulantes (sem ponto fixo) que se dedicam quase que exclusivamente à atender as necessidades dos ambulantes fixos, vendendo produtos alimentícios, marmitas, cafés, sucos e salgados, logo, percebemos que existe um mercado ambulante dentro do mercado ambulante.

Em suma, a clientela dos ambulantes no Centro Histórico é bem variada. Não é raro ver homens de terno e gravata comprando carregadores de celular, ou até produtos mais sofisticados. No entanto, é a população de baixa renda, que enxerga no comércio ambulante a possibilidade de adquirir alimentos e produtos por um preço condizente ao salário que recebem.

No momento da compra dos produtos, os ambulantes são extremamente cordiais com os clientes. Essa tática de vendas é utilizada durante a exibição dos produtos e também durante a negociação dos valores dos produtos, que sempre podem ser pechinchados de acordo com o contrato que vai se formando no momento da venda.

Observar os clientes foi muito importante para nós, pois desmistificamos alguns pré-conceitos de que os ambulantes não possam atingir os clientes de alto poder aquisitivo, assim, gostaríamos de encaminhar uma pergunta ao leitor / à leitora: Você já comprou um produto de um vendedor ambulante?

A informalidade é, e sempre foi, parte intrínseca à cultura brasileira, como já diria o famoso ditado popular: “o jeitinho brasileiro”, que remete à uma certa maneira (ou jeito) informal, de lidar com as situações postas.

Retomando a discussão teórica, se o Capitalismo atravessa todas as dimensões da cidade transformando tudo em mercadoria e excluindo os mais pobres, no consumo de mercadorias não existe exclusão. Em outras palavras, independentemente de haver regulação por parte do Estado, há na cidade mercadorias para todos os tipos de consumidores, até para os sujeitos de baixo poder aquisitivo que enxergam nos ambulantes uma possibilidade de realização de sua função *homo oeconomicus*.

Nesse sentido, percebemos que a atividade ambulante desempenha um papel importante dentro do sistema capitalista e voltando novamente ao primeiro passo desta cartografia, confirmamos que embora eles estejam inseridos no sistema, a inserção acontece através da exclusão, pois os ambulantes são considerados como trabalhadores informais e ilegais pelo Estado.

A questão da suposta concorrência desleal entre os ambulantes e os comércios localizados, chega até o Estado por demanda de diversas organizações, como, por exemplo, a FECOMÉRCIO, que reclama ao Estado que os ambulantes têm tirado uma fatia dos seus lucros ao venderem produtos sem incidência de impostos, e por consequência disso, mais baratos que os encontrados no comércio localizado (lojas em edifícios, com número de registro no CNPJ).

Percebemos que as demandas da FECOMÉRCIO são prontamente atendidas, como evidenciamos nesta dissertação (estratégias – terceira investida), através da cartografia do Movimento Legalidade. Essa estratégia dificulta, porém não impede a atividade ambulante, que é astuta e conceitualmente tática, que se aproveita das ocasiões que são estrategicamente determinadas pelo poder público, e delas depende.

Nesse sentido, tendo em vista as ações de apreensão e destruição dos produtos vendidos pelos ambulantes que aconteceram nos dias 18 e 19 de dezembro, um dia após o lançamento do Movimento Legalidade, um grupo de ambulantes rapidamente se organizou em um levante, com intuito de contestar as ações da tropa de guerras de 170 agentes que no momento apreendia deliberadamente os produtos vendidos pelos ambulantes, à mando do Estado.

Os ambulantes reclamavam da falta de diálogo com os agentes públicos e representantes da Prefeitura Municipal, gritando em completo desespero pelas ruas que não teriam renda alguma após as apreensões dos produtos.

Contêineres de lixo foram virados e queimados. Fogo também foi colocado em caixas de frutas. No começo da tarde, o grupo acabou se dirigindo à área do Paço Municipal, onde fica o gabinete do prefeito Nelson Marchezan Júnior (PSDB). As ruas foram desobstruídas após negociação entre Brigada Militar e ambulantes, que indicaram representantes para conversar com a prefeitura. Os bombeiros apagaram os focos de fogo. (Jornal do Comércio, 2017)

O levante aconteceu entre as esquinas das Avenidas Borges de Medeiros e Salgado Filho, numa situação típica de confronto, nenhuma violência por parte da

polícia foi registrada, porém os ambulantes deixaram uma clara mensagem: “*quero ver eles não nos deixarem trabalhar, vamos trancar tudo*”, dizia uma senhora que teve seus produtos apreendidos.

Neste levante por nós cartografado, percebemos elementos de uma guerra cotidiana entre a ação ambulante, e a ação do Estado. Uma guerra dicotômica, com dois lados de força: um que utiliza do poder sobre os corpos (Estado) como forma de controle e uma força que utiliza do poder do próprio corpo como contestação ao controle (os ambulantes).



Figura 15 – Levante Ambulante. Fonte: RBSTV - Foto: Renato Soder. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/ambulantes-protestam-apos-prefeitura-promover-acao-contracomercio-ilegal-no-centro-de-porto-alegre.ghtml>> Acesso em: 03 abr. 2018.

Após termos vivenciado, de perto, a batalha que se deu nas ruas do Centro Histórico nas derivas 12, 13, 14 e 15, nas derivas 16, 17 e 18 notamos que a gama de produtos vendidos pelos ambulantes varia enormemente, desde produtos industrializados e produtos artesanais, até produtos alimentícios.

Encontramos os seguintes produtos industrializados sendo vendidos: pau de *selfie*, *spinners*, amplificadores de som, antenas de televisão, DVDs, óculos, lanternas, luzes de festas, barbeadores, suportes automotivos para celular, capas e películas de celular, carregadores, cintos, carteiras, bolsas, mochilas, chapéus, relógios, anéis, descascadores de legumes, pilhas e baterias, controles remotos, fones de ouvido, tênis, cadarços, palmilhas, bonés, bermudas, saias, vestidos, maiôs, biquínis, blusas, chinelos, tamancos, sandálias, isqueiros, lâmpadas, porta-cartões, bandeiras, livros, revistas, jornais, ursos de pelúcia, boias, bolas, brinquedos, raquete eletrônica mata moscas, rádios, *walk talk*, calculadoras, mouses, carrinhos de controle remoto, cartazes de times de futebol, cortador de unhas, cabos, cartões telefônicos, bilhetes de loteria, cigarros, ouro, cabelos para perucas, leques, guarda-chuvas, embalagens para presente, agendas, canetas, lenços, cangas, cuias e bombas de chimarrão, crucifixos.

Os produtos artesanais vendidos por ambulantes são: crochês, tricô, panos de prato, capas de botijão de gás, cachimbos, colares, pulseiras, brincos, anéis, porta-joias, porta copos. Os produtos artesanais vendidos pelos indígenas são: cestas, esculturas, arcos, flechas e lanças, colares, anéis e adereços em geral, instrumentos musicais, cerâmicas.

Os produtos alimentícios vendidos no centro são: flores, maçãs, pêsego, kiwi, maracujá, melancias, bananas, morangos, laranjas, bergamotas, melão, salada de frutas, batatas (branca e rosa), tomates, cebolas, pimentões, alfaces, mandiocas, cenouras, alhos, cachorro quente, pasteis, churros, pão de queijo, batatas fritas, pipoca, algodão doce, sonhos, marmitas, café, sucos, salgadinhos, bolos, pastel folhado, salgadinhos, água, refrigerantes, bebidas alcoólicas (cerveja, capetas e destilados), água de coco, pé de moleque, cocada, balas, chocolates, chicletes, sorvetes e picolés.

Também há grande concentração de ambulantes anunciando a venda de planos de saúde, empréstimos, seguros de vida e financiamentos.

Encontramos uma gama muito variada de produtos sendo comercializados no Centro Histórico pelos vendedores ambulantes, totalizando cerca de 150 produtos. Desses, 77 classificamos como produtos industrializados, como, por exemplo, roupas e brinquedos; 21 produtos de artesanato, como colares e cerâmicas; 49 como sendo do gênero alimentícios, a exemplo de vegetais, legumes e bebidas; e 4 que classificamos em outros, como: planos de saúde, empréstimos e seguros de vida.

Durante o levantamento, notamos a venda alguns produtos que não estão permitidos pela legislação, como: bebidas alcoólicas (cerveja, destilados e capetas), cigarros, telefones celulares, cartões telefônicos e produtos de fabricação estrangeira, introduzidos irregularmente no país. Cabe retomarmos que, como previsto na legislação, apenas jornais, revistas, frutas, comestíveis e verduras, cachorro-quente, pipocas, churros, churrasquinho e algodão doce, flores, serviços de engraxate e fotografos estão permitidos no Centro Histórico. Logo, dos 150 produtos sendo vendidos no centro, 95 são considerados pela legislação como ilegais. Em outras palavras, 65% dos produtos por nos cartografados são ilegais.

Sobre a origem dos produtos ilegais, Machado (2009) em sua dissertação e tese, a elaborou uma espécie de cartografia das rotas dos produtos comercializados pelos ambulantes em Porto Alegre; sua dissertação discorre sobre as relações mercantis entre Porto Alegre e a Ciudad del Este e sua tese discorre sobre a produção e a circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil. A autora discorre sobre os preços baixos das mercadorias chinesas, as importações de produtos através do Paraguai, e a consequente formação de novos rumos para os bens a partir das fiscalizações na fronteira Brasil Paraguai.

Embora as derivas tenham sido realizadas em dezembro, constatamos que há variação nos produtos vendidos pelos ambulantes de acordo com a época do ano. Encontramos em dezembro grande quantidade de presentes e artigos relacionados às férias e ao verão, em janeiro percebemos alguns vendedores vendendo artigos relacionados ao carnaval, já em fevereiro, encontramos ambulantes vendendo materiais escolares, devido à volta às aulas da rede pública. A atualização dos produtos também ocorre devido as condições climáticas, a exemplo dos guarda-chuvas que misteriosamente aparecem nas mãos dos ambulantes após os primeiros pingos de chuva.

Técnicas de mercado exercidas pelos ambulantes, que taticamente também atualizam os produtos de acordo com os modismos e necessidades artificialmente criadas pela indústria, como, por exemplo: os *spinners*³⁷ - introduzidos no mercado como algo que supostamente serviria para ajudar pessoas com Transtorno de déficit de atenção, autismo e ansiedade. Através da venda desse produto, especificamente, percebemos indícios de capitalização de supostas patologias da subjetividade cidadina contemporânea.

³⁷ Um *fidget spinner* (também conhecido como *hand spin* e *inquieteco*) é um brinquedo giratório voltado para crianças e adolescentes. (...) agindo como um mecanismo de liberação de energia nervosa ou estresse.





Figura 16 – Mapografia dos produtos. Fonte: Mapa elaborado pelo autor em conjunto com Guilherme Gil (2018).

Os três mapeamentos que elaboramos no Centro Histórico de Porto Alegre: da população, da arquitetura e da ação tática dos ambulantes, são um esforço empregados na direção de produzirmos dados e informações acerca desse fenômeno que toma as ruas do Centro de Porto Alegre. Os mapas criados, prontamente, não representam a totalidade da atividade ambulante, visto que consideram apenas a amostra levantada durante os dias que foram realizadas as Derivas.

Nesse sentido, propomos que os mapeamentos sejam encarados como uma amostra dessa população, elaborada através do olhar do cartógrafo, com a aplicação da metodologia por nós elaborada. Estes mapas são abertos, conectáveis, desmontáveis e podem sofrer alterações de acordo com muitas dimensões interdependentes. São assim, como um reflexo da própria atividade ambulante que se autorregula através do manejo de muitas variáveis, seja em relação à compra dos produtos, à fiscalização da prefeitura, às condições climáticas, bem como uma ampla gama de acordos informais que se firmam entre os próprios ambulantes, com o comércio formal, e inclusive com agentes da Brigada Militar e da prefeitura. O fenômeno do comércio realizado pelos ambulantes, escapa a todas as iniciativas e políticas públicas aplicadas pela Administração Municipal. Por essa razão, podemos sugerir que os ambulantes são uma população que taticamente dribla o poder e se desenha na penumbra do mesmo, permanecendo à margem de qualquer normatização ou regulação.

Embora tenhamos focado nas astúcias da população ambulante que resiste às estratégias impostas pelo Estado, não deixamos de pontuar que o escapismo taticamente realizado pelos ambulantes em relação às normas, também os acomete à longas e árduas horas trabalhando em condições precárias. A exaustiva jornada de 10 horas em média de trabalho por dia, sem intervalos, os deixa sem tempo para a realização de outras atividades como, por exemplo, o lazer, a educação, o cuidado com a saúde, estar com amigos e com a família, dentre outros.

Ouvimos muitas reclamações por parte dos ambulantes, ora endereçadas ao cartógrafo, ora feitas em conversas informais com outros ambulantes. Por esse ângulo, identificamos o desejo latente de inserção à sociedade e de abandono da profissão de ambulante na primeira oportunidade de um emprego formal. Muitos deles, sem serem indagados sobre, se justificaram que eram ambulantes devido à falta de estudos, e que se fossem mais novos teriam feito diferente para não acabar nessa situação: “desempregados”. Mesmo trabalhando dez horas por dia, a irregularidade e a ilegalidade os subjete a se pronunciarem como desempregados – triste contrassenso.

3 Terceiro Passo – Encaminhamentos

Embora o segundo passo desta cartografia tenha traçado de forma independente os dois polos da disputa pelo espaço que acontece no Centro Histórico de Porto Alegre, de um lado, o Estado com suas estratégias, e de outro, os ambulantes com suas táticas, o terceiro passo toma uma direção única, apontando para as inter-relações entre os dois campos de força (estratégicos e táticos) nesta guerra travada no cotidiano. Nesse sentido, esta cartografia avança na direção de retomarmos as informações por nós elaboradas em relação à:

1. O objetivo da cartografia - para saber em que medida foi alcançado;
2. A teoria - percebendo em que medida nos ajudou a acompanhar a atividade ambulante;
3. A metodologia - retomando as potencias de expansão e de restrição da cartografia.

Isto feito, listaremos os documentos, eventos que participamos, leis, livros, dissertações, teses e autores instrumentados ao longo da dissertação, além das derivas e do itinerário feito pelo cartógrafo. Faremos isso com intuito de retomar a construção argumentativa da dissertação e dar ao leitor os pontos de referência por onde essa cartografia deambulou, para enfim, encaminharmos os desdobramentos desta pesquisa.

3.1 Uma guerra cotidiana

"a desordem, sabemos todos, é a pior das guerras"³⁸
(Temer, 2018).

Sem demora, retomamos a pergunta desta dissertação: "*frente às estratégias de controle endereçadas à atividade ambulante postas pela Administração Municipal, como se conformam as táticas de resistência espacial no cotidiano do Centro Histórico de Porto Alegre elaboradas pelos ambulantes?*", percebemos que a pergunta entrega nas entrelinhas que existe um conflito entre a Administração Municipal e os ambulantes que se localiza no Centro Histórico da cidade. Tentamos ao longo das investidas à campo localizar, portanto, os lados de força (estratégias e táticas) na guerra pelo espaço público.

Em relação às forças estratégicas impostas pelo Estado à atividade ambulante, realizamos três investidas complementares: a legislação, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e o Movimento Legalidade.

A primeira investida, sobre a Lei 10.605, regulada pelo Decreto nº 17.134, se demonstrou uma força estratégica prejudicial à atividade ambulante no Centro Histórico, pois determina que 82% dos ambulantes sejam considerados como ilegais e irregulares pelo Estado, apontando que o único caminho possível de subsistência desses sujeitos, seja através da ilegalidade. Salvaguardando os indígenas que são autorizados à venda de artesanato pelo Decreto nº 17.581.

Ao não reconhecer a historicidade da problemática ambulante em relação à conformação do espaço público urbano de Porto Alegre, a legislação não permite a comercialização de produtos pelos vendedores ambulantes em quase todas as unidades de ambiência por nós cartografadas (quadrilátero central - onde 490, dos 560 ambulantes cartografados no Centro Histórico, trabalham), salvo os que têm direito adquirido.

Na segunda investida, percebemos a forte atuação do prefeito em demandar questões à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Departamento de Indústria, Comércio, Serviços e Agropecuária - Setor de licenciamento de atividades ambulantes (SLAA) e Setor de fiscalização de atividades ambulantes

³⁸ Michel Temer em discurso proferido em rede nacional no dia 16 de fevereiro de 2018, ao justificar o decreto de intervenção na segurança pública do estado do Rio de Janeiro, que entrega o controle da segurança ao exército e enfrentar o crime organizado, assumindo claramente a ineficiência do governador Pezão em lidar com a situação da segurança. Ver vídeo de lançamento da intervenção em: <https://www.youtube.com/watch?v=B3xBSnslYG8>

(SFAA). Sendo assim, a atuação direcionada aos ambulantes pelo prefeito acontece de forma autoritária ou soberana (como diria Foucault), muitas vezes passando por cima das opiniões dos agentes especializados na questão ambulante.

Isso acontece para que o Prefeito consiga atender as demandas de proteção e de maiores lucros por parte dos empresários, representados pela FECOMÉRCIO. Nesse sentido, quando as Empresas demandam algo à Administração Municipal, elas obtêm respostas quase que imediatamente. Essa conversa direta, entre Estado e Empresas, nos leva a questionar se é possível definirmos distinções estratégicas entre ambos, além de fomentar maiores lucros para as Empresas e extinguir o direito à vida de sujeitos que não contribuem economicamente com o Estado. Nesse momento, percebemos indícios de que a política implementada pela Administração Municipal se assemelhe à uma necropolítica, porém, precisamos avançar na cartografia para termos mais clareza enquanto a essa afirmação.

Se tratando de política pública, na terceira investida apresentamos o Movimento Legalidade, estratégia encontrada pelo Prefeito associado a FNP, para o “problema” do comércio ambulante em Porto Alegre. Percebemos que os mesmos empresários que por um lado pregam pelo chamado Estado Mínimo através de uma democracia neoliberal, ao mesmo tempo reclamam ao Estado a proteção de seus negócios, no presente caso, segundo o prefeito, 70 entidades empresarias reclamaram à Prefeitura sobre os vendedores ambulantes.

Muito se falou em combate **dia 18 de dezembro**, no lançamento do Movimento Legalidade: combate à visão romântica que temos dos ambulantes, pois eles são agentes que financiam o tráfico de drogas e o enriquecimento do crime “organizado”³⁹, conforme Vismona em entrevista ao grupo RBS. “Chega de debate, agora é combate” conforme o Prefeito no lançamento do movimento legalidade. “Prefeitura lança ‘Movimento Legalidade’ para combater comércio ilegal na Capital” (Correio Do Povo, 2017). Combate, pois a Administração Municipal vem encarando os ambulantes como inimigos, em uma funesta guerra que se desenrola no espaço do Centro de Porto Alegre. O Movimento Legalidade é uma política, pautada no argumento de “organizar a cidade”, ou “organizar a desordem”. Percebemos isso nas próprias informações disponibilizadas pela administração da Prefeitura: “a ação é importante por ter reunido uma rede de instituições para combater a ação dos ilegais e reorganizar o Centro de Porto Alegre” (Prefeitura Municipal, 2017).

³⁹ Uma contradição argumentativa, pois, de um lado os ambulantes são vistos como fantasmas de um passado, sintomas da desordem, e de outro, são referenciados como agentes de enriquecimento do crime organizado.

Na prática, demonstramos como o Movimento Legalidade foi imediatamente posto em ação no **dia 19 de dezembro**, um dia após ter sido lançado na Prefeitura Municipal: numa ação estratégica conjunta entre fiscalização da SMDE, três pelotões da Brigada Militar, Polícia Civil, Procon, Receita Federal, EPTC e DMLU, onde 170 homens varreram o Centro Histórico em uma operação de guerra para combater os ambulantes uma semana antes do Natal, período do ano de maior faturamento para o comércio localizado e também para o comércio ambulante.

Após a terceira investida, confirmamos que a política praticada pelo Estado em relação aos vendedores ambulantes aponta em direção à uma necropolítica, visto que, a remoção dessa população das ruas do Centro Histórico líquida com o direito deles em atuar na cidade e determina assim, à eliminação da ação política dessa população, condenando-os à miséria e ao desaparecimento.

Ao encaminhar o conjunto de ações estratégicas impostas à atividade ambulante, percebemos uma fusão entre Estado e Capitalismo, atuando numa concepção democrática liberal em constante estado de exceção, regime “maquiado” de sistema econômico neoliberal, que sentencia os ambulantes numa funesta lógica de poder.

Essa estratégia capitalista trata a materialidade do urbano, apenas como cifras, o espaço público não escapa dessa lógica e muito menos os corpos da população ambulante. Nesse sentido, a estratégia necropolítica posta aos ambulantes é sanitaria no sentido humano, visto que não permite que esses sujeitos historicamente marginalizados desfrutem dos espaços públicos centrais. Ao ver do Estado, os ambulantes perderam a condição de cidadãos de direito, pois sequestra deles, o direito à cidade (ao espaço) e até o direito à vida (ao corpo deambulante). A violência e a brutalidade niilista que atinge a população ambulante, os reduz ao nada e as estratégias cartografadas nos dão indícios que apontam, em última instância, para a criminalização da pobreza em uma guerra travada no espaço cotidiano.

Ao discorrermos sobre as táticas ambulantes, apresentamos nesta cartografia uma amostra dessa população que atua no Centro Histórico de Porto Alegre e como resultado das derivas, produzimos três mapeamentos: a população ambulante, a arquitetura ambulante e a ação ambulante.

No mapeamento da população ambulante, levantamos cerca de 560 vendedores ambulantes no centro de Porto Alegre, desses, somente cerca de 105 são legalizados pela Administração Municipal, ou seja, 82% da amostra levantada é ilegal. A atividade ambulante é exercida por sujeitos predominantemente do sexo

masculino, pois dos 490 ambulantes da amostra que tivemos, encontramos somente 72 mulheres. Identificamos 26 ambulantes haitianos e 86 senegaleses, totalizando 112 imigrantes - 23% dos ambulantes da amostra contabilizada. Cerca de 340 ambulantes foram identificados pelo cartógrafo como negros e negras, somando 69% do total de ambulantes cartografados. Encontramos 92 ambulantes sem ponto fixo, que atendem também aos ambulantes com ponto fixo, nesse momento identificamos que existe um nicho de mercado ambulante que deambula para atender os ambulantes com ponto fixo, oferecendo majoritariamente produtos alimentícios. Destacamos também a presença de indígenas comercializando artesanatos na unidade de ambiência Rua da Praia.



Figura 18 – maio de 1968 - *sous les pavés, la plage* (sob o pavimento, a praia). Fonte: <http://mediafieldsjournal.org/tactical-frivolity-and-disobed/2015/8/21/maps-kettles-and-inflatable-cobblestones-the-art-of-playful.html>.

Perante os dados expostos, percebemos que a população ambulante é estigmatizada socialmente por uma histórica herança de marginalidade – sendo considerada pelo Estado e por parte da sociedade como uma má população.

Localizamos 490 ambulantes exercendo a atividade em nove unidades de ambiência:

- Rua da Praia: 174 ambulantes;
- Av. Borges de Medeiros: 104 ambulantes;
- Av. Senador Salgado Filho: 58 ambulantes;
- Rua Marechal Floriano Peixoto: 30 ambulantes;
- Rua Dr. Flores: 16 ambulantes;
- Rua Vigário José Inácio: 19 ambulantes;
- Rodoviária: 17 ambulantes;
- Rua Voluntários da Pátria: 43 ambulantes;
- Mercado Público: 26 ambulantes.

Dessas 9 unidades de ambiência, apenas a unidade de ambiência Rodoviária e parte da unidade de ambiência Av. Borges de Medeiros se localizam fora do quadrilátero central, onde é expressamente proibida a atividade ambulante pela Administração Municipal, salvo os ambulantes que tem direito adquirido. Indicamos também, que há relação entre os ambulantes com os equipamentos de mobilidade urbana e com as ruas dedicadas exclusivamente a passagem de pedestres. Retomando a história da cidade, percebemos que a existência dessa população nos locais por nós cartografados, atravessa a história da cidade de Porto Alegre e encontra no período presente (2017-2018) indícios de uma intensificação no número de ambulantes.

Em relação ao mapeamento da arquitetura ambulante, reparamos diferentes formas de ocupação do espaço, que variam de acordo com a arquitetura do espaço construído das unidades de ambiência, principalmente enquanto a disponibilidade ou indisponibilidade de espaço nas calçadas. Essa ocupação pode ser análoga à um mosaico predominantemente linear, ajustado pelo espaço construído e cartografado em quatro situações que permitem que o fluxo de pedestres flua naturalmente:

- Uma fileira perpendicular e alinhada às edificações (espaços privados);
- Duas fileiras: uma justaposta às edificações e outra ao meio fio das calçadas;

- Quatro fileiras: duas no centro da via e duas justapostas às edificações;
- Nas esquinas junto ao meio fio das calçadas.

Os pontos de venda que os ambulantes montam para vender seus produtos foram cartografados da seguinte forma:

- No chão sobre lonas e tecidos baratos;
- Elevados do chão sobre suportes leves e dobráveis, além de caixas de feiras, cadeiras, carrinhos de supermercado, porta-malas de carro;
- Em estandes móveis e desmontáveis com cobertura em lona, podendo dispor em alguns casos, de provadores, cabides e espelhos;
- Em Bancas fixas e padronizadas pela Prefeitura;
- Sem ponto fixo, onde os ambulantes perambulam com sacolas, hastes, balaio, caixa e caixas isotérmicas.

Ao adentrarmos no mapeamento da arquitetura, percebemos que a fiscalização municipal impõe que a arquitetura dos ambulantes ilegais seja transitória, efêmera, simples, leve e fácil de montar e desmontar. Uma arquitetura tática com forte apelo utilitário, e que não deixa de lado uma preocupação estética, visto que os produtos devam parecer atrativos aos passantes – possíveis clientes.

Essa arquitetura perde sua forma ao ser transportada, visto que é compactada e fragmentada para se adequar as dimensões do carrinho que os ambulantes utilizam para fugir da fiscalização com seus produtos, logo, o que define a maior dimensão dos elementos que formam a arquitetura ambulante, é a maior dimensão do carrinho.

Percebemos que a questão da efemeridade da arquitetura ambulante é ambígua, sendo efêmera pelo fato de burlar as normatizações do planejamento do uso do solo dos espaços públicos, inscrevendo o uso comercial em locais supostamente não indicados à essa atividade. Ao mesmo tempo e por outro lado, evidenciamos que a arquitetura ambulante não é efêmera, se considerarmos que a atividade ambulante perpassa o espaço do Centro Histórico desde a conformação da cidade até os dias de hoje. Nesse sentido, os ambulantes criam uma cidade fixa, mesmo que provisória por não estar lá durante à noite.

No mapeamento da ação ambulante, percebemos muitas táticas para conquistar a atenção dos clientes, como, por exemplo: o uso de instrumentos, jargões e alto-falantes, acrescentados de uma cordialidade sem igual, visto que os produtos podem ser negociados em um contrato que vai se formando no momento da compra.

A presença de ambulantes na rua, além de criar um espaço, cria a possibilidade de qualquer passante rapidamente se tornar um cliente e adquirir produtos de baixo preço, nesse sentido, mesmo que não seja difícil encontrar pessoas que pareçam ser de alto poder aquisitivo comprando dos ambulantes, é a população de baixa renda que enxerga neles a possibilidade de ter acesso à diversos produtos. Portanto, se todos os elementos urbanos foram capitalizados e tornados em mercadoria, no mundo das mercadorias não existe exclusão, logo, percebemos que os ambulantes desempenham uma posição importante dentro do sistema capitalista e sendo assim, sua inserção ao sistema acontece na forma da exclusão, visto que eles são considerados como ilegais pelo Estado.

Resistindo ao Movimento Legalidade, exploramos o levante que tomou a esquina das avenidas Borges de Medeiros e Salgado Filho, realizado pelos vendedores ambulantes, que protestaram à Administração Municipal o fato de que por trás dos produtos ilegais vendidos pelos ambulantes existe uma população vulnerável que não aceita as políticas espaciais endereçadas à eles.

Assim, cartografamos os produtos vendidos pelos ambulantes, que por vezes seguem o ritmo das necessidades artificialmente criados pela indústria e variam ao longo do ano, de acordo com inúmeros agenciamentos sazonais. Em dezembro, por exemplo, cartografamos cerca de 150 produtos sendo vendidos pelos ambulantes. Desses, 95 são considerados pela administração municipal como ilegais, ou seja, 65% dos produtos comercializados não são permitidos de serem comercializados pela legislação vigente. Os produtos foram por nós classificados em: industrializados (77 produtos), de artesanato (21 produtos), do gênero alimentício (49 produtos) e outros (4 produtos).

Através desse mergulho no cotidiano do Centro Histórico de Porto Alegre, levantamos uma amostra significativa de como essa população taticamente resiste e sobrevive nos interstícios das estratégias necropolíticas impostas aos sujeitos vulneráveis pelo Capitalismo através do Estado.

Sendo assim, a atividade ambulante tem a capacidade de se autorregular através do manejo tático das variáveis de que dispõem, sejam elas espaciais, econômicas ou até em relação aos conflitos que se desenrolam com o comércio localizado formal, com os agentes de fiscalização da Prefeitura Municipal, com a Brigada Militar e a Polícia Civil.

O fenômeno ambulante, portanto, apresenta uma potência de escapismo que taticamente dribla o poder ao se desenhar nos hiatos do mesmo, à margem de qualquer tentativa de regulação, normatização por parte do Estado. Uma lacuna

que demonstra a incapacidade do Estado em absorver a totalidade das práticas urbanas que se desenham na cidade.

Tendo encaminhado os elementos que cartografamos nesta pesquisa, temos um panorama das estratégias exercidas à população ambulante através do Poder Legislativo, do Poder Executivo e das Políticas Públicas propostas na Administração do Prefeito Nelson Marchezan Junior; de outro lado, percebemos como essas estratégias determinam um “modo de fazer” ambulante, conceitualmente tático, que escapa do poder estabelecido.

Portanto, pelo exposto, consideramos ter atendido (em parte) o objetivo desta pesquisa: *Cartografar as estratégias de combate, bem como as táticas de resistência espacial exercidas nos e pelos vendedores ambulantes no cotidiano do Centro Histórico de Porto Alegre*. Em parte, pois a temática ambulante transcende qualquer tentativa de captura, seja por parte do Estado ou por parte de um estudo científico, como esta dissertação se propõe, visto que, esse fenômeno se perpetua no tempo e no espaço se atualizando de acordo com as condições impostas pelo universo das estratégias, em um constante movimento inter-relacionado.

A atividade ambulante, embora nunca tenham deixado de existir ao longo da história do Centro de Porto Alegre, com o passar dos anos vem absorvendo uma população cada vez maior, sendo reflexo das crises sistêmicas do capitalismo e da ineficiência do Estado em promover acesso a outros “modos de viver”, legais e regulares, para as populações vulneráveis, que sem alternativas atualizam a prática ambulante no cotidiano do Centro Histórico de Porto Alegre. Prontamente, as crises do Capitalismo e a ineficiência do Estado além de despejarem milhões de pessoas na ilegalidade, vão além, criminalizando e punindo sujeitos pobres pelas condições econômicas e sociais em que se encontram. Esses sujeitos, por sua vez, em um movimento contra hegemônico, escapam das estratégias necropolíticas impostas pelo Poder do Estado através da atividade ambulante.

Se tratando da teoria consultada, interpretada, instrumentada e em certa medida absorvida pelo cartógrafo durante esta cartografia, reconhecemos que a utilização dos autores e conceitos tenha se desenrolado em uma argumentação à deriva, que por vezes foi imprudente e outras vezes sensata, por vezes foi à altura do conhecimento que se espera ser produzido em uma dissertação e outras vezes entregou aproximações sumárias em relação à alguns conceitos e autores.

Tentamos controlar a deriva através de uma moldura: os conceitos de tática e estratégia de Certeau, nesse sentido, percebemos que, embora a moldura tenha nos ajudado a decifrar os lados da força na disputa pelo espaço público do Centro

Histórico de Porto Alegre, entre os ambulantes e o Estado, em certa medida também engessou e dificultou a inter-relação entre as forças cartografadas.

Derivando por entre a moldura teórica, o primeiro tópico do primeiro passo cartográfico se embasou no pensamento de Lefebvre sobre a ordem capitalista e o direito à cidade, para então ser complementada no segundo tópico pela visão da Internacional Situacionista sobre o espetáculo e a criação de situações. Nesse momento, respeitando a singularidade de cada leitura sobre o urbano, percebemos que a construção textual desta cartografia estabelece ligações diretas entre os pensamentos urbanos de ambos autores. Lefebvre, atento para os processos de conformação da cidade e os situacionistas instrumentando e inspirando uma leitura de cidade, que de certa forma, tenta escapar da organização racional e capitalista do uso do espaço urbano – semelhante ao que se desperta na prática deambulante.

Entretanto, ao irmos à campo com esses dois blocos de teoria, notamos que os conceitos utilizados até o momento, não estavam dando conta da complexidade do fenômeno ambulante que se desenrolava em frente aos olhos do cartógrafo, mergulhado na experiência do espaço urbano. Pensamos que tivemos essa constatação, em parte por estar utilizando teorias urbanas euro centristas e transportando-as à outra realidade, periférica em relação à Europa. Centralidade essa, que foi historicamente produzida através da colonização de países da América Latina, uma forma de necropolítica imposta aos povos que aqui habitavam, principalmente ao povo indígena, que agora reclama seu direito à vida e à cidade, como ambulantes, vendendo artesanatos no Centro de Porto Alegre. Elementos culturais de um povo colonizado que foram transformados em produtos, remetendo à um passado que não mais pertence a essa população.

Poderíamos ter contornado o problema da colonização teórica desta dissertação valorizando a produção de autoras e autores que cotidianamente vivenciam a realidade urbana nos países considerados “subdesenvolvidos”, ou que pelos menos discorram especificamente sobre esta realidade, porém, já tínhamos ido longe demais na escrita desta dissertação para termos fôlego para voltar atrás.

Tendo refletido sobre essa questão, que ainda poderíamos dissertar por longas páginas, resolvemos adicionar mais um tópico ao primeiro passo da cartografia, como um movimento de virada, onde novos horizontes poderiam vir à serem percebidos. Essa guinada teórica, de certa forma colocou em cheque o pensamento sobre *direito à cidade* de Henri Lefebvre (2001), no momento em que Foucault adverte que os direitos sociais ao serem cerceados, legislados e definidos

pelo Estado, não tornam os homens e as mulheres livres, pelo contrário, são dispositivos de controle sobre os corpos de ambos.

Nessa perspectiva, introduzimos o pensamento de Mbembe sobre necropolítica e Pelbart sobre resistências, que ao nosso ver, foram potentes para discorrer sobre as ações estratégias impostas e as ações táticas praticadas pela atividade ambulante na cidade de Porto Alegre.

A metodologia *Cartografia Deambulante* foi apresentada na introdução desta dissertação, porém cabe pontuarmos que ela foi escrita somente quando concluímos a escrita. Ao descrevermos em uma metodologia o caminho que foi percorrido, percebemos que poderíamos ter ido além dos três passos, para ter virado mais esquinas e percebermos outras questões que nos escaparam, como por exemplo, o sindicato do comércio de vendedores ambulantes e feirantes do Rio Grande do Sul que deixamos de lado nesta dissertação. Mesmo assim, a metodologia cartográfica se mostrou uma potente forma de discorrer sobre realidades e populações que através de seu modo de viver escapam às formas hegemônicas de vida impostas pelo sistema capitalista.

No momento em que a prática ambulante é considerada ilegal pelo Estado, o mesmo não consegue capturar o fenômeno, nem produzir dados confiáveis acerca dessa população, e por esse motivo, a cartografia pode vir a ser um importante instrumento de criação de um novo mundo para a atividade ambulante: potente e criativo.

3.2 Relatório do caminho percorrido

Seguindo as orientações do método da cartografia, o cartógrafo se agarrou em tudo que viu e ouviu para a elaboração desta dissertação, então, para traçarmos e relatarmos o caminho percorrido, decidimos nesse tópico listar (por ordem de aparição no texto) os autores, e respectivas obras que instrumentamos, os filmes, os jornais e revistas, instituições, entidades e associações que foram consultados ou apareceram como entidades relacionadas aos ambulantes, além dos eventos que participamos e as cidades por onde a escrita andou. Também listaremos informações sobre as derivas realizadas na expedição do cartógrafo.

Autores – Obras:

Henri Lefebvre – O direito à cidade;

Michel de Certeau – A invenção do cotidiano;

Deleuze e Guattari – Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia. Volume 1;

Internacional Situacionista – Deriva, Psicogeografia e Urbanismo Unitário;

Tom McDonough – *The situationist and the city*;

Simon Sadler – *The Situationist City*;

Luiz Augusto Dutra Souza do Monte – Deriva e Psicogeografia na cidade contemporânea: experimento situacionista no centro do Recife;

Peter Pál Pelbart – A terra, a guerra, a insurreição;

Eduardo Passos, Liliana da Escossia e Virginia Kastrup – Pistas do método cartográfico;

Laila Sandroni e Bruno Tarin – Limites e possibilidades da cartografia afetiva enquanto método de pesquisa nas ciências sociais;

Suely Rolnik – Cartografias Sentimentais;

Ítalo Calvino – Cidades Invisíveis;

Rosana Pinheiro Machado – A rua como estilo de vida: práticas cotidianas na ocupação do centro de Porto Alegre por camelôs;

Sérgio da Costa Franco – Guia histórico de Porto Alegre;

Raquel Rolnik, Bruno Miragaia e Juliana Avanci – Fora das ruas e em lugar nenhum;

Henri Lefebvre – A revolução urbana; Décio Rigatti – Camelôs, flanelinhas e os outros: privatização de espaços públicos;

Rita Veloso – Apropriação ou Urbano-Experiência;

Paola Jacques – Elogio aos Errantes;

Rodrigo Nogueira Lima – A situação construída;

Marcelo Mari – Coletivos de arte no Brasil, situacionismo e política na sociedade do espetáculo;

Guy Debord – A sociedade do Espetáculo;

Natan Arend e Andrea Braga – A dimensão afetiva na experiência do espaço urbano: investigações metodológicas;

Paula Sibilia – O homem pós-orgânico;

Michel Foucault – Microfísica do poder;

Fernando Danner – O sentido da biopolítica em Michel Foucault;

Michel Foucault – Vigiar e Punir;

Leomir Cardoso Hilário – Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo;

Achille Mbembe – *Una revisión crítica*;

Juliana Borges – Necropolítica na metrópole: extermínio de corpos, especulação de territórios;

Achille Mbembe – Políticas da Inimizade;

Rosana Pinheiro Machado – *“la garantía soy yo”*;

Rodrigo Lages e Silva e Luís Antonio dos Santos Baptista – Primavera Urbana: a ilha deserta interroga as multidões.

Filmografia:

A sociedade do espetáculo – Guy Debord.

Jornais e Revistas:

Carta Capital;
Correio do Povo;
Sul21;
ClickRBS;
Zero Hora;
Jornal do Comércio.

Leis e Decretos:

Lei 3.187/1968 – Porto Alegre;
Lei 10.605/2008 – Porto Alegre;
Lei 17.581/2011 – Porto Alegre;
Lei nº 9.941/2006 – Porto Alegre;
Decreto 17.134/2011 – Porto Alegre.

Instituições, entidades e associações:

Prefeitura Municipal de São Paulo;
Prefeitura Municipal de Porto Alegre;
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
Departamento Municipal de Habitação;
Empresa Pública de Transportes e Circulação;
Departamento Municipal de Limpeza Urbana;
Polícia Civil e Brigada Militar;

Programa Estadual de defesa dos Consumidores;
Receita Federal;
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;
Junta Comercial;
Banrisul;
Fundação gaúcha do Trabalho e ação social;
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;
Frente nacional de Prefeitos;
Instituto de Ética Concorrencial;
FECOMÉRCIO-RS;
Sindicato dos lojistas de Porto Alegre;
Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade;
Câmara dos Dirigentes Lojistas;
Secretaria Municipal de Indústria e Comércio;
Associação de Senegaleses.

Evento e exposição:

Lançamento do Movimento Legalidade;
Exposição Cidade do Contrabando.

Cidades:

Paris (FR);
São Paulo (BR);
Porto Alegre (BR).

As derivas (investidas à campo):

	Data - Dia da semana - Turno	Horário de início – termino (aprox.)	Clima (predominante)
Deriva 1	01.12.17 – Sexta-feira - Manhã	≅ 08:00 – 12:30	Ensolarado
Deriva 2	01.12.17 – Sexta-feira - Tarde	≅ 14:00 – 17:00	Ensolarado
Deriva 3	04.12.17 – Segunda-feira - Tarde	≅ 16:00 – 19:30	Nublado
Deriva 4	05.12.17 – Terça-feira - Tarde	≅ 17:00 – 20:00	Nublado
Deriva 5	07.12.17 – Quinta-feira - Manhã	≅ 06:30 – 10:00	Chuvas esparsas
Deriva 6	08.12.17 – Sexta-feira – Tarde	≅ 13:00 – 17:30	Nublado
Deriva 7	11.12.17 – Segunda-feira - Manhã	≅ 11:00 – 12:00	Ensolarado
Deriva 8	11.12.17 – Segunda-feira - Tarde	≅ 14:00 – 16:30	Ensolarado
Deriva 9	12.12.17 – Terça-feira - Tarde	≅ 15:00 – 18:00	Ensolarado
Deriva 10	13.12.17 – Quarta-feira - Manhã	≅ 08:00 – 11:30	Ensolarado
Deriva 11	15.12.17 – Sexta-feira - Manhã	≅ 11:00 – 13:00	Ensolarado
Deriva 12	18.12.17 – Segunda-feira - Manhã	≅ 10:00 – 12:30	Nublado
Deriva 13	18.12.17 – Segunda-feira - Tarde	≅ 13:30 – 17:00	Ensolarado
Deriva 14	19.12.17 – Terça-feira - Manhã	≅ 09:00 – 12:00	Ensolarado
Deriva 15	19.12.17 – Terça-feira - Tarde	≅ 12:00 – 17:30	Ensolarado
Deriva 16	20.12.17 – Quarta-feira - Manhã	≅ 11:00 – 13:00	Ensolarado
Deriva 17	21.12.17 – Quinta-feira - Manhã	≅ 08:00 – 11:00	Ensolarado
Deriva 18	22.12.17 – Sexta-feira - Tarde	≅ 17:00 – 19:00	Ensolarado

Quadro 4 – Informações das derivas – investidas à campo. Fonte: elaborado pelo autor.

Itinerário das derivas:

Derivas 1 e 2 – Mapeamento da população ambulante e da localização de sua atuação na malha urbana;

Derivas 3, 4, 5 e 6 – Mapeamento da arquitetura ambulante, da ocupação do espaço e da montagem e desmonte dos pontos de vendas;

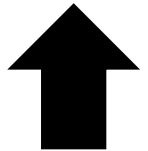
Derivas 7, 8, 9, 10 e 11 – Mapeamento da ação ambulante em relação às vendas e aos clientes;

Deriva 12 – Lançamento do Movimento Legalidade, visita a exposição Cidade do Contrabando;

Deriva 13, 14 e 15 – Mapeamento das disputas que envolvem os Ambulantes e a fiscalização;

Derivas 16, 17 e 18 – Mapeamento dos produtos vendidos.

Após listarmos os dados por nós produzidos, eis que sugerimos ao leitor / à leitora, se desejar entender a metodologia aplicada que retorne em deriva à página 19, onde a cartografia deambulante está posta nesta dissertação.



3.3 Des.dobra.mentos

Ao evidenciarmos o saber ordinário envolvido na prática de espaço exercida pelos vendedores ambulantes, cartografamos as astúcias do saber comum, do dia-a-dia urbano dessa população. Feito isso, percebemos que a *arte de fazer ambulante* coloca em cheque as tentativas do Estado em normatizar estrategicamente todas as esferas da vida urbana. Os ambulantes, ao infringirem as regulamentações do uso do solo dos espaços públicos, sem demora se tornam corpos a serem combatidos pelo Estado, numa verdadeira guerra travada no cotidiano.

Os campos de batalha dessa guerra são as ruas e os espaços públicos livres do centro de Porto Alegre, onde a desordem engendra caoticamente uma outra ordem, utilizando-nos das palavras de Lefebvre (1999); uma ordem tática que se desenha nos interstícios das estratégias, nas palavras de Certeau (1994).

Através da prática ambulante, cerca de 560 pessoas agenciam os elementos de que dispõem, para sobreviver à condição de desemprego que lhes foi posta pelas crises do sistema capitalista. Formalmente desempregados, esses sujeitos foram despejados à ilegalidade em relação ao trabalho, visto que eles continuam vivendo em uma sociedade capitalista que exige dessa população uma ocupação diária para subsistência, praticamente uma corrida atrás do relógio – grande máquina capitalista.

Assim, se no dia 18 de dezembro a Administração Municipal destruiu espetacularmente em frente à Prefeitura, os produtos apreendidos dias antes pela fiscalização, já no dia 19, após a principal ação de apreensão de produtos através do Movimento Legalidade, os ambulantes se uniram e trancaram as avenidas Borges de Medeiros e Senador Salgado Filho em um levante para exigir diálogo e respeito por parte do Estado.

Pelos acontecimentos, constatamos que neste caso, o poder se torna um exercício realizado em uma via de mão dupla: de um lado, o poder estratégico, e de outro, o poder tático; ambos agindo concomitantemente no espaço do Centro Histórico de Porto Alegre. Sendo assim, sublinhamos que para Foucault o poder nunca está dado ou consolidado, podendo ser contestado de diversas formas pela

população, como os ambulantes fazem diariamente através de suas práticas espaciais.

Com os lados da batalha cotidiana postos: os ambulantes e o Estado, pretendemos indicar novos questionamentos e caminhos possíveis, que possam vir a dar o suporte que precisamos, para continuarmos essa caminhada que se iniciou em etapa de mestrado.

Ao refletir sobre o gesto deambulatório praticado pelos ambulantes, constatamos aí um devir nômade, com capacidade de criação de novas subjetividades e de novos mundos possíveis. Esse devir é como um processo de agenciamento do desejo da população ambulante, em escapar dos sorrateiros golpes que os atingem, que aniquilam sua potência de vida, em deliberadas políticas de morte - de aniquilamento de suas ações políticas enquanto cidadãos.

Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de devir, e através das quais devimos. É nesse sentido que o devir é o processo do desejo" (Deleuze e Guattari, 1997. p. 67)

Contudo, o devir nômade que constatamos não parece querer estatelar-se nas armadilhas dos direitos, que exigem dos ambulantes já legalizados múltiplos deveres não condizentes com o modo de viver dessa população. Os ambulantes, assim, não desejam disputar o jogo do poder, pois esta guerra já fora perdida no campo das estratégias – visto que, essa população é encarada pelo Estado como sujeitos indesejáveis aos centros urbanos, fictícios inimigos à cidade capitalista.

Assim, como discorrem Deleuze e Guattari (1997), todo devir é minoritário e pode ser visto, no caso desta dissertação que discorre sobre uma prática do espaço urbano, como o que escapa dos padrões dos modos de viver decorrentes do processo de urbanização: cidadão possuidor de bens como, casa própria, carro próprio, que só utiliza do espaço público para transportar-se de um lugar privado até outro, comumente é titular de um emprego bem remunerado e com certeza contribuinte (com previdência privada). Esse cidadão, portanto, tem um modo de viver legal perante o Estado. Tomado como padrão, ele estabelece as normas do modo de viver citadino e tem função de orientar os campos de disputa pelo espaço que acontecem cotidianamente nas cidades.

Sendo assim, o cidadão de bem é legalizado e regular e tem amplo direito à cidade, já o ambulante, ilegal e irregular, não tem. Se, de fato a vida urbana é assim e os direitos não garantem cidadania à todas as populações, para onde devemos seguir? Em que caminho devemos andar? Há soluções para este embate?

A guerra contra os ambulantes denuncia sobre os efeitos da desigualdade social, fruto de um histórico processo de dominação e poder, que atinge o Brasil desde a invasão dos portugueses, pelo menos. Desde lá, muitas violências direcionadas às populações vulneráveis aconteceram de forma deliberada e atualmente também são operadas pelo Estado.

Ao percorrer este caminho, entendemos com mais precisão a conceituação de cidade de Lefebvre (2001): a cidade é um campo político de disputa. Esse saber nos convoca em atuar, enquanto cidadãos, e em especial enquanto planejadores/planejadoras urbanos, em prol da defesa espacial dos fracos, dos táticos, pois a guerra do século XXI parece se desenrolar no cotidiano, diante de nossos olhos.

Por esse caminho, questionamos: Quais outros modos de viver, que não são de ordem hegemônica, rompem com a normatização posta ao Espaço Urbano? Seriam estes modos de viver agentes de outros devires? Nesta dissertação constatamos que as linhas de fuga traçadas pelos ambulantes, tem potencial de ampliar o entendimento do que é ser Cidadão (de direito e de dever), e contestar sobre quem tem direitos e quem não tem, quem é considerado pelo Estado como cidadão, e quem não é.

Essa indagação convoca o Planejamento Urbano a tratar os espaços públicos da cidade em sua função social. Isso porque as práticas espaciais dos ambulantes parecem ter o potencial de traduzirem as expectativas sociais enquanto ao uso do espaço público urbano, podendo ser uma ferramenta na consolidação do direito à cidade, inscrevendo-se dentro do ideário da reforma urbana democrática, ampliando o escopo previsto no Artigo 39 do Estatuto da Cidade, acerca da "função social do solo urbano", como uma assertiva que poderia extrapolar a sua aplicação, como utilizada atualmente aos espaços privados.

Eis aí um caminho para uma democratização e reconhecimento, por parte do Estado, de outros modos de viver que tomam as ruas, pois a vida que flui por entre a cidade escapa de qualquer tentativa de captura estratégica. Nesse sentido, mais perguntas surgem: é possível que o Estado venha ampliar o escopo de atuação das políticas públicas? Ou ainda, o Estado, através das políticas públicas, se pretende a embarcar questões que abalam seu modo de fazer, como a questão da ilegalidade?

Em meio à tantas perguntas sem resposta, agora vamos fazer uma direcionada ao leitor / à leitora: na disputa pelo Espaço urbano que envolve o Estado e os ambulantes, quem ganhou e quem perdeu?

Consideramos, após ter percorrido este caminho como cartógrafos, que na guerra pelo espaço do centro histórico, nenhum lado sai ganhando, mas sim, ambos saem perdendo, tanto os ambulantes, que perdem suas mercadorias para a fiscalização Estatal, quanto o Estado, que empreende gastos com políticas públicas que não criam efeito no cotidiano.

Por outra via, se nesta guerra não há vencedores ou perdedores, também percebemos que embora os ambulantes resistam taticamente ao poder do Estado, os mesmos estão submetidos, ou dominados diariamente pelas forças estratégicas. Portanto, se não há vencedores em uma guerra, há de fato, dominação de uma força sobre outra - impondo aos dominados a lógica do vencedor, ou lógica dominante. Em outras palavras, notamos que há o prevalecimento da ordem estratégica, sobre a ordem tática - mesmo que as duas forças sejam concomitantes no espaço.

Enfim, encaminhamos esta dissertação para o seguinte ponto: a lógica de guerra subjetiva a tal grau o cotidiano urbano, que as disputas pelo Espaço não conseguem escapar desse modo de fazer, típico do sistema capitalista, onde um inimigo que vive nos espaços externos é ficcionalmente criado, e responsabilizado por devorar a sagrada ordem hegemônica. Assim, o Estado domina os vendedores ambulantes através de políticas públicas, instrumentadas pelo letal jogo de poder Capitalista.

A arquitetura urbana capitalista quando se trata em demarcar os espaços privados, materializa os espectros da guerra cotidiana imposta ao que vem de fora, na forma de grades, muros, cercas e sistemas de monitoramento, deixando do outro lado toda a barbárie que possa vir a se desenrolar nos espaços públicos, sendo assim, vemos na arquitetura uma via para continuarmos os estudos propostos, encarando-a como materialização das subjetividades envolvidas nas práticas travadas nos espaços cotidianos.

As populações vulneráveis desgarradas da segurança que a arquitetura outorga, inventam um outro modo de viver, à parte de toda normatização. O modo de viver ambulante, por exemplo, deixa seus praticantes expostos às ruas, sem meios físicos ou arquitetônicos enquanto matéria, para se defenderem desse inimigo que vive no fora, muito menos dos tentáculos dos poderes estratégicos

estatais. Essa posição no espaço, os torna ainda mais vulneráveis, em um movimento que reafirma sua posição de inimigos à ordem (hegemônica).

Ao discorrermos sobre os ambulantes na história do presente que se desenrola no cotidiano do Centro de Porto Alegre, percebemos que muitas pessoas tentam escapar da guerra capitalista através de sonhos. Sonhos baratinhos, de baixo preço. Sonhos fresquinhos e deliciosos. Sonhos na promoção - como entoava o ambulante em frente ao Mercado Público com os dizeres que abrem esta dissertação. Já Galeano, no filme *utopia e barbárie* de Silvio Tendler (2009), diz: "o direito de sonhar é o pai e a mãe de todos os direitos. E o que dá de comer a todos os demais". Dois sonhos. Três Sonhos. Quinhentos e sessenta sonhos.

O Estado, ao eliminar os ambulantes das ruas de Porto Alegre aniquila com o direito à cidade, com o direito à vida e ao trabalho e com o direito de sonhar da população que pratica essa atividade. Essa guerra vem destruindo jovens e crianças, adultos e idosos. Destruindo pessoas e lares. E, inevitavelmente pode levar esses sujeitos vulneráveis em direção à fome e sem ter o que comer, não haverá mais sonhos na frente do Mercado Público.



Pós.texto

Ao longo de meu percurso acadêmico tomei gosto pelo Espaço, durante cerca de 6 anos na faculdade de arquitetura e urbanismo fui indagado a apreender, representar, projetar, desenhar, classificar, ordenar, sequenciar, planejar, ler, pensar e estudar o espaço. Tudo isso, desde um ambiente acadêmico: dentro de um campus de uma universidade, dentro de um prédio, dentro de uma sala de aula. Nesse momento, pensei que seria possível como arquiteto capturar o espaço em sua totalidade, como se este estivesse fixo e imóvel, grande equívoco de um jovem arquiteto acostumado a tratar da materialidade.

Já no Mestrado, percebi a importância de colocar meu corpo na rua, valorizando a experiência e o espaço praticado, em um gesto que me exigiu parar para escutar, parar para ouvir e parar para sentir – suspendendo a velocidade vertiginosa que nos acomete enquanto sujeitos, para cultivar a arte do encontro e perceber que o espaço é devir, é potência em constante transformação.

Tendo passado por esta experiência de construção de uma dissertação, percebo que já não sou mais o mesmo. As marcas impressas no meu corpo, que aqui tomou forma de cartógrafo, abriram um horizonte de novas perspectivas, itinerantes, ou, em outras palavras, ambulantes, num constante movimento de expansão. Assim, meu olhar sobre o cotidiano urbano se dobrou a entender as práticas ordinárias do homem comum, nas ruas da cidade, movido por desejos que constantemente escapam em um universo contaminado pelo Outro.

Esse movimento, além de deslocar meu entendimento sobre mim mesmo, mudou a cidade que vivo e a vida que nela percebo, transmutando-se num corpo sem fora e nem dentro, numa matriz de práticas cotidianas que deflora as faces ocultas de uma guerra, na forma de dominação dos corpos. Nesse momento paro para pensar na Arquitetura, em sua potência como matriz espacial, na sua potência em promover o encontro e o choque com a diferença, com o não planejado, com o que escapa de nosso escopo enquanto disciplina que se diz apre(e)nder sobre o espaço.

Sem mais, escapo...

Referências bibliográficas

ARAGÃO, Thaís A. *Doce som urbano: o triângulo e as territorializações dos vendedores de chegadoinho em Fortaleza*. 2012. Dissertação (mestrado em Planejamento Urbano). UFRGS. Porto Alegre.

AREND, Natan. Braga, Andrea. A dimensão dos afetos na experiência do espaço urbano: investigações metodológicas. In: *Anais do encontro XVII ENANPUR*. São Paulo, 2017.

BARROSO, P. F. Redes de solidariedade entre vendedores ambulantes da rua Voluntários da Pátria, em Porto Alegre/RS. In: *Iluminuras*. Porto Alegre, v.13, n. 30, p.236-259, jan./jun. 2012

BASSETT, Keith. Walking as an Aesthetic Practice and a Critical Tool: Some Psychogeographic Experiments. In: *Journal of Geography in Higher Education*, 28. Issue 3. P. 397-410, 2004.

BORGES, J. Necropolítica na Metrópole: Extermínio de Corpos, Especulação De Territórios. In *Boitempo*. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/06/01/necropolitica-na-metropole-exterminio-de-corpos-especulacao-de-territorios/>> 01.06.2017. Acessado em: dez. 2017.

BRASIL. Estatuto da Cidade. *Lei 10.257/2001* que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1a Edição.

_____. Presidente (2016-Atualmente. Michel Temer [ilegítimo]). Discurso por ocasião da assinatura do decreto de intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Brasília: 16 fev. 2018.

CALVINO, Ítalo. *Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CARTA CAPITAL. *Informalidade, a cara da crise no Brasil*. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/informalidade-a-cara-da-crise-no-brasil>>. Acessado em: 20 abr. 2018.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

Correio Do Povo. *Prefeitura lança "Movimento Legalidade" para combater comércio ilegal na Capital*. Porto Alegre. 2017. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/2017/12/637490/Prefeitura-lanca-Movimento-Legalidade-para-combater-comercio-ilegal-na-Capital>>. Acessado em: 04 mai. 2018.

- COSTA, Elmar B. *História Ilustrada de Porto Alegre*. Porto Alegre: Já Editores, 1997.
- DANNER, F. O Sentido da Biopolítica em Michel Foucault. In: *Revista Estudos Filosóficos*, 4ª ed. 2010. p. 143-157. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art9-rev4.pdf>>. Acessado em: 04 mai. 2018.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1997.
- _____. *La société du spectacle* [filme]. França, 1974.
- _____. *The naked city*. 1958. Disponível em: <<http://www.fraccentre.fr/collection-art-architecture/debord-guy/the-naked-city-64.html?authID=53&ensembleID=705>>. Acessado em: jul. 2016.
- _____. "Thèses sur l'Internationale Situationniste et son temps". In *La véritable scission dans l'Internationale Situationniste*, com Gianfranco Sanguinetti. Paris: Champ Libre, 1972.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. 3ª ed. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2013.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Volume 1. São Paulo: Editora 34, 1997.
- _____. *Mil platôs: capitalismo E esquizofrenia*. Volume 4. São Paulo: Editora 34, 1997.
- _____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Volumes 5. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DREYFUS; RABINOW. *Michel Foucault: uma Trajetória Filosófica* (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995.
- FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade I: A Vontade de Saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Ghilthon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. Genealogia e Poder. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Vigiar e Punir*. Tradução: Raquel Ramallete. 27ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- FRANCO, S. C. *Guia Histórico de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS) / Prefeitura Municipal, 1988.

JORNAL DO COMÉRCIO. *Ambulantes protestam em Porto Alegre após apreensão e destruição de mercadorias*. Dez. 2017. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2017/12/economia/602614-camelos-protestam-em-porto-alegre-apos-destruicao-de-mercadorias-ilegais.html>.

Acessado em: Dez. 2017.

GUATTARI, Félix. *Caosmose um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 1998.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. *Deriva: Psicogeografia e Urbanismo Unitário*. Organização: Erahsto Felício. Porto Alegre: Deriva, 2007.

JACQUES, Paola Beresntein (org.). *Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

_____. Breve histórico da Internacional Situacionista – IS. São Paulo. In: *Vitruvius Arquitectos*, ano 03, n. 035.05,2003 Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/03.035/696>>. Acessado em: 15 nov. 2017.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HILÁRIO, Leomir. *Da Biopolítica à Necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo*. In: Sapere Aude (PUC-MG), v. 7, n. 13. Belo Horizonte, 2016.

LIMA, R. N. *A situação Construída*. 2012. Dissertação (mestrado em engenharia). Escola de Engenharia de São Carlos. USP. São Paulo.

MACHADO, R. P. *"A garantia soy yo": etnografia das práticas comerciais entre camelôs nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai)*. 2004. Dissertação (mestrado em filosofia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. UFRGS. Porto Alegre.

_____. A rua como estilo de vida: práticas cotidianas na ocupação do centro de Porto Alegre por Camelôs. In: *Iluminuras*: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS. Nº 7. Porto Alegre: 2003. p.39.

MARI, M. Coletivos de arte no Brasil, situacionismo e política na sociedade do espetáculo. In: *Revista Arte ConTexto*, v.1 n.3. 2014. Disponível em: <http://www.artcontexto.com.br/artigo-edicao03_marcelo_mari.html>. Acessado em: 12 jul. 2017.

MBEMBE, Achille. A era do humanismo está terminando. Tradução: André Langer. In: *Revista Instituto de Humanidades*, Edição 520. São Leopoldo: 23 abr. 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando%3E>>. Acessado em: 28 abr. 2018.

_____. *Políticas da Inimizade*. Lisboa: Editora Antígona, 2017.

_____. Necropolítica, una revisión crítica. In: GREGOR, Helena Chávez Mac (Org.). *Estética y violencia: Necropolítica, militarización y vidas lloradas*. México: UNAMMUAC, 2012, p. 130-139.

MCDONOUGH, Tom. *The situationist and the city*. Nova Iorque: Verso Books, 2009.

MONTE, L. A. D. S. *Deriva e psicogeografia na cidade contemporânea: experimento situacionista no centro do Recife*. 2015. Dissertação (Mestrado em design). UFPE. Recife.

PASSOS, Eduardo; ESCOSSIA, Liliana; KASTRUP, Virginia. *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-Intervenção e produção de subjetividade*. 1ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PELBART, Peter P. A terra, a guerra, a insurreição. In: *Revista Eco Pós: Tecnopolíticas e Vigilância. Perspectivas*. v. 18, n. 2. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.

_____. *A vertigem por um fio Políticas da Subjetividade contemporânea*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2000.

_____. *Da clausura do fora ao fora da clausura. Loucura e Desrazão*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

PORTO ALEGRE. Departamento Municipal de Habitação. Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. Porto Alegre: fev. 2009. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/demhab/usu_doc/diagnostico_porto_alegre.pdf>. Acessado em: 03 dez. 2017.

PORTO ALEGRE. Decreto 17.134, de 4 de jul. de 2011. Dispõe sobre o comércio ambulante e a prestação de serviços ambulantes nas vias e nos logradouros públicos. Jul. 2011. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000031797.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>>. Acessado em: abr. 2018.

_____. Decreto 17.581, de 22 de dez. de 2011. Reconhece, no âmbito do Município de Porto Alegre, as práticas do "poraró" e as apresentações dos grupos musicais "mbyá-guarani". Porto Alegre, RS, mar. 2011. Disponível em:

<<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000032691.DOCN.&l=20&u=/netahtml/sirel/simples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>>. Acessado em: mar. 2018.

_____. Lei 10.605, de 29 de dez. de 2008. Dispõe sobre o comércio ambulante e a prestação de serviços ambulantes. Porto Alegre, RS, mar. 2008. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000030218.DOCN.&l=20&u=/netahtml/sirel/simples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>>. Acessado em: mar. 2018.

_____. Lei 3.187, de 24 de out. de 1968. Rege a exploração do comércio ambulante. Porto Alegre, 1968 [alterada pela lei 9941/06].

_____. Lei n 9941, de 25 de janeiro de 2006. Denomina comerciantes populares os vendedores ambulantes que exercem a atividade de comércio na modalidade anteriormente denominada camelôs, institui os centros populares de compras no município de Porto Alegre e dá outras providências. Porto Alegre, mar. 2006. Disponível em: <<https://cm.jusbrasil.com.br/legislacao/503155/lei-9941-06>>. Acessado em: mar. 2018.

_____. Prefeito (2017-Atualmente. Nelson Marchezan Júnior). *Discurso por ocasião do lançamento do Movimento Legalidade*. Porto Alegre: 18 dez. 2017.

_____. Prefeitura Municipal. Dados do Censo do IBGE de 2000 e PMPA. *Projeto Vida o Centro*. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/default.php?p_secao=18>. Acessado em: jul. 2017.

_____. Prefeitura Municipal. *Feira Seja Legal atende mais de 2 mil e 500 pessoas em dois dias*. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=192036&feira+seja+legal+atende+mais+de+2+mil+e+500+pessoas+em+dois+dias>. Acessado em: dez. 2017.

_____. Secretaria de Planejamento municipal. *Mapa Geral - Espacialização dos Limites de Bairros de Porto Alegre*. Disponível em: <http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/1857_ce_172548_2.pdf>. Acessado em: jan. 2018.

_____. Secretaria de Planejamento Municipal. *Síntese Do Plano Estratégico*. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu_doc/relatorio_vivocentro.pdf>. Acessado em: 03 mai. 2018.

_____. Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio. Fiscalização. Disponível em <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smic/default.php?p_secao=150>. Acessado em: Jan. 2018.

_____. Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio. *Operação Integrada Combate Comércio Ilegal No Centro Histórico*. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smic/default.php?p_noticia=999194265&operacao+integrada+combate+comercio+ilegal+no+centro+historico>. Acessado em: dez. 2017.

RIGATTI, Décio. Camelos, Flanelinhas e os Outros: Privatização De Espaços Públicos. In: *Paisagem Ambiente: Ensaios*, n. 17, São Paulo: p. 41-67. 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40203/43069>>. Acessado em: mar. 2018.

ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental: Transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2014.

ROLNIK, Suely. Guattari, Félix. *Micropolítica Cartografias do Desejo*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

ROLNIK, Raquel. Fora das ruas e em lugar nenhum. In: *Blog de Raquel Rolnick*. 2012. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/comercio-ambulante/>>. Acessado em: fev. 2018.

SADLER, Simon. *The Situationist City*. Londres: The MIT Press, 1998.

SANDRONI, Laila. TARIN, Bruno. Limites e possibilidades da cartografia afetiva enquanto método de pesquisa nas ciências sociais. In: *Reunião Brasileira de Antropologia*, n. 29. Natal: 2014.

SIBILIA, Paula. *O homem pós orgânico: a alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015. p.248.

SILVA, R. L. & BAPTISTA, L.A. Primavera urbana: a ilha deserta interroga as multidões. In: *Psicologia & Sociedade*, 26, 25-35, 2014.

SUL21. *A política autoritária de Marchezan para os ambulantes de Porto Alegre*. 2017. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/jornal/politica-autoritaria-de-marchezan-para-os-ambulantes-de-porto-alegre/>>. Acessado em: jan. 2018.

TENDLER, Silvio (direção e roteiro); VENTURA, Renata (roteiro). *Utopia e Barbárie*. Brasil, 2009.

VELLOSO, Rita. *Apropriação, ou Urbano-Experiência*. São Paulo, ano 16, n. 189.05, Arqtextos, 2016. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/16.189/5949>>. Acessado em: 18 abr. 2018.

ZERO HORA. *Governo do Estado anuncia recursos de R\$ 89 milhões para inovação*. Porto Alegre: 03 abr. 2013. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/04/governo-do-estado-anuncia-recursos-de-r-89-milhoes-para-inovacao-4094501.html>>. Acessado em: 11 dez. 2017.

_____. *O que está por trás do retorno dos camelôs às ruas de Porto Alegre*. Porto Alegre: Abr. 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/04/o-que-esta-por-tras-do-retorno-dos-camelos-as-ruas-de-porto-alegre-9763526.html>>. Acessado em: 20 dez. 2017.

_____. *Prefeitura aumenta fiscalização de ambulantes no centro de Porto Alegre*. Porto Alegre: Dez. 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/12/prefeitura-aumenta-fiscalizacao-de-ambulantes-no-centro-de-porto-alegre-cjaskyhro073e01mknrrfv3e4.html>>. Acessado em: jan. 2018.





AIAR99 AQ A09

Well
884

Well